

Temporalis
SUPLEMENTO



TEMPORALIS - ANO III - SUPLEMENTO - NOVEMBRO DE 2002

Temporalis

Revista da Associação
Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS

ABEPSS ABEPSS AB
BEPSS ABEPSS ABE
ABEPSS ABEPSS AB
EPSS ABEPSS
ABEPSS ABE



SUPLEMENTO

Ano III, Suplemento - Novembro de 2002

**Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social**

Relatório da Oficina Nacional
O ensino do trabalho do assistente social

Niterói, 6 e 7 de junho de 2002

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTA REVISTA SÃO DE INTEIRA
RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES

© Copyright 2002 by ABEPSS

Produção Gráfica:

Marcelo Lana

Editoração Eletrônica:

Marcelo da Cruz Silva

Revisão:

Vantuil Pereira

Edição:

Executiva Nacional da ABEPSS:

Maria Aparecida Tardin Cassab - Presidente

Maria Rosângela Batistoni - Coord. Nacional de Graduação

Maria Ines da S. Bravo - Coord. Nacional de Pós-Graduação

Kátia Regina de S. Lima - Secretária Nacional

Maria Lidia S. da Silveira - Tesoureira

Marina Barbosa Pinto - Suplente

Marilene Sansão - Suplente

Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
Ano. 3, suplemento (novembro 2002). Brasília: ABEPSS, 2002
152 p.

1. Trabalho 2. Questão Social 3. Serviço Social

ISBN: 85-89252-03-5

EDITORIAL

Este Suplemento da Revista *Temporalis* registra o conteúdo da Oficina Nacional realizada em 6 e 7 junho passados na Universidade Federal Fluminense. O centro dos debates esteve os desafios do ensino do trabalho do assistente social.

O Suplemento inicia-se pelo relatório da Oficina apresentando uma síntese do conjunto das discussões. Na sequência estão os relatórios das regionais, elaborados pelas vice-presidentes, que assinalam o estado da implantação das diretrizes curriculares nas unidades de ensino. Esse material é um valioso documento sobre os principais avanços e impasses do debate teórico e das experiências de revisão curricular, oferecendo um balanço crítico do trabalho até aqui desenvolvido.

Este volume apresenta ainda o pronunciamento da Professora Dra. Marilda Villela Iamamoto sobre os 20 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de sua autoria com Raul de Carvalho. Como uma das atividades da Oficina Nacional, essa emocionada comemoração permitiu a todos os presentes não apenas um balanço crítico destes 20 anos, mas, também um momento de intensa celebração em torno de nossas identidades profissionais e filiação histórica. É difícil narrar a riqueza do que vivemos naquele momento. Na homenagem pelos 20 anos do livro que é um *clássico* da produção do Serviço Social, reafirmamos a análise que esse inaugurou: a apreensão do Serviço Social *como uma especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais*. O brilhante texto de Marilda é uma retrospectiva preciosa acerca das condições e o do processo em que se deu a sua análise e a pesquisa juntamente com Raul de Carvalho. A autora realiza um balanço crítico do livro, *"tendo em vista atribuir visibilidade aos elos que ele mantém com o debate contemporâneo do Serviço Social o país"* e, em especial com sua própria intervenção no mesmo. Por certo, será de grande importância para todos docentes, alunos e profissionais que tem o compromisso de fazer avançar a perspectiva de análise efetuada a partir de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.

Já fora dos debates ocorridos na Oficina, publica-se ainda

nesse volume um texto que é a comunicação apresentada no Seminário da ALAETS/CELATS em outubro de 2001. A comunicação tematiza a política do ensino superior no Brasil hoje, sob a égide dos organismos internacionais de crédito, e busca reconhecer como ela se apresenta na especificidade do Serviço Social. Julgamos importante publicá-la pois seu conteúdo amplia nosso entendimento acerca das bases materiais de realização da reforma curricular no Serviço Social e ainda fornece subsídios para que possamos entender determinadas políticas em relação ao ensino superior, tal como a expansão do ensino privado.

Por fim, o último texto merece uma explicação mais alongada. Ele é uma proposta de um curso de graduação em Serviço Social, com sua política, ementário e grade curricular. Essa proposta foi elaborada pela Presidência e Coordenação Nacional de Graduação para a Universidade do Estado de São Paulo - USP, a partir da solicitação da Prof. Dra. Fumika Peres que, movida pelos encaminhamentos na criação de uma unidade de ensino de Serviço Social na USP, procura a ABEPSS para a elaboração do projeto pedagógico.

Dos meses de junho a agosto deste ano ocupamo-nos em construí-la e negocia-la no interior da USP. Ela foi apresentada a Pro Reitoria de Graduação, que a assumiu em sua integralidade. Em outubro, devidamente organizada conforme exigências e formatos da Universidade, foi dado início ao processo de sua criação, com a constituição de uma comissão para a criação do curso. A expectativa da Pro-Reitoria de Graduação é que ela possa ser oferecida no concurso vestibular de 2004 com cem vagas no curso noturno, para início de suas atividades em março do mesmo ano. Com isso a Executiva Nacional da ABEPSS espera estar efetivamente contribuindo para a expansão do ensino público, na contra tendência da política até aqui desenvolvida em relação ao ensino superior.

Com essa publicação pretendemos também oferecer uma proposta de organização e de conteúdo curricular que possa contribuir com as escolas em suas tarefas em relação a reforma dos currículos.

Executiva Nacional da ABEPSS - 2001-2002

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Relatório da Oficina Nacional

O ensino do trabalho do assistente social

Niterói, 6 e 7 de junho de 2002

APOIO CNPq

Organização: Executiva Nacional da ABEPSS

Maria Aparecida Tardin Cassab
Maria Rosangela Batistoni
Maria Inês de Souza Bravo
Kátia Regina de Souza Lima
Maria Lídia Souza da Silveira
Andréia Everton
Marina Barbosa Pinto
Marilene Sansão
Lourdes Rocha
Rosa Prédes
Sheila Backsx
Tânia Diniz
Esther Hein
Erivã Velasco

Assessores Temáticos:

Alzira Lewgoy
Célia Nicolau
Maria Beatriz Abramides
Marina Barbosa Pinto

Entidades Presentes:

CFESS - Comissão de Formação e Relações Internacionais
Professora Rute Ribeiro Bittencourt
Professor Marcelo Braz Moraes dos Reis - CFESS
Juliana Cossac - ENESSO - Executiva Nacional

Unidades de Ensino Representadas:

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
3. Universidade Federal do Rio de Janeiro
4. Universidade Federal Fluminense
5. Pontifícia Universidade Católica do Paraná
6. Universidade de Brasília
7. Universidade Federal de Santa Catarina
8. Faculdade de Serviço Social de Bauru
9. Universidade Estadual de Ponta Grossa
10. Universidade Federal da Paraíba
11. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
12. Universidade Católica de Goiás
13. Universidade Federal do Espírito Santo
14. Universidade Faculdade Metropolitana
15. Universidade Federal do Sergipe
16. Universidade Tiradentes
17. Universidade Federal de Juiz de Fora
18. Faculdade de Serviço Social de Caratinga
19. Universidade Veiga de Almeida
20. Universidade Federal do Mato Grosso
21. Universidade Federal de Alagoas
22. Universidade Federal do Maranhão
23. Universidade do Oeste de Santa Catarina
24. Universidade Santo Amaro
25. Universidade do Vale do Paraíba
26. Universidade Federal do Pará
27. Universidade Estadual do Ceará
28. Pontifícia Universidade Católica de Contagem
29. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
30. Universidade Regional de Blumenau - FURB
31. Universidade Católica de Salvador
32. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
33. Universidade Vale dos Sinos
34. Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE
35. Faculdade Medianeira - FACEMED
36. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
37. Fundação Paulista Tecnológica e Educação - FPTE- LINS
38. Universidade de Taubaté - UNITAU
39. Universidade Augusto Mota - SUAM

Apresentação

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social realiza “a cada dois anos” uma oficina nacional que sintetiza e projeta as discussões desenvolvidas no ano anterior na série de oficinas locais e regionais. Essas oficinas garantem a capilaridade da entidade e sua presença nas várias unidades de ensino de todo país.

As oficinas se constituem “nesse sentido” em atividade estratégica fundamental na consolidação de um projeto, que em sua diversidade, possa se constituir com unicidade em todas as escolas de formação de assistentes sociais espalhadas por todo o país. Garantindo a sequência dessas atividades “realizamos em 6 e 7 de junho de 2002, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense” a oficina cujo tema foi “O ensino do trabalho do assistente social”.

A partir da oficina nacional de 96 “que aprovou as novas diretrizes” todas têm se ocupado do processo de sua implantação registrando-se consideráveis avanços em relação ao conteúdo tratado. Dos aspectos mais gerais, presentes nos desafios à implantação, a oficina de 2002 avança em seu objeto ao aprofundar o debate teórico-prático acerca da questão social e do trabalho em sua centralidade no projeto de formação profissional.

O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, objeto central de discussões e análise nas oficinas regionais, como parte do tripé dos conhecimentos de fundamentação da formação em Serviço Social, compreende todos os elementos constitutivos da profissão como uma especialização do trabalho, quais sejam: percurso histórico, fundamentação teórico-metodológica, técnico-operativa e componentes éticos. Tais elementos articulam-se através da análise dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere.

As profundas alterações que atingem hoje as formas de trabalho na sociedade, geradas pela reestruturação produtiva, pelas mudanças no Estado, nas políticas públicas e na cultura,

perpassam também pelo trabalho dos assistentes sociais nos diferentes processos e espaços sócio-ocupacionais, apresentando novas requisições e exigindo novos perfis e competências, bem como a reafirmação de sua direção social. A apreensão crítica desses processos sociais exige, além do rigoroso trato teórico, a pesquisa e a produção de novos conhecimentos acerca da realidade social e da profissão, expressando o acompanhamento atento das dinâmicas conjunturais.

A formulação, debate e implementação das Diretrizes Curriculares suscitaram um conjunto de questões teórico-práticas, particularizadas nos conteúdos acerca das relações e processos de trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Ao lado das requisições dessa dimensão teórica na necessidade de substantivação dos processos de trabalho, há ainda o desafio do ensino do Serviço Social como um trabalho em sua universalidade e particularidades, incluindo-se aí o acervo de estratégias pedagógicas necessárias na transmissão do conhecimento.

No campo das requisições impostas pela política para a educação superior do MEC, a oficina ocupou-se ainda em discutir o processo de avaliação institucional dos cursos de Serviço Social avançando no debate iniciado em agosto de 2001 no Fórum Nacional sobre Avaliação Institucional dos Cursos de Serviço Social. Nessa questão foram estabelecidas duas direções para o debate: a irradiação da discussão entre as unidades de ensino e a formulação de parâmetros para a política da ABEPSS sobre a avaliação.

Assim, a oficina teve como objetivos principais:

- Consolidar as questões emergentes das oficinas regionais acerca do núcleo de fundamentação do trabalho profissional.
- Indicar os conteúdos programáticos de ordem teórico-metodológicos que compõem o tópico de estudo de Serviço Social e processos de trabalho.
- Problematicar as estratégias pedagógicas para o ensino do trabalho do assistente social.
- Tratar do processo de avaliação institucional nos cursos de Serviço Social, no estabelecimento de uma direção na política da entidade para a questão.

A dinâmica da oficina

A. A preparação:

A realização da oficina nacional foi antecedida de uma longa preparação que se iniciou em 2001 através da realização das oficinas locais e regionais. Estabeleceu-se como política para essas atividades um temário comum ao da oficina nacional e que em cada uma delas contou-se com a presença ou da Coordenadora Nacional de Graduação, ou da presidente.

Com isso buscava-se que a discussão pudesse se construir nas unidades de ensino e que a Oficina Nacional, em certo sentido, se tornasse o ponto de chegada do debate.

Além disso o convite para a oficina enviado às unidades de ensino foi feito em correspondência que indicava alguns pontos de reflexão sobre o processo de implantação das diretrizes curriculares e os desafios impostos pela política de educação superior no Brasil hoje.

Nos dias anteriores ao evento trabalhamos em conjunto com as vice-presidentes regionais e assessoras temáticas na montagem do conteúdo de toda programação, a partir dos relatórios e sistematizações dos conteúdos, indagações de avaliações das oficinas regionais.

A Oficina foi apoiada pelo CNPq que propiciou recursos para a infra-estrutura necessária ao evento, a publicação da fortuna crítica acerca dos 20 anos de publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* e ainda de um Suplemento da **TEMPORALIS** com o material da Oficina.

B. A programação e sistemática:

A oficina privilegiou em seu funcionamento a participação ativa dos docentes e discentes na construção do debate. A programação iniciou-se por uma mesa composta pelas vice-presidentes regionais e pela presidente da executiva nacional que, em suas exposições, consolidaram os resultados das várias oficinas regionais e apresentaram um quadro sistematizado dos principais desafios e questões emergentes no debate no Serviço Social hoje, em especial, aquelas referentes à formação profissional.

A partir dessa primeira mesa o plenário foi dividido em grupos e com os assessores temáticos trabalharam sobre um roteiro de trabalho, em anexo, com o objetivo de problematizar os temas e elaborar uma agenda projetiva para a ABEPSS definindo os principais eixos de intervenção da entidade no trabalho de ampliação do processo de implantação das diretrizes curriculares.

A devolução destas discussões foi feita pelas assessoras temáticas com a consolidação da agenda proposta pelos grupos e com o aprofundamento do debate em torno das questões trabalho, questão social, construção dos conteúdos do núcleo de fundamentação do trabalho profissional e lógica curricular na formação profissional.

Por fim, a oficina encerrou-se com uma mesa composta pelas professoras Rosângela Maria Batistoni e Marilda Vilella Iamamoto que, em comemoração aos 20 anos de publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social*, apresentaram um balanço crítico da trajetória do Serviço Social nos últimos anos no Brasil.

Foi lançada uma fortuna crítica do livro que contou com comentários de 14 autores do Serviço Social latino-americano.

A agenda final

A agenda está organizada a partir dos três eixos temáticos de discussão propostos.

AGENDA GERAL

Exigências do processo de implantação:

1. Reafirmação da teoria social crítica nos marcos do projeto hegemônico coletivamente construído compreendendo-se aqui a pluralidade teórico-metodológica;
2. Aprofundamento da discussão sobre a categoria trabalho e questão social no marco capitalista. Neste aprofundamento considerar as polêmicas no âmbito acadêmico e as necessidades

de capacitação dos docentes sobre tais temas, uma vez que o trabalho é a categoria fundante de toda lógica curricular. Os conteúdos assinalados como prioritários foram:

- A categoria trabalho e suas apropriações;
 - Processos de trabalho e processos de valorização – trabalho coletivo – trabalho socialmente combinado – produção de trabalho mais-valia e do valor – trabalho produtivo e trabalho improdutivo;
 - A resposta do capital à sua própria crise - reestruturação produtiva e a esfera do Estado – neoliberalismo;
3. Aprofundamento das discussões e pesquisas sobre as manifestações das expressões da questão social no capitalismo contemporâneo, a partir do ponto de vista do trabalho do assistente social em sua inserção nos espaços sócio-insitucionais;
 4. Estabelecimento de diálogo, a partir da teoria social crítica, com outras perspectivas teórico-metodológicas das ciências sociais;

Para isso recomenda-se:

5. Que se criem instrumentos de capacitação para docentes e supervisores, desde socialização de textos básicos e clássicos e outros textos que possibilitem o aprofundamento dos temas e das polêmicas referidas;
- Elaboração de textos com densidade teórica com fins didáticos que possibilitem o acesso aos docentes/discentes e supervisores de campo;
6. Que as experiências como o curso à distância promovido pelo CFESS/ABEPSS sejam mantidas e ampliadas, objetivando a capacitação das categoria dos assistentes sociais;
7. Que se estabeleçam também fóruns nas oficinas regionais e nacionais da ABEPSS como espaços formativos;
8. Que se faça o mapeamento nacional das pesquisas que tratam o trabalho profissional em si e as condições objetivas de seu exercício;
9. Que sejam socializados os projetos pedagógicos nas oficinas regionais e nacionais da ABEPSS, na perspectiva da capacitação na implantação das diretrizes curriculares, bem como na página da entidade na Internet;

10. Que os programas de pós-graduação contemplem em sua pauta de questões o debate sobre a lógica do projeto de formação profissional indicados nas diretrizes curriculares;
11. Que os curso de pós-graduação participem mais efetivamente da capacitação docente;
12. Que seja incentivada a articulação com unidades de ensino de outras áreas correlatas no processo de implantação e consolidação das diretrizes curriculares que construímos e de estratégias comuns de enfrentamento político acadêmico da avaliação institucional do MEC;

COMO IMPLANTAR A LÓGICA CURRICULAR:

Exigências do processo de implantação:

1. Compreender o conjunto dos espaços pedagógicos que realizam o corpo dos conteúdos centrais que compõem as diretrizes, a partir da articulação entre os três núcleos de fundamentação da proposta curricular;
2. Conceituar com clareza no projeto pedagógico a natureza do estágio como espaço formativo, que não se confunde com emprego ou uso de mão-de-obra barata.

Para isso recomenda-se:

1. Desencadear uma discussão sobre o significado dos núcleos na formação profissional, em sua diferenciação entre núcleos de conhecimento que compõe o currículo e núcleos pedagógicos:
 - a) os núcleos como concentração do saber e do conhecimento que compõe o currículo: núcleo de fundamentação da vida social; núcleo dos fundamentos históricos; núcleo dos fundamentos do trabalho profissional. Cada um se realiza em um conjunto de espaços pedagógicos diferenciados. O núcleo de fundamentação do trabalho profissional se desenvolve do 1º ano ao 4º ano em diferentes espaços pedagógicos entre disciplinas, como por ex. - oficinas de formação e trabalho profissional - estágios - supervisões acadêmicas - fundamentos teóricos-metodológicos do Serviço Social - ética profissional -

fundamentos filosóficos do Serviço Social.

b) os núcleos temáticos como espaços pedagógicos na formação profissional. Na grade curricular os núcleos temáticos são transversais a intervenção nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social com intensa sintonia das manifestações da questão social, na esfera do ensino-pesquisa e extensão e na articulação da graduação e pós-graduação;

c) os núcleos realizam a política acadêmico-pedagógica de cada unidade de ensino, ele expressa as práticas institucionais que estão organizados conforme suas particularidade.

3. Incentivar os docentes a sistematizar as experiências pedagógicas de estratégias e conteúdos desenvolvidos nos diferentes espaços pedagógicos (sala de aula - seminário - supervisão - estágio) divulgando periodicamente aos alunos supervisores a política de estágio, os ementários, atividades complementares;

4. Acompanhamento sistemático, constante do conjunto do corpo docente/discente e supervisão de campo para a implantação curricular;

5. Sistematizar as experiências das atividades complementares integralizadoras no currículo;

6. Criar salvaguardas em relação a qualidade do estágio. Através entre outras iniciativas de um mapeamento que localize os espaços sócios-institucionais em que se configuram os estágios curriculares supervisionados, através da articulação ABEPSS/CFESS/CRESS e unidades de ensino e ENESSO;

7. A ABEPSS deve acompanhar e definir estratégias de enfrentamento da redução dos cursos de graduação para 3 anos;

8. Sugere-se que nas unidades de ensino criem-se comissões pedagógicas: horizontais (compostas por professores do mesmo período) e vertical (compostas por professores dos diferentes períodos) para realizar discussões permanentes no processo de implementação das diretrizes curriculares, visando eliminar possíveis sobreposições, a ausência de conteúdos essenciais a serem trabalhados nas respectivas disciplinas que compõem o currículo.

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DO SERVIÇOSOCIAL

Síntese da Região Norte

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha¹

Compõem a Região Norte - ABEPSS as seguintes unidades de ensino filiadas: Universidade do Amazonas (UA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Piauí (UFPI).

O processo de revisão curricular desencadeado pela ABESS, em 1994, foi assumido pelas unidades filiadas da região, num esforço coletivo no âmbito de cada curso, coordenado por comissões especialmente constituídas e envolvendo docentes, discentes, supervisores técnicos e entidades da categoria, assim como, em âmbito regional e nacional, através da participação nas oficinas realizadas. O saldo desse processo foi a efetiva contribuição da região nas definições da revisão curricular, propiciando a avaliação dos cursos e a afirmação da direção social, da lógica curricular e dos fundamentos da formação profissional propostos pela ABESS.

A partir de 1999, a Região Norte vem enfrentando maiores dificuldades para garantir a articulação e a participação de todas as unidades de ensino nos eventos regionais e nacionais. Tais dificuldades inserem-se em primeiro lugar, no quadro de agravamento da crise das universidades públicas brasileiras e da redução dos recursos das IES para apoiar a participação em eventos e garantir o pagamento das anuidades da ABEPSS. Em segundo lugar, deve-se mencionar a ampliação da política de capacitação docente na região, resultando no afastamento de significativo número de professores para a pós-graduação e a redução do quadro docente face às aposentadorias, sem a contrapartida da realização de concursos para preenchimento das vagas existentes.

Apesar destes fatores, o processo de implantação das

¹Vice-Presidente da Região Norte - ABEPSS.

diretrizes curriculares continuou em todos os cursos, já tendo sido implantadas na UA (em 2001) e na UNAMA (em 2002), enquanto a UFPA, a UFMA e a UFPI estão em fase de sistematização dos projetos pedagógicos, pretendo implantá-los em 2003.

Com o objetivo de aprofundar e socializar as discussões sobre o processo de implementação das diretrizes curriculares nas unidades de ensino da região, foi realizada a Oficina Regional Norte, nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 2001, com o tema "O trabalho do assistente social: (re)construindo o processo de ensino-aprendizagem na formação profissional". Neste evento privilegiou-se a troca de informações e o debate sobre o Núcleo de fundamentação do trabalho profissional, atendendo às orientações da ABEPSS/Nacional.

Participaram da oficina a UFPA e a UFMA. A ausência das demais unidades de ensino (o que ocorreu também, nas duas oficinas anteriores) e as dificuldades para viabilizar visitas dos membros da diretoria às referidas unidades são fatores limitadores para a construção de um quadro mais preciso sobre o tratamento dado ao Núcleo de fundamentos do trabalho profissional pelos projetos pedagógicos construídos e em construção na região Norte. A partir dos trabalhos desenvolvidos na Oficina e dos contatos telefônicos e correspondências com as escolas e diretores da ABEPSS/ Regional é possível tecer as seguintes considerações sobre os eixos principais do núcleo de trabalho profissional².

Observa-se quatro tendências, que podem ser agrupadas em dois subgrupos quanto ao conteúdo de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social e de Serviço Social e Processos de Trabalhos.

- 1- Duas unidades de ensino adotaram como disciplinas:
 - Uma optou em sua proposta (Versão Preliminar, 2002) pelo critério de periodização para definir o conteúdo de quatro disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, todas com 90 horas e ministradas a partir do 2º semestre do curso. FHTM I trata do processo de constituição

² Estes dados não incluem a proposta da UFPI que está em fase de construção.

e institucionalização do Serviço Social até o início do século XX; em FHTM II são estudadas as origens da profissão no Brasil e as elaborações teóricas e metodológicas do Serviço Social nas décadas de 30 e 60; FHTM III reporta-se ao Movimento de Reconceitualização na América Latina, no período de 60 a 80; FHTM IV refere-se ao Serviço Social dos anos 80 aos dias atuais.

Concomitantemente, são realizados quatro laboratórios de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social, com 60 horas cada, visando "o exercício de instrumentos e técnicas utilizados nos processos de trabalho do Serviço Social". São desenvolvidas ainda, como atividade complementar, visitas monitoradas, do 3º ao 7º semestre, com o objetivo de "inserção e observação da prática profissional em diferentes contextos institucionais" (Versão Preliminar, 2002).

Processo de Trabalho e Serviço Social é uma disciplina de 90 horas, ministrada após FHTM IV, contemplando o seguinte conteúdo: "O Serviço Social no contexto dos processos de trabalho na sociedade contemporânea. O Assistente Social como trabalhador nos espaços ocupacionais da profissão na esfera pública e privada. Os elementos constitutivos do trabalho profissional e sua dimensão técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-profissional nos dias atuais" (Versão Preliminar, 2002).

- A segunda estabeleceu como critério para a definição das disciplinas de FHTM "relações temáticas constitutivas dos fundamentos histórico-políticos e teórico-metodológicos da profissão como totalidade". O conteúdo é trabalhado em quatro disciplinas de 60 horas, assim especificado na versão preliminar do novo currículo (2002): -Introdução ao estudo do Serviço Social que aborda "o desenvolvimento histórico do Serviço Social na sociedade capitalista nos marcos da questão social" e sua configuração como profissão na sociedade brasileira, na atualidade. - FHTM I versa sobre "os principais paradigmas históricos do pensamento e da ação humana com incidência sobre o Serviço Social, considerando os determinantes e as formulações teórico-práticas da profissão", a questão da ideologia no Serviço Social e as categorias totalidade e práxis.
- Em FHTM II é estudado o Serviço Social e a necessidade do

controle social, bem como as mediações da prática profissional. FHTM III trata do debate contemporâneo do Serviço Social e das tendências atuais da prática profissional.

Após as disciplinas de FHTM, são ministradas duas disciplinas de Serviço Social e Processos de Trabalho (60 horas cada uma) versando sobre "a função pedagógica do assistente social nos processos de trabalho vinculados às propostas de participação e solidariedade construídas historicamente no movimento contraditório de enfrentamento da questão social pelo Estado e classes sociais" e "no âmbito da gestão das políticas sociais, da prestação direta de serviços e benefícios sociais nas esferas pública e privada, e da organização autônoma dos trabalhadores" (Versão Preliminar, 2002).

O conteúdo das cinco oficinas previstas do 2º ao 6º período ainda se encontra em processo de definição.

1- Duas unidades de ensino não adotaram como disciplinas Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social e Serviço Social e Processo de Trabalho:

- Uma manteve as disciplinas História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social I, II e III e Metodologia do Serviço Social I, II e III, cada uma com 72 horas aula (regime seriado), pretendendo rever esta definição em 2003. História do Serviço Social objetiva "analisar a emergência do surgimento do Serviço Social como profissão, socialmente determinada no contexto histórico, econômico e político da sociedade capitalista" (Guia Acadêmico, 2002). O bloco das disciplinas de Teoria do Serviço Social contempla a produção teórica da profissão, a partir da "construção da cientificidade do Serviço Social com Mary Richmond. Destaca ainda: a construção tradicional de caso, grupo e comunidade; a construção teórica com o Movimento de Reconceituação e após esse Movimento; "as concepções de realidade social e transformação, enquanto conceitos presentes na teoria do Serviço Social"; "as diferentes matrizes teóricas que fundamentam as concepções de realidade social" e "suas manifestações no Serviço Social para construção do objeto de conhecimento e do objeto de ação profissional". As disciplinas de Metodologia do Serviço Social têm como objetivos: - "Analisar os fundamentos teóricos a Metodologia no Serviço Social em

face às principais teorias sociais. Sistematizar as estratégias de construção da prática profissional, no enfoque de várias correntes teóricas". - "Realizar uma leitura crítico-política do instrumental técnico da profissão e obter noções de manejo das principais técnicas e instrumentos em Serviço Social". - "Sistematizar cientificamente a intervenção profissional do assistente social, identificando o aparato técnico-instrumental no espaço organizacional e o estudo das práticas em Serviço Social".

O conteúdo proposto nas Diretrizes Curriculares para a matéria Serviço Social e Processos de Trabalho aparece nas disciplinas Metodologia do Serviço Social e Habilitações (Serviço Social na Educação, na Seguridade Social, na Questão Agrária, na área do Trabalho, da Justiça e Segurança Pública e do Desenvolvimento Urbano).

Visando articular a relação teoria/prática ao longo do Curso foi criado o Laboratório de Serviço Social, responsável pelas atividades complementares.

Vale destacar que o currículo do curso nesta unidade de ensino, contempla em sua organização os três núcleos de fundamentos propostos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, cada um constituído por um conjunto de matérias. Nesta definição, História do Serviço Social pertence ao Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; as disciplinas de Teoria e Metodologia do Serviço Social são componentes do Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social. O Núcleo de fundamentos do trabalho profissional é concebido conforme consta nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC e é composto pelas seguintes matérias: Pesquisa em Serviço Social, Planejamento Social, Administração em Serviço Social, Estágio Supervisionado, Direito e Legislação Social (Currículo do Curso, 2002). - Em outra unidade de ensino, foram instituídas as matérias Fundamentos Históricos do Serviço Social, com duas disciplinas do mesmo nome, com a carga horária de 60 horas cada, e , Teoria e Metodologia do Serviço Social, desdobrada em quatro disciplinas de Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social, com 75 horas cada. As disciplinas Fundamentos

Históricos do Serviço Social I e II estudam a trajetória histórica Serviço Social, sua origem e institucionalização na Europa, América do Norte, América Latina, no Brasil e no Estado em que se situa o curso. Fundamentos Teórico-Metodológicos A, B, C e D abordam respectivamente, as principais matrizes teórico-metodológicas "que dão suporte ao fazer profissional": positivismo, marxismo, método compreensivo e fenomenologia. Em cada uma são identificados os instrumentos técnico-operativos e as estratégias de intervenção profissional. Em algumas disciplinas optativas é estudada a intervenção profissional, seus objetivos, demandas e determinantes nas áreas do trabalho, família, terceira idade, mulher, criança e adolescente. (Projeto Pedagógico, 2001).

Os dados acima referidos refletem as consequências, para as unidades de ensino e para a região, da falta de uma efetiva articulação regional a partir de 1999, associada à dificuldade de participação de algumas unidades também, nos eventos nacionais. Cada uma tem desenvolvido o processo de implantação das novas diretrizes curriculares e buscado superar suas dificuldades isoladamente, e, portanto, produzido projetos pedagógicos que, em alguns aspectos, possuem diferenças significativas quanto à proposta construída pela ABEPSS. Face ao exposto, fica evidenciada a necessidade da ABEPSS e das escolas filiadas desenvolverem estratégias que garantam:

- A criação de espaços para aprofundar a discussão sobre trabalho e questão social como categorias fundantes do projeto pedagógico, propiciando a socialização das concepções e práticas das unidades de ensino.
- A capacitação dos docentes e supervisores de campo na busca de garantir politicamente e efetivamente a direção social e a lógica curricular construídas e defendidas pela ABEPSS para a formação profissional dos assistentes sociais.
- A articulação da ABEPSS e das unidades de ensino como os CRESS, em especial para formulação e acompanhamento da política de estágio dos Cursos de Serviço Social.
- O aprofundamento da discussão sobre Avaliação Institucional.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: A REGIONAL ABEPSS/NORDESTE NO DEBATE *

Rosa Lúcia Prêdes Trindade,
Virgínia Borges,
Reivan Marinho de Souza Carneiro,
Janne Alves Rocha.**

A ABEPSS – região Nordeste é formada por onze unidades de ensino de Serviço Social já filiadas e duas em processo de filiação. Trata-se de uma região com uma particularidade que a distingue de outras regiões: a maioria das escolas é de natureza pública – federal ou estadual. A diretoria regional Nordeste da gestão 2001-2002 está localizada no Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas e neste texto apresenta uma sistematização sobre o processo de discussão e implementação das Diretrizes Curriculares nas Unidades de Ensino (UEs), bem como algumas reflexões acerca deste processo.

Foi para contribuir com o debate nacional acerca da formação profissional do assistente social que a diretoria regional promoveu um encontro entre as Unidades de Ensino da região.

Deste encontro resultou a sistematização do encaminhamento que as escolas estão dando ao processo de ensino-aprendizagem; mas, sobretudo, fortaleceu-se a discussão sobre a pesquisa e a produção de conhecimento no campo do Serviço Social em interlocução com outras áreas de conhecimento da realidade social. Nesta reunião das UEs pôde-se registrar o empenho dos cursos de Serviço Social para responderem com qualidade às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), e, principalmente, para promoverem uma articulação efetiva do projeto profissional com o projeto social das classes

* Texto-base elaborado para a mesa redonda *A Formação do assistente social na contemporaneidade*, da Oficina Nacional da ABEPSS, realizada dias 6 e 7 de junho de 2002, na UFF, Niterói-RJ.

** Professoras do Departamento de Serviço Social da UFAL e membros da diretoria regional Nordeste da ABEPSS (2001-2002).

subalternas, conforme recomendações do projeto ABESS/1984 ^{3/4} resultado de intensos debates e fontes de inúmeras iniciativas para compreender e tratar a direção social da profissão a partir das demandas postas pelo movimento da sociedade brasileira (cf. ABESS, 1984).

Este texto apresenta o resultado do referido encontro regional da ABEPSS; propõe fornecer alguns elementos para subsidiar os debates que advirão e, por isso, inclui propostas de discussão, através da programação-agenda da ABEPSS/Região Nordeste.

I - SITUANDO O DEBATE SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO REGIONAL NORDESTE DA ABEPSS

Os temas da formação profissional e o da revisão do currículo de Serviço Social vêm ocupando espaço privilegiado no debate dos docentes, profissionais e discentes desta área. De acordo com a pesquisa realizada pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 1982,

"a conjuntura histórica do final dos anos 70 e início da década de 80 – pontuada por uma "grave crise econômica, acompanhada da rearticulação política da sociedade civil" (1984:109)¹, colocou a revisão do currículo e da formação profissional como uma necessidade histórica, contextualizada pela crise da ditadura, pela reorganização da sociedade, pela especificidade da universidade brasileira, deixando patente o esforço de tratar o exercício profissional no interior da dinâmica da sociedade brasileira nos anos 80" (ABESS, 1996:145).

Na década de 80, mais precisamente em 1982, foi aprovado um novo currículo para o curso de Serviço Social no Brasil, fruto de inúmeras discussões norteadas por uma concepção de formação profissional que tem como um dos elementos fundamentais o compromisso dos assistentes sociais com os interesses das classes subalternas. Além disto, destacava-se uma determinada perspectiva de análise da realidade e do próprio

Serviço Social. O fundamento da formação profissional passa a centrar-se na realidade social apreendida criticamente em seu movimento contraditório. Segundo a ABESS,

"a direção social da profissão é tratada a partir das demandas postas pelo movimento da sociedade brasileira, visando promover uma rearticulação efetiva com um projeto social das classes subalternas [...], e [estabelecer] um compromisso real e efetivo com seus interesses coletivos de classe, visando consolidar uma legitimidade profissional" (ABESS, 1984:119-120).

A concepção de profissão que permeava aquele projeto é a de que o Serviço Social situa-se na sociedade capitalista

"como atividade inscrita na divisão social e técnica do trabalho historicamente determinado pela maneira como se organiza a sociedade e, ao mesmo tempo, como resultado da atuação da categoria profissional, isto é, dos posicionamentos e respostas por ela imprimidos às demandas sociais dos diferentes grupos e classes sociais" (ABESS, 1984:108).

Contudo, em 1982, foi necessário que se explicitasse uma *direção social* do projeto de formação profissional, o que estimulou o debate, contribuindo para a superação de problemas na implementação da proposta curricular, tais como: "a ausência de mediações, responsável pelas dificuldades de singularizar as relações entre projeto profissional e projeto sócio-político" (ABESS, 1996:147). Dito de outra forma, a relação entre projeto político e projeto profissional foi simplificada, realçando-se a dimensão política naquele projeto curricular. Tal ausência de mediações também se referia à dificuldade teórica na assimilação da teoria marxiana.

A partir deste momento, pós-implantação do currículo, o debate sobre a formação profissional vai se intensificando em torno dos fundamentos teóricos, que resulta, num certo momento, no aprofundamento teórico da temática da metodologia no Serviço Social; em outro momento, na polêmica sobre o pluralismo x o ecletismo e na discussão sobre a temática da cidadania/

democracia, e, mais recentemente, no debate sobre a relação Serviço Social e processo de trabalho.

No final dos anos 80, teve início outro processo de reforma curricular sob a direção da ABESS. A partir dos resultados de pesquisas sobre a formação profissional, no final dos anos 80 e início dos anos 90, foi identificado que o processo de implantação do currículo revelava a "insuficiente apreensão do método crítico-dialético, cujas categorias não foram apreendidas como modos de ser da realidade sócio-histórica" (ABESS, 1996:148). Destarte, a conjuntura dos anos 90 impunha desafios e novas demandas para a formação do assistente social brasileiro, colocando-se a necessidade de uma revisão e aprimoramento do currículo.

Portanto, no período de 1994 a 1996 as Unidades de Ensino de Serviço Social no Brasil estiveram envolvidas nas discussões para a formulação de um novo Currículo Mínimo, sob a coordenação da ABESS.

A continuidade do trabalho coletivo², envolvendo as unidades de ensino e a ABESS, a nacional e as regionais, além da participação de consultores, culminou com a aprovação do documento *Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate* em Assembléia Geral da ABESS/CEDEPSS, em 1996³. Este documento foi reorganizado e publicado posteriormente pela ABESS sob o título de *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*⁴, e serviu de base para a elaboração da proposta das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social⁵, em 1997⁶, apreciada e aprovada pelo Conselho Federal de Educação, tendo sido homologada pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC em 2001⁷.

A proposta das Diretrizes Curriculares emerge na complexa conjuntura brasileira dos anos 90, marcada pelas

¹ Trata-se do texto ABESS. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil. Determinantes e perspectivas. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n.14, 1984.

² Entre 1994 e 1996 foram realizadas 200 oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 2 nacionais.

³ Assembléia realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1996.

⁴ Documento publicado no Caderno ABESS n.º 7, S. Paulo: Cortez, 1997.

⁵ Esta modificação se deu devido às exigências da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - aprovada em 1996, que prevê a existência de Diretrizes Curriculares regulamentadoras da formação profissional de cada curso superior.

⁶ Cf. Doc. - Diretrizes Curriculares - Ministério da Educação e do Desporto-Secretaria de Educação Superior, Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior, Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social.- Brasília, 26/02/1999.

⁷ Cf. Parecer CNE/CES 492/2001. Este parecer foi enviado a todas as unidades de ensino pela diretoria nacional da ABEPSS, em agosto de 2001.

profundas transformações dos padrões de acumulação capitalista, com rebatimentos no reordenamento do Estado, na produção e na organização das classes sociais; atinge diretamente o processo de reprodução da vida social, que resultaram no aprofundamento da pobreza, na fragmentação e exclusão de segmentos mais empobrecidos da população.

O novo projeto de formação profissional tem a *questão social* como eixo central, assumindo "a tese de que o significado sócio-histórico e ideo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto das práticas sociais que é acionado pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das seqüelas da questão social."⁸ Tal argumentação confirma a particularidade do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, intrinsecamente articulado às configurações estruturais e conjunturais da questão social. Sugere-se, ainda, no projeto de formação profissional, um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso da questão social.

Após a elaboração da proposta das Diretrizes Curriculares, a ABESS continuou coordenando e incentivando o debate coletivo acerca da implementação destas diretrizes - através da revisão dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social. Em outubro de 1998, a regional Nordeste da ABESS realizou uma Oficina regional (na Universidade Estadual do Ceará). Nesta foram debatidas as seguintes temáticas: universidade brasileira; a questão social e as transformações nas políticas sociais; as respostas do Estado e da sociedade civil; a crise do capitalismo e o projeto neoliberal - repercussões no processo de trabalho do assistente social na contemporaneidade; a pesquisa e a pós-graduação no Nordeste - realidade e perspectivas.

Na referida Oficina também foi realizado um levantamento da situação de cada unidade de ensino acerca da elaboração dos currículos plenos. Ainda, como ponto de pauta deste evento, foi discutida a reformulação do estatuto da ABESS/CEDEPSS, como contribuição para a discussão da Assembléia Extraordinária da ABESS, realizada em dezembro de 1998, na qual a então ABESS foi renomeada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

⁸ Idem nota 4 (1996, p.154)

Em 1999, a ABEPSS articula o aprofundamento das discussões sobre a reforma do ensino superior no Brasil, desencadeado especialmente a partir da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), em 1996. Este processo culminou com a realização do Seminário Nacional sobre a *Política de Ensino Superior no Brasil: A Regulamentação da LDB e as Implicações para o Serviço Social*⁹, em dezembro de 1999, na UNB. A diretoria regional Nordeste da ABEPSS realizou, neste mesmo ano, uma Oficina Regional, em outubro de 1999, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na qual foram discutidos temas e propostas sobre a reforma do ensino superior. O debate foi orientado pelo texto *Os Cursos Sequenciais na Reforma do Ensino Superior*¹⁰ e pelo Parecer Jurídico do CFESS sobre abrangência e limites dos cursos sequenciais instituídos pela LDB.

Na discussão sobre os cursos sequenciais, os participantes da Oficina Regional foram contrários à implantação desses cursos na modalidade de formação específica, já que eles atingem a profissão no âmbito da formação de graduação e no mercado de trabalho, o que implicaria a desqualificação do exercício profissional. Sobre o Exame Nacional de Cursos (Provão) foi sugerida a elaboração de uma proposta global de avaliação institucional, coordenada pela ABEPSS, dando ênfase à dimensão qualitativa do processo de avaliação dos cursos de graduação. Estes posicionamentos também foram aprovados no *Seminário Nacional sobre a Política de Ensino Superior no Brasil*¹¹.

Nesta Oficina Regional de 1999, também foi debatido o tema *Serviço Social e processo de trabalho*, e foram apresentadas as versões preliminares dos projetos pedagógicos das unidades de ensino do Nordeste, seguidas da apreciação da Coordenação Nacional de Graduação da ABEPSS.

No ano de 2000, a regional Nordeste da ABEPSS realizou mais uma Oficina Regional; nesta ocasião, na Universidade Federal de Pernambuco, no mês de outubro. Neste evento o tema central foi *Profissão e realidade: as mediações do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*. Na oportunidade, realizou-se um trabalho em grupo para discussão do processo de

revisão curricular nas unidades de ensino, enfatizando-se os seguintes eixos: Trabalho e Serviço Social, Questão Social, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, Estágio Curricular e Ética¹². A partir destas discussões foi possível atingir o objetivo de acompanhar o processo de implementação das Diretrizes Curriculares nas unidades de ensino do Nordeste, bem como compartilhar as dificuldades do processo¹³. Nesta Oficina também foi contemplada a avaliação da gestão da regional Nordeste, que viria a ser substituída na Assembléia Geral da ABEPSS realizada posteriormente em Brasília, em novembro de 2000.

Quando, em janeiro de 2001, a diretoria regional assume, acompanhamos a discussão realizada pela executiva nacional da ABEPSS, em março de 2001, na qual resolveu-se priorizar o Núcleo de Fundamentação do Trabalho Profissional.

Isto, por entender-se que aprimorar a formação para o trabalho profissional constitui um passo possível e necessário para consolidar a *direção social* do currículo de 1982, articulando-se os referenciais teóricos e ético-políticos acumulados e a dimensão interventiva da ação profissional. Nesse sentido, as unidades de ensino foram convidadas a discutir o tema *O trabalho do assistente social: (re)construindo o processo de ensino-aprendizagem na formação profissional* na Oficina Regional do Nordeste, realizada em Maceió, na Universidade Federal de Alagoas, no período de 4 a 5 de dezembro de 2001, contando com a participação de dez (10) unidades de ensino filiadas à ABEPSS, a saber: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

Na oficina, foi registrada a participação de uma

⁹ Os textos e o relatório deste Seminário estão publicados na Revista *Temporalis* n.1, publicada pela ABEPSS em 2000.

¹⁰ Texto elaborado por Marilda Iamamoto, Ivaneide Boschetti e Franci Cardoso, publicado na Revista *Temporalis* n. 1.

¹¹ Cf. Relatório deste Seminário na revista *Temporalis* n.01

¹² Vale destacar que estes eixos também foram discutidos anteriormente, na Oficina Nacional realizada pela ABEPSS/Nacional em junho de 2000. Cf. Relatório publicado na Revista *Temporalis* n. 2, 2000.

¹³ Cf. Relatório da Oficina Regional, sistematizado por Sâmia Rodrigues Ramos e Silvana Mara Moraes Santos. Recife, 2001, Alimeo.

representante do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciência, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte – FACEX, do Rio Grande do Norte, ainda não filiada à ABEPSS. Infelizmente a representação da Universidade Tiradentes – UNIT não pôde comparecer. Dois CRESS estiveram presentes: Ceará e Alagoas. Também compareceram ao evento duas representações regionais da ENESSO na oficina, bem como de estudantes da UFAL, UFS e UFRN. Vale ressaltar que desde o processo de preparação da Oficina a diretoria contou com um amplo apoio das Unidades de Ensino, que nos enviaram suas produções sobre os projetos pedagógicos e responderam aos nossos contatos.

A Oficina foi iniciada com a palestra da Professora Dra. Maria Aparecida Cassab (presidente da ABEPSS) sobre *O trabalho do assistente social: (re) construindo o processo de ensino-aprendizagem na formação profissional*, a qual foi seguida de debate. Neste, os participantes da Oficina procuraram compreender as novas Diretrizes para o Curso de Serviço Social, aprovadas pelo MEC, em 2001, e que devem fundamentar a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, especialmente no que se refere ao Núcleo do Trabalho Profissional. Considerou-se como fundamental a garantia dos princípios e da lógica das diretrizes propostas coletivamente pela ABEPSS.

À tarde a discussão continuou com a mesa redonda sobre *Avaliação institucional dos cursos de Serviço Social*, que contou novamente com a participação da Profa. Dra. Maria Aparecida Cassab, além das presenças da Profa. Sandra Lyra/Centro de Educação (CEDU-UFAL) e da estudante Nívea Cristiane, representante da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO. O debate girou em torno da atual política de avaliação dos cursos superiores empreendida pelo MEC, como parte da Reforma do Ensino Superior consubstanciada na nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Discutiram-se, também, as repercussões deste processo para os cursos de Serviço Social. Na ocasião, foi possível acompanhar a análise sobre a avaliação dos cursos superiores no contexto da política do MEC, feita pela professora da UFAL, o posicionamento da ABEPSS frente a esta avaliação¹⁴, bem como o debate que vem sendo empreendido pelo

¹⁴ Cf. Suplemento da Revista Temporalis, publicado em 2001, sobre o tema da avaliação institucional.

movimento estudantil.

Após a exposição das palestrantes, os participantes da Oficina trabalharam em grupo, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre o Núcleo do Trabalho Profissional e elaborar indicações para uma agenda regional. O debate teve como eixo norteador o documento *O processo de implantação das Diretrizes Curriculares nas Unidades de Ensino de Serviço Social do Nordeste: Subsídios para a discussão*¹⁵, elaborado pela diretoria regional, a partir da contribuição de nove (9) unidades de ensino¹⁶, as quais enviaram informações sobre os seus processos de elaboração/implantação das Diretrizes Curriculares.

A dinâmica do debate em grupo foi orientada pela problematização das seguintes questões:

1. Com base na sistematização elaborada pela ABEPSS/NE, relativa ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, propôs-se aos grupos a sua apreciação, solicitando-se considerações sobre as temáticas que apresentam tratamento diverso nos projetos pedagógicos;
2. Foi sugerido que os grupos contribuíssem para a elaboração de uma *agenda* que contemplasse as discussões da região, as iniciativas das Unidades de Ensino e a ação da ABEPSS no que se refere ao processo de elaboração das Diretrizes Curriculares nas Unidades de Ensino do Nordeste, com destaque para o Núcleo de Trabalho Profissional.

Após o trabalho em grupo, realizou-se a plenária final com a apresentação e discussão dos resultados do trabalho em grupo e aprovação de uma agenda para o regional Nordeste da ABEPSS.

¹⁵ Estrutura do documento

1. Estágio de implementação das diretrizes

1.1. Processo de discussão do projeto pedagógico na Unidade de Ensino

1.2. Estágio do projeto pedagógico

2. Adequação às diretrizes curriculares

2.1. Princípios

2.2. Perfil do profissional a ser formado

2.3. Organização curricular

2.3.1. Sistema acadêmico

2.3.2. Componentes curriculares

2.4. Acompanhamento e avaliação do processo de implementação do projeto pedagógico

3. Tratamento do núcleo de fundamentação do trabalho profissional

Indicações para o debate e formulação dos grupos

¹⁶ Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), FACEX/RN, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Católica de Salvador (UCSal).

A Oficina foi parte da iniciativa da diretoria regional na organização de um evento regional que também tratou do ensino de pós-graduação e da pesquisa em Serviço Social. Nos dias 2 e 3 de dezembro foi realizado o Encontro Regional de Pesquisa em Serviço Social – NE, com a participação de pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de Serviço Social da região Nordeste. Este Encontro contou com duas mesas redondas: uma sobre *A Questão Social e suas expressões no Nordeste*, com a participação da palestrante Profa. Dra. Tânia Bacelar/UFPE e a debatedora Profa. Ms. Maria Augusta Tavares/UFAL; e outra sobre *Estratégias de consolidação da pesquisa e da pós-graduação em Serviço Social no Nordeste*, que contou com a exposição da Coordenadora de Pós-graduação da ABEPSS/NE, Profa. Dra. Virgínia Borges /UFAL, e a participação da Presidente da ABEPSS, Profa. Dra. Maria Aparecida Cassab/UFF.

Os participantes do Encontro apresentaram suas pesquisas em Sessões Coordenadas¹⁷ e em Sessões Temáticas¹⁸. As sessões foram coordenadas por professores e contaram com o apoio de monitores alunos do curso de Serviço Social. Os resumos dos 95 trabalhos recebidos pela comissão científica estão publicados no Caderno de Resumos do Encontro, distribuído aos participantes do Encontro e também disponível no site da ABEPSS (www.abepss.org.br).

O Encontro Regional de Pesquisa e a Oficina Regional da ABEPSS constituíram uma importante iniciativa na área do Serviço Social na região Nordeste, haja vista ter sido possível atingir o objetivo de discutir a pesquisa e a pós-graduação em Serviço Social na região, bem como proporcionar discussões sobre a formação profissional do assistente social, na contemporaneidade, procurando articular o ensino e a pesquisa na área. A Comissão Organizadora¹⁹ contou com importantes colaborações para a

¹⁷ Apresentação de pesquisas aglutinadas em torno de um tema comum, trabalhado por grupos de pesquisa já constituídos. Foram realizadas 5 sessões com os temas: Transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade; O contexto das desigualdades/ limites sociais no Nordeste: persistência do atraso; Exclusão social em Maceió: a particularidade do Brasil-Novo e do Denisson Menezes; Reflexões sobre os fundamentos e as implicações dos princípios do atual Código de Ética de Serviço Social e seus reatamentos na Formação Profissional; Discurso: sujeito, história e ideologia.

¹⁸ Compostas por comunicações individuais de pesquisa, distribuídas nos seguintes temas: Seguridade Social, Terceiro Setor e Movimentos Sociais, Direitos Sociais e Políticas Públicas, Serviço Social e Relações de Trabalho, Trabalho e Formação Profissional, Gênero e Cultura.

¹⁹ A Comissão Organizadora foi composta pela diretoria ABEPSS-NE (Professoras Rosa Lúcia Prêdes Trindade, Reivan Marinho de Souza Carneiro, Maria Virgínia Borges Amaral, Janne Alves Rocha), pelas colegas do CRESS (Maria Betânia Buarque e Josilene Estácio), pela representante do CRESS (Elén Nogueira), pelas representações estudantis Ana Paula Refosco (ENESSO) e Gerlene Santos e Filomena Menezes (Diretório Acadêmico de Serviço Social da UFAL).

realização do evento. O apoio da UFAL concretizou-se através de várias instâncias: Gabinete do Reitor (GR), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Coordenadoria de Comunicação (COC), Gráfica Editora Universitária (EDUFAL), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/Diretoria do Centro), Departamento de Serviço Social (DSSO) e Coordenação do Curso de Serviço Social (CSSO). Destacamos o envolvimento dos alunos do curso de Serviço Social: alunos de iniciação científica, alunos dos grupos de pesquisa do Departamento, membros do Diretório Acadêmico e representantes de algumas turmas do curso, todos eles sintonizados com o clima de debate científico. Destacamos o grande apoio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL²⁰, através da liberação dos recursos necessários à realização do evento, demonstrando confiança e reconhecimento ao trabalho dos professores e alunos de Serviço Social, que hoje procuram consolidar as conquistas científicas desta área, no âmbito das ciências sociais e das demais áreas a elas articuladas.

II - O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NAS UNIDADES DE ENSINO DA REGIONAL NORDESTE DA ABEPSS

Embora as Unidades de Ensino do Nordeste tenham similitudes marcadas pela realidade da região, o processo de implementação das Diretrizes Curriculares segue caminhos diferentes, a depender da realidade local de cada Curso. Foi com esse entendimento que a diretoria se empenhou para elaborar um documento que apresentasse um perfil das escolas para os participantes da oficina e subsidiasse o debate sobre a formação do assistente social. As UEs enviaram seus Projetos Pedagógicos cujas informações serviram de base para a elaboração do referido documento.

Vale ressaltar que o trabalho realizado pela diretoria regional está respaldado na direção política da ABEPSS/Nacional,

²⁰ Contamos ainda com apoios como: o da Faculdade de Alagoas (FAL) - que nos cedeu seu auditório para a abertura do evento, o do Café Afa, o do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) e o da Caixa Econômica Federal (CAIXA). As entidades da categoria também colaboraram, especialmente os Conselhos Federal e Regional de Serviço Social.

que tem buscado consolidar o processo de implantação das Diretrizes Curriculares e o enfrentamento do processo de avaliação institucional. Continuando o trabalho da diretoria regional anterior, tem-se viabilizado um contato direto com as unidades de ensino, ocasião em que se pôde perceber a legitimidade da ABEPSS junto aos cursos de Serviço Social e a importância do debate coletivo para o enfrentamento dos desafios da reforma do ensino superior.

2.1 - Estágio atual de implementação das Diretrizes

0.0.1 - Estágio implantação do novo projeto Pedagógico

ESCOLAS	PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO	FASE ATUAL
UECE	Previsto para 2003	Em fase de discussão e sistematização.
UFRN	Implantado no 1º semestre de 2001	Implantação paulatina. Concluído.
UERN/Mossoró FACEX/RN	Implantado (Curso Novo) Implantado no 2º semestre de 2001	Implantação já iniciada.
UFPB	Previsto para 2003	Em fase de discussão e sistematização.
UEPB	Implantado em 2000.	Implantação realizada em todo o curso. Proposta de avaliação da implantação. Concluído.
UFPE	Implantado	Em fase de discussão e sistematização.
UFAL	Previsto para 2003	Em fase de discussão e sistematização.
UFS	Previsto para 2003	Em fase de discussão e sistematização.
UNIT/SE	Previsto para 2003	Em fase de discussão e sistematização.
UCSAL	Implantado a partir do 2º semestre de 2001	Implantação paulatina.
Faculdade Nobre Feira de Santana/BA	(Curso Novo) Implantado	Implantação iniciada.

2.1.2 Processo de discussão do projeto pedagógico nas Unidades de ensino

Na regional, o processo de elaboração dos projetos pedagógicos tem se dado de forma coletiva, envolvendo professores e alunos, em menor grau os supervisores de estágio e os CRESSs. A exceção fica por conta dos dois cursos novos, privados, cujos projetos foram elaborados por profissionais/consultorias contratados pelas Faculdades. Apesar deste distanciamento inicial na elaboração, os coordenadores destes dois cursos novos estão em sintonia com a ABEPSS e empreendendo esforços para que as Faculdades a ela se filiem.

Na UECE instalou-se uma Comissão Pedagógica que coordenou o processo coletivo do debate entre os professores, os técnicos de apoio, os representantes do CRESS-CE, do Fórum de Supervisores dos Campos de Estágio e dos estudantes. A discussão teve o respaldo legal e o apoio técnico-pedagógico do Fórum de Coordenadores de Cursos; foi fundamentada na pesquisa do perfil dos assistentes sociais no mercado de trabalho, nos anos 90, e na pesquisa do perfil sócio-econômico dos alunos do Curso de Serviço Social da UECE. O processo de avaliação está articulado a uma avaliação institucional desenvolvida pela UECE.

Na UFRN o processo foi coletivo e articulado a ABEPSS, fundamentado na avaliação do currículo vigente.

Na UERN houve um processo coletivo de discussão.

Na FACEX o projeto pedagógico foi elaborado para abertura do curso no primeiro semestre de 2001.

Na UFPB realizou-se uma Oficina Local como preparação para a Regional, no dia 19 de novembro, na qual foi discutida a proposta de currículo da Unidade de Ensino.

Na UEPB o processo de implantação do novo projeto pedagógico em 2000 foi uma exigência da própria universidade, que mudou seu regime para seriado anual.

Na UFPE o processo deu-se de maneira coletiva; foi coordenado pelo Colegiado do Curso, contando com a participação dos professores, alunos, assistentes sociais das instituições de estágio e representantes da categoria.

Na UFAL o processo foi coletivo, coordenado por uma Comissão de Avaliação Curricular sob a direção do Colegiado de Curso, de forma articulada à Pró-Reitoria de Graduação, contando com a participação da chefia do departamento, representação dos docentes, dos discentes e da categoria (CRESS-AL).

Na UFS o processo foi encaminhado por uma Comissão Interinstitucional, contando com a participação do representante do CRESS-SE, dos professores e dos estudantes.

Na UCSAL, participaram do processo de discussão, desde 1994, professores, representantes dos estudantes e da categoria. O debate ocorreu de forma articulada e sob a orientação das recomendações da ABEPSS. Desta discussão resultou a proposta de se instituir duas áreas de habilitação: Gestão Participativa e Desenvolvimento Social e Abordagens Interativas e Desenvolvimento Humano (discussão em andamento).

Na Faculdade Nobre (Feira de Santana-BA) o projeto pedagógico foi elaborado para abertura do curso no primeiro semestre de 2002, por uma consultoria de São Paulo, revisado pela comissão de avaliação.

2.2 - Diretrizes Curriculares

Nos projetos pedagógicos os princípios e o perfil do profissional a ser formado estão sintonizados com o previsto no texto original das Diretrizes Curriculares.

2.2.1 - Princípios

A UECE explicita sua plena adesão aos Princípios e às Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS em 1996.

A UFRN manifesta o compromisso com a superação da tradição conservadora e adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social. Os *"valores e princípios"* são colocados no horizonte do projeto, visando à reflexão crítica sobre a ordem burguesa. Põe de forma explícita a *"defesa da equidade e justiça social, assim como da qualidade e da gestão democrática dos serviços, além da luta contra a exclusão e as mais diversas formas de exploração"*; o pluralismo;

a indissociabilidade das dimensões ensino, pesquisa e extensão; a centralidade do perfil investigativo-interventivo do profissional de Serviço Social; os padrões de desempenho de qualidade e o caráter interdisciplinar da formação profissional.

Com relação à FACEX, os princípios das diretrizes curriculares não estão explícitos no projeto pedagógico.

A UERN, no seu projeto pedagógico, diz claramente estar concatenada com as diretrizes curriculares da ABEPSS, destacando os seguintes princípios: criticidade, pluralidade, interdisciplinaridade, flexibilidade curricular, compromisso social, indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão, dimensão ético-política.

A UFPB assume uma real sintonia com os princípios das diretrizes curriculares da ABEPSS.

Na UFAL destaca-se o pluralismo e a busca da flexibilidade na organização curricular.

Na UFS é relevante a presença do pluralismo, da flexibilidade da organização curricular, da busca de superação da dicotomia entre teoria e prática, da perspectiva da totalidade, da indissociabilidade das dimensões ensino, pesquisa e extensão, da ética como princípio que perpassa toda a formação, e da defesa da interdisciplinaridade.

No projeto da UCSAL, explicitam-se o pluralismo das idéias e dos divergentes modos de conceber e decifrar a formação profissional, a flexibilidade da organização curricular, busca de superação da dicotomia entre teoria e prática, a perspectiva da totalidade, a indissociabilidade das dimensões ensino, pesquisa e extensão, a ética como princípio que perpassa toda a formação e a defesa de interdisciplinaridade.

2.3 - Perfil do profissional a ser formado

No que se refere ao perfil profissional, o documento da UECE aponta para a necessidade de uma *"formação humanista e ético política, com competência teórico-operativa para atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento e possuidor de*

habilidades como iniciativa, liderança, criatividade, relacionamento, negociação, resolução comunicação e argumentação”.

Segundo a proposta da UFRN o perfil profissional inclui os requisitos de ser crítico, plural, generalista; ter competência teórica, ético-política e técnico-operativa; ser capaz de “atender criticamente as demandas nos espaços possíveis de atuação para a profissão, entendendo que o trabalho profissional não deve pautar-se por ‘modelos’ previamente concebidos; ter capacidade de leitura da sociedade em movimento, buscando dar respostas aos vários desafios colocados pela realidade social; deve conceber o ofício da pesquisa como fundamental no trabalho profissional”; ser propositivo para contribuir com o enfrentamento da questão social; deve ser competente no fazer profissional.

No documento da FACEX é previsto que a formação do profissional deverá capacitar o assistente social nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para atuar frente aos desafios da contemporaneidade.

O perfil proposto pela UERN pressupõe a formação de um profissional capacitado intelectualmente; de perspectiva generalista e crítica para resolver problemas sociais e apontar soluções; desenvolver sua capacidade investigativa, teórica, política, ética.

Segundo a proposta da UFPE o profissional deverá estar capacitado para a apreensão crítica do processo histórico como totalidade, desenvolvendo uma postura investigativa, ético-política e técnica.

De acordo com a UFAL a formação em Serviço Social supõe um profissional capaz de analisar, decifrar e atuar sobre as múltiplas expressões da questão social; ser propositivo na formulação e implementação de políticas de enfrentamento da questão social; ser generalista e comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social.

Para a UFS o profissional deverá ter competência teórico-metodológica; ser capaz de assessorar e executar políticas sociais; ser propositivo, crítico, reflexivo e criativo; estar capacitado para compreender e intervir na realidade institucional; ter competência para entender as realidades locais, regionais e nacionais, enfim,

ser capaz de produzir conhecimentos; comprometimento com a transformação social.

A UCSAL propõe-se a formar um profissional generalista; estar comprometido com os princípios ético-políticos, os direitos sociais; ter competência teórico-metodológica e técnico-operativa; ser flexível, versátil e dinâmico; sintonizado com o seu tempo e com os usuários dos serviços; manter-se atualizado e qualificado para investigação; ser crítico, reflexivo, propositivo e criativo.

0.1 - Organização Curricular

0.1.1 - Sistema Acadêmico

SEMESTRAL: UCSAL, UFS, UECE, UFRN, UFPE, UERN, FACEX/RN, UNIT, FAN/BA, UNICAP; UFPB.

ANUAL: UFAL, UEPB.

0.1.2 - Componentes Curriculares

Todos os Projetos Pedagógicos estão em consonância com as orientações das Diretrizes Curriculares. Os *princípios da flexibilização, do exercício do pluralismo, da indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão* estão presentes nas propostas pedagógicas, fundamentando a organização curricular.

Os projetos oferecem disciplinas obrigatórias e eletivas; seminários temáticos, oficinas / laboratórios (que permitem a operacionalização de conteúdos, de instrumentos / técnicas) e atividades complementares (iniciação científica, monitoria, práticas de extensão, eventos científicos).

Os seminários temáticos propostos contemplam temas diversos sobre a realidade social contemporânea, em geral contribuindo para os processos de aprendizagem do estágio supervisionado. As oficinas sugeridas possibilitam a aquisição de habilidades técnico-instrumentais.

A não-obrigatoriedade formal de pré-requisitos na grade curricular é uma tendência observada na maioria dos projetos. Identifica-se a preocupação com a não-fragmentação dos conteúdos dos diversos componentes curriculares e a tentativa de articulação destes conteúdos, seguindo os princípios que

orientam os núcleos de fundamentação da formação profissional. Os projetos propõem a criação e o fortalecimento de grupos de pesquisa como espaço de fomento da atitude investigativa, em articulação com os núcleos temáticos vinculados ao Estágio. Apresentam regulamentações específicas para o Trabalho de Conclusão de Curso e para o Estágio Supervisionado. O Estágio Supervisionado – atividade curricular obrigatória – é objeto de preocupação no sentido de torná-lo um processo de aprendizagem mais próximo da dinâmica e das demandas do exercício profissional na realidade social. Propõe-se, na maioria dos projetos, a formação de Núcleos Temáticos relacionados aos estágios para contribuir com a articulação dos núcleos da fundamentação profissional, incluindo uma disciplina introdutória sobre o trabalho do Assistente Social no início do curso.

A articulação com a pós-graduação é uma prática a ser viabilizada, o que possibilitará a elevação da qualidade dos cursos de graduação.

0.2 - Acompanhamento e avaliação do processo de implementação do projeto pedagógico

Em alguns projetos há propostas concretas de formas de avaliação do processo de implementação; algumas vinculadas às iniciativas da universidade, outras através da formação de comissões de acompanhamento. Apontamos a necessidade de incremento e socialização dos processos de avaliação, já que nos contatos e visitas às unidades de ensino algumas dificuldades de implantação já aparecem, especialmente no tocante à articulação de conteúdos, às mudanças no estágio, à operacionalização dos Núcleos Temáticos, dentre outras.

2.6 - Agenda sobre o processo de implementação das Diretrizes²¹

Para a ABEPSS:

- Garantir assessoria às IES no processo de implementação do

²¹ Aprovada na Plenária Final da Oficina Regional da ABEPSS, dia 05/12/2001.

novo currículo

- Disponibilizar no site da ABEPSS o nome dos pesquisadores que tenham domínio sobre categorias teóricas e questões fundamentais, tais como: Trabalho, Questão Social, Ética, dentre outras.
- Disponibilizar para as IES as produções sobre a categoria trabalho
- Disponibilizar para as IES os projetos pedagógicos elaborados pelos cursos de Serviço Social.
- Promover um seminário sobre a categoria trabalho, para os docentes.
- Viabilizar curso a distância sobre temas que fundamentam a implementação dos currículos.
- Manter e criar mecanismos que intensifiquem a articulação entre graduação e pós-graduação.
- Criação de Grupos de Trabalho (GTs) que articulem os grupos de pesquisa existentes, para subsidiar as discussões sobre as temáticas do currículo.

Para as Unidades de Ensino:

- Formar grupos de trabalho sobre temáticas que fundamentem a implantação das Diretrizes Curriculares.
- Promover mini-cursos sobre a categoria trabalho e outros temas que apresentem dificuldades para o currículo.
- Não restringir a discussão sobre trabalho aos professores de algumas disciplinas.
- Promover o intercâmbio e a socialização de produções com outros cursos.
- Promoção de um seminário preparatório para o seminário regional sobre trabalho.
- Promover encontros entre as unidades de ensino próximas e com problemas comuns.
- Contribuir para o intercâmbio entre as Unidades de Ensino via Internet.
- Formar acervo de produções sobre a categoria trabalho.
- Garantir que o representante da unidade de ensino nos eventos/discussões da ABEPSS repasse os resultados, informações e documentação para o corpo docente e estudantes do curso.
- Investir na capacitação teórico-metodológica e didático-

pedagógica dos docentes.

- Socializar as discussões sobre a formação profissional nas unidades de ensino com o debate sobre o exercício profissional no conjunto CFESS/CRESS.
- Considerar na relação pedagógica a condição do aluno trabalhador e a condição do trabalho docente.
- Aprofundar a discussão sobre os princípios do pluralismo e flexibilidade presentes nas Diretrizes Curriculares.

Iniciativas das unidades de ensino sobre o processo de implantação dos projetos pedagógicos:

- Visita às duas novas Unidades de Ensino, para conhecimento do curso (alunos e professores) e contato com as direções sobre a filiação à ABEPSS (FACEX/RN e FAN/BA).
- Debate sobre a proposta do projeto pedagógico do curso com professores e representação estudantil (UFPB).
- Reuniões com colegiado de curso/comissões de currículo e a vice-presidência da ABEPSS para discussão sobre as Diretrizes Curriculares, seu processo de implantação e avaliação institucional (UNIT/SE, UCSal).
- Realização de Seminário sobre Estágio (UFAL).
- Implantação do Fórum Permanente de discussão, com a proposta de ampliar o espaço formativo do profissional, estimular a discussão acadêmica e contribuir para o aprofundamento da consciência político-social, através de eventos científicos e culturais (UCSal).
- Seminário sobre *O projeto ético-político e as instâncias organizativas da categoria*, com a presença de representações do CFESS, CRESS, ENESSO e a vice-presidente regional da ABEPSS/NE, que contou com a participação de professores, alunos e assistentes sociais da região. O Seminário cumpriu o papel de iniciar o debate sobre a profissão no curso recém-criado.
- Cursos/debates sobre o trabalho profissional (UFRN, UCSal e UFS).

Debate com os estudantes:

- A representação estudantil da ABEPSS na região Nordeste iniciou sua participação na gestão expondo um planejamento de atividades, feito no início de 2001 e apresentado na primeira reunião da diretoria regional. A representante Júlia Angélica de O. Ataíde desenvolveu várias atividades e contatos com as unidades de ensino no primeiro semestre de 2001. A vice-presidente regional participou, em abril de 2001, juntamente com a estudante da mesa-redonda sobre *Diretrizes Curriculares: polêmicas acerca da revisão curricular*, no ERESS da região II.
- No segundo semestre de 2001, fomos comunicadas da renúncia da representante estudantil e da impossibilidade de a suplente substituí-la. Dessa forma, a regional manteve-se desde o final de 2001 sem representante dos estudantes.
- Para suprir estas importantes ausências, a diretoria manteve-se articulada com as representações regionais da ENESSO – Nívea Cristiane (UFPB) e Ana Paula Refosco (UFAL), e representação discente nacional, que vêm colaborando na articulação com os estudantes, especialmente quando da preparação da Oficina Regional.
- Nas discussões sobre o projeto pedagógico, a participação dos estudantes é maior entre as lideranças dos DAs e da ENESSO.
- O estudante está muito presente nos debates sobre avaliação institucional, especialmente sobre o provão, mas as iniciativas para as quais a ABEPSS regional tem sido convidada são de iniciativa das coordenações de curso/diretorias de escolas.
- Em abril de 2002, a coordenadora de graduação do regional ABEPSS/NE esteve presente no debate sobre formação profissional no ERESS da 3ª Região, participando da Mesa sobre *As novas exigências teórico-metodológicas das novas diretrizes curriculares*.

III- O TRATAMENTO DO NÚCLEO DE FUNDAMENTAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DAS UNIDADES DE ENSINO DO REGIONAL NORDESTE DA ABEPSS.

A nova lógica curricular prevista nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos em três núcleos de fundamentação da formação profissional: o *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*, o *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* e o *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*, definidos nas novas diretrizes curriculares.

O *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social* compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e éticos para conhecer o ser social como totalidade histórica, fornecendo os componentes para a compreensão da sociedade burguesa em seu movimento contraditório. Reafirma-se o trabalho como núcleo central na constituição do ser social.

O *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* remete à compreensão da sociedade brasileira na configuração urbano-industrial e nas diversidades regionais e locais. Compreende, ainda, o significado do Serviço Social no conjunto das relações entre as classes e o Estado, abrangendo a dinâmica institucional na esfera estatal e privada.

O *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional* compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como ação profissional; põe como exigência considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam a atividade do assistente social; os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho e a articulação do assistente social com outros trabalhadores.

Considera-se, ainda, a trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica da profissão, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Explicita que é a articulação entre o rigor teórico-metodológico e o acompanhamento da dinâmica societária que

permitirão atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva da profissão.

Seguindo as recomendações da ABEPSS/Nacional, destacamos o tratamento conferido pelos projetos pedagógicos ao *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*. Isto sem perder de vista a articulação entre os três núcleos e a indissociabilidade entre os seus conteúdos. Identificam-se alguns eixos que compõem este Núcleo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social; Serviço Social e processo de trabalho; Pesquisa em Serviço Social; Planejamento e Administração em Serviço Social; Ética Profissional e Estágio Supervisionado. As sistematizações apresentadas aqui, sobre o eixos do Núcleo do Trabalho Profissional, são fruto das leituras dos projetos pedagógicos realizadas pela diretoria regional, quando da preparação da Oficina. Acrescentamos a esta sistematização algumas observações feitas a partir das visitas e dos contatos com as escolas (depois da Oficina) e o resultado do trabalho em grupo da Oficina Regional, no qual foram discutidos apenas os eixos Fundamentos (do Serviço Social) e Serviço Social e processo de trabalho.

I - Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social

Segundo as Diretrizes Curriculares, o tópico de estudo *Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social* deverá contemplar o seguinte conteúdo, necessário à formação do assistente social: *o processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais, enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, prioritariamente no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social.*

Tendências:

- Recuperação da história do Serviço Social, dos fundamentos teórico-metodológicos apropriados desde os seus primórdios até

a contemporaneidade.

- Conhecimento introdutório sobre a profissão, com o objetivo de fornecer ao aluno informações sobre a realidade social, sobre o mercado de trabalho, sobre a função sócio-histórico do Serviço Social e sobre a organização da categoria.

Debate no grupo:

Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social

- Recuperar coletivamente a apreensão do conteúdo de Fundamentos históricos, teórico-metodológicos do Serviço Social, tendo em vista a atualização do debate teórico sobre a profissão.
- Recuperar a história da profissão a partir do resgate da dinâmica da realidade social na qual está inserida, ou seja, capturar as bases materiais, histórico-sociais que definem a profissão na sociedade.
- Apreender os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a profissão articulados ao movimento da sociedade e à história do Serviço Social.
- Situar a profissão historicamente, considerando as transformações societárias em curso.
- Evitar, neste eixo, a repetição dos conteúdos que fundamentam o Núcleo da vida social, bem como a recuperação linear da história da profissão.
- Situar a história da profissão, recuperando os momentos que refletem os saltos qualitativos profissionais, articulando-os aos processos históricos em curso.

II – Serviço Social e Processos de Trabalho

Segundo as Diretrizes Curriculares, o tópico de estudo *Serviço Social e Processo de Trabalho* deverá contemplar o seguinte conteúdo, necessário à formação do assistente social: *O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do assistente social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho.*

Supervisão do trabalho profissional e estágio.

Tendências;

- Serviço Social como processo de trabalho, cujos elementos constitutivos são: objeto/matéria-prima (questão social), meio de trabalho e produto do processo de trabalho profissional;
- Delimitação do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, demandas e atribuições profissionais e preparação para a inserção institucional;
- Relação do Serviço Social com os processos de trabalho na sociedade capitalista;
- Delimitação dos processos de trabalho nos quais o Serviço Social atua – Estado, Mercado e Terceiro Setor;
- Interdisciplinaridade nos processos de trabalho;
- Inclusão do instrumental técnico-operativo no componente curricular Serviço Social e processo de trabalho.
- A dimensão técnico-operativa da formação profissional é tratada, no geral, em Oficinas de instrumentalidade. Trata-se da aquisição de habilidades relativas aos procedimentos e instrumentos presentes no trabalho profissional. As abordagens individuais e grupais adquirem destaque, além das variadas formas de documentação. Estão presentes vários instrumentos relativos ao desempenho de atribuições próprias às novas configurações das políticas sociais, tais como a avaliação e a elaboração de projetos e processos de consultoria/assessoria. Estes conteúdos também aparecem no desenvolvimento do tópico de estudos Administração e Planejamento em Serviço Social.
- É possível identificar que a articulação entre a dimensão técnico-operativa e os fundamentos teórico-metodológicos ainda é pouco contemplada nas propostas curriculares, pois, em sua maioria, não aparecem explicitamente.

Ainda sobre Serviço Social e Processo de Trabalho, faz-se necessário destacar alguns aspectos de dois eixos fundamentais: Trabalho e Questão Social, já que ambos articulam conteúdos presentes nos três núcleos de fundamentos.

Tendências:

- Adoção do trabalho como categoria central do currículo, na sua constituição teórica e histórica;
- Tratamento da categoria Trabalho na sua historicidade contemporânea, sem a fundamentação teórica mais precisa;
- Ausência de componentes curriculares que tratem da questão teórica e histórica do trabalho;
- Tratamento teórico da questão social na sua articulação com a categoria Trabalho, inserindo-a na totalidade social;
- Concepção de questão social nas suas diferentes manifestações, inclusive nas particularidades da região;
- Ausência de tratamento da questão social;
- Questão social tratada na disciplina Formação sócio-histórica do Brasil.

Nas propostas curriculares, tendo como referência as Diretrizes curriculares, pode-se apontar a necessidade de aprofundamento da categoria trabalho, bem como o conhecimento da materialidade do trabalho na sociedade capitalista e suas expressões na contemporaneidade. A isto, pode-se acrescentar o aprofundamento da concepção de questão social articulada à totalidade social, demarcando suas expressões na formação brasileira e regional. Desta forma, pode-se pensar na configuração das expressões da questão social, suas formas de enfrentamento e a relação entre o Serviço Social e os processos de trabalho. Pode-se atentar, também, para as expressões do trabalho profissional no Nordeste articuladas às expressões da questão social e suas formas de administração/resistência na região. Assim, põe-se a possibilidade de articulação do Serviço Social com o trabalho e com a questão social.

Na relação entre Serviço Social e Processos de Trabalho, são observadas concepções diferenciadas sobre o *processo de trabalho*, seja no que se refere a sua definição como elemento constitutivo da profissão, seja no que diz respeito aos processos nos quais o Serviço Social se insere.

No que concerne à dimensão técnico-operativa, identifica-se a necessidade de articulação da instrumentalidade com a fundamentação teórica (ético-política, histórica e teórico-metodológica), evitando-se tendências de padronização e transformação dos instrumentos em modelos para o exercício do

trabalho profissional.

Debate no grupo:

Serviço Social e Processo de Trabalho

- Fundamentar o debate sobre a cultura profissional a partir de três questões centrais que permeiam o conteúdo do Núcleo do Trabalho Profissional, a saber: Serviço Social e Questão Social, Serviço Social e processos de trabalho, Questão ético-política e Serviço Social.
- Aprofundar os conhecimentos sobre o método dialético.
- Aprofundar o estudo sobre a categoria trabalho na perspectiva marxiana.
- Apreender o debate contemporâneo na profissão que discorre sobre a relação Serviço Social e processos de trabalho.
- Retomar o debate em torno das concepções de profissão como especialização do trabalho coletivo produzido socialmente e a sua inserção em processos de trabalho coletivo.
- Evitar o tratamento político do tema em questão.
- Esclarecer as diferentes perspectivas de análise sobre a relação Serviço Social e processo de trabalho na perspectiva marxista.
- Não desvincular os conteúdos dos três núcleos de fundamentação da formação profissional ao tratar deste eixo de análise.
- Conhecer e socializar as produções no Nordeste que tratam do tema em questão.

Iniciativas das Unidades de Ensino

Dando continuidade às propostas da Oficina Regional, algumas Unidades de Ensino realizaram atividades que contemplam questões concernentes ao Serviço Social e o processo de trabalho.

- UFRN: Em fevereiro de 2002, a base de pesquisa *Trabalho profissional e proteção social*, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, promoveu o curso Serviço Social na contemporaneidade. A questão do trabalho profissional, ministrado pela Profa. Marilda Iamamoto, com a participação de professores e alunos de graduação e pós-graduação da UFRN, profissionais e supervisores de estágio, professores da UEPB,

UFPB, FACEX, além da vice-presidente regional da ABEPSS.

- UFS: Realizou em março de 2002 um debate sobre Serviço Social e Processo de Trabalho, com a participação de professores, representação de alunos e do CRESS, contando com a presença da vice-presidente regional da ABEPSS.

- UCSal: Realizou em maio de 2002 o curso *O trabalho profissional do Serviço Social*, ministrado pela Profa. Marilda Iamamoto, com a participação de professores e supervisores de estágio.

III - Pesquisa em Serviço Social

Segundo as Diretrizes Curriculares, o tópico de estudo *Pesquisa em Serviço Social* deverá contemplar o seguinte conteúdo, necessário à formação do assistente social: *Concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social.*

Tendências

- Preparação do aluno para lidar com instrumentos científicos, leitura e redação, elaboração de trabalhos científicos, desde o início do curso.
- Processo de construção do conhecimento e a prática de investigação científica, perspectivas teórico-metodológicas da pesquisa, enfoque qualitativo da pesquisa.
- Oficinas de pesquisa para elaboração de projetos de pesquisa.
- Estatística e indicadores sociais.

IV - Planejamento e Administração

Segundo as Diretrizes Curriculares, o tópico de estudo *Administração e Planejamento* deverá contemplar o seguinte conteúdo necessário à formação do assistente social: *As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade*

civil.

Tendências:

- Abordagem das teorias da administração e do planejamento.
- Concepções teóricas das formas de gestão.
- Planejamento estratégico e Planejamento participativo.
- Introdução de componentes curriculares sobre Gestão Social.
- Avaliação de projetos e programas sociais.
- Elaboração e execução de projetos.

V - Ética Profissional

Segundo as Diretrizes Curriculares, o tópico de *Ética Profissional* deverá contemplar o seguinte conteúdo, necessário à formação do assistente social: *Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social e suas implicações na ética do Serviço Social. A construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional. Questões éticas contemporâneas e seus fundamentos teórico-filosóficos. O Código de Ética na história do Serviço Social brasileiro.*

Tendências:

- Nem todas as UE tratam dos fundamentos ontológicos da ética
- Ênfase nos dilemas ético-morais, e em alguns projetos são especificadas as questões éticas contemporâneas.
- Abordagem sobre a ética profissional e suas implicações no exercício profissional.
- Destaque para os Códigos de Ética.
- É possível identificar uma desarticulação entre ética e política e projetos políticos na sociedade, bem como a não-explicitação da ética como componente do trabalho profissional.

VI - Estágio

Segundo as Diretrizes Curriculares, o *Estágio Supervisionado* define-se como: (...) *uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática.*

Tendências

- Reforço na constituição do Fórum de Supervisores de Estágio.
- Preocupação em criar estratégias de introdução do aluno no estágio.
- Estágio articulado à política de extensão.
- Oficinas de preparação para o estágio.
- Nos projetos pedagógicos, os seminários temáticos se articulam ao estágio, abordando variadas temáticas, tais como: questão social, cultura, meio ambiente, violência, políticas setoriais, gênero, terceira idade, racismo, universidade, portadores de necessidades especiais, ética, direitos humanos, pobreza, exclusão.
- Formação de Núcleos temáticos que subsidiem o estágio.

Iniciativas das unidades de ensino:

Em relação ao estágio supervisionado, algumas iniciativas foram tomadas pelas seguintes unidades:

- UFAL: realizou um Seminário sobre *Estágio na formação profissional do assistente social*, em fevereiro de 2002, com a participação de professores, alunos, supervisores de estágio, representantes do CRESS e a diretoria regional da ABEPSS. O seminário discutiu a concepção de estágio nas Diretrizes Curriculares, os desafios contemporâneos para o trabalho profissional, a política de estágio da Coordenação de estágio da Pró-Reitoria estudantil da UFAL e analisou a proposta de estágio no projeto pedagógico de Serviço Social da UFAL. O evento contou com a assessoria da Profa. Dra. Ana Vasconcelos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
- UFRN: indica a necessidade de discussão (do debate sobre estágio para a implantação da nova política de estágio).

Finalizando este mapeamento das tendências do Núcleo do Trabalho Profissional nos projetos pedagógicos das Unidades de Ensino do regional Nordeste, podemos destacar a pertinência da definição da ABEPSS, nesta gestão, de priorizar e enfatizar o debate sobre este Núcleo. De fato, é em seu âmbito que se encontram as maiores dificuldades e desafios para a consolidação de mudanças na formação para o trabalho profissional. Supomos que o distanciamento de boa parte da produção acadêmica dos professores nas Unidades de Ensino em

relação ao Serviço Social, ou a insuficiente mediação dos estudos mais gerais com as questões próprias à profissão, tem dificultado a apreensão da relação entre Trabalho e Serviço Social.

Conseqüentemente, são encontradas dificuldades para inovar o processo formativo, na direção de uma formação mais consistente para o exercício profissional. Além disso, pode-se destacar que o entendimento da nova lógica curricular – novos componentes curriculares e a articulação entre os núcleos de fundamentação – ainda merece maiores esclarecimentos.

A despeito destas dificuldades, vale ressaltar o esforço das unidades de ensino em superá-las, o que pode ser verificado nas diversas iniciativas tomadas, em articulação com a ABEPSS.

IV - O DEBATE SOBRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

Na Oficina Regional a discussão sobre a *Avaliação institucional dos cursos de Serviço Social* foi iniciada com uma mesa-redonda, seguida de debate. Sobre as estratégias de enfrentamento do processo de avaliação institucional, foi sugerido no debate que as unidades de ensino:

- Invistam na implementação dos projetos pedagógicos condizentes com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.
- Implementem uma política de estágio adequada aos objetivos do curso, ao perfil profissional e às tendências do mercado de trabalho.
- Incentivem a capacitação e titulação dos docentes.
- Fomentem a formação e articulação de grupos de pesquisa.
- Incentivem a publicação dos trabalhos de docentes e alunos.
- Invistam na captação de recursos para a publicação de trabalhos dos grupos de pesquisa consolidados.
- Incrementem a política de bolsas para os alunos.
- Incentivem os docentes e alunos pesquisadores a implantarem seus currículos na Base Lattes do CNPq.
- Contribuam com a articulação da ABEPSS para a elaboração do cadastro dos avaliadores do MEC.
- Promovam debates sobre o Exame Nacional de Cursos (Provão)

e sobre a avaliação dos cursos de graduação, articulados à ABEPSS e ENESSO.

- Sejam contrárias às iniciativas de realização de cursinhos preparatórios para o Exame Nacional de Cursos (Provão).

Iniciativas das unidades de ensino sobre a avaliação institucional:

UFPB: Mesa-Redonda sobre Avaliação institucional e Provão - como parte da Oficina Local da ABEPSS - com a participação da Profa. Bernadete de Almeida e da vice-presidente regional ABEPSS/NE, no dia 29/04/2002, com a presença de professores e estudantes.

UFPE: Em 18/04 a coordenação do curso de Serviço Social realizou um Seminário Pedagógico com o debate sobre Avaliação Institucional dos cursos de Serviço Social, com a presença da vice-presidente regional ABEPSS/NE e da representação da ENESSO. Participaram do debate professores e alunos do curso.

UFAL: Em 26/03 a Comissão de Avaliação Curricular realizou debate sobre *Avaliação institucional dos cursos de graduação, o Exame Nacional de Cursos (Provão) e a Avaliação das Condições de Ensino* - como parte das atividades da Oficina Local da ABEPSS -, com a presença da vice-presidente regional da ABEPSS, dos coordenadores dos cursos de Economia, Engenharia Civil, Jornalismo e Serviço Social, da Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina, de representantes da Pró-reitoria de Graduação/PROGRAD - UFAL. Participaram do debate professores e alunos do curso diurno e noturno.

UNIT: Articulou o debate sobre a implantação do projeto pedagógico ao da avaliação institucional.

UCSal: Em 05/04 a direção da Escola de Serviço Social realizou um debate sobre Avaliação Institucional dos Cursos de Serviço Social, com a presença da vice-presidente regional da ABEPSS/NE e da representação da ENESSO. Participaram do debate professores e alunos do curso.

No debate sobre a avaliação institucional foram identificadas as seguintes polêmicas:

- Os professores estão participando do debate, preocupados com a estratégia de "nota zero" defendida pelo movimento estudantil

para o Provão de Serviço Social;

- Os alunos, especialmente as lideranças do movimento estudantil, cobram da ABEPSS um posicionamento contrário ao Provão, que venha a reforçar a estratégia "nota zero";

- As Unidades de Ensino vêm solicitando à ABEPSS a definição de uma política de enfrentamento do processo de avaliação institucional;

- Há concordância com a estratégia de encaminhar o processo de avaliação institucional priorizando o processo de implantação das Diretrizes conforme a formulação original da ABEPSS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionamos anteriormente, é possível que as dificuldades encontradas pelas unidades de ensino no processo de implementação dos seus Projetos Pedagógicos sejam devidas à insuficiente mediação entre leituras mais gerais que se faz acerca da realidade social e o exercício do Serviço Social. Entretanto, não podemos desconsiderar o esforço e o crescimento teórico-metodológico demonstrado nos debates dos encontros da ABEPSS e das iniciativas das unidades. Na região Nordeste é evidente o avanço nas pesquisas realizadas pelos cursos; necessita-se, contudo, que o propósito de maior articulação entre os níveis de graduação e pós-graduação seja efetivado.

Certamente, verifica-se que há uma contribuição relevante no debate do Serviço Social no que se refere à apreensão de processos e fenômenos na realidade social. Isto se deve à busca de maior rigor teórico a partir de uma maior inserção dos profissionais na investigação da realidade, em particular, contemporânea, a qual torna evidente as manifestações da questão social e a necessidade de seu enfrentamento. Neste sentido, apesar de todas as dificuldades que estão sendo encontradas no processo de elaboração e implementação das diretrizes curriculares nas Unidades de Ensino, ressaltamos a evidente disposição dos professores, discentes e supervisores de estágio em aprofundar e atualizar o debate profissional articulado à política da ABEPSS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Relatório da Oficina Nacional para Implementação das Diretrizes Curriculares. In. *Temporalis* n. 2, Brasília, 2000.

_____. Política de Ensino Superior no Brasil: A Regulamentação da LDB e as Implicações para o Serviço Social - Relatório Final do Seminário. In. *Temporalis* n.01, Brasília, 2000.

_____. Avaliação Institucional. *Suplemento Temporalis*, Rio de Janeiro, 2001.

ABESS/ Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil. Determinantes e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n.14, 1984.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 50, São Paulo, Cortez, 1996.

_____. *Caderno ABESS* nº 7. S. Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda/ BOSCHETTI, Ivanete e CARDOSO, Franci, Os Cursos Sequenciais na Reforma do Ensino Superior. In *Temporalis* n. 1. Brasília, 2000.

MEC/Ministério da Educação e do Desporto. Diretrizes Curriculares - Secretaria de Educação Superior, Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior, Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social.- Brasília, 26/02/1999.

_____. Parecer CNE/CES 492/2001.

RAMOS, Sâmia Rodrigues e SANTOS, Silvana Mara Moraes. *Relatório da Oficina Regional ABEPSS/Nordeste*. Recife, 2001, mimeo. TRINDADE, Rosa L. Prêdes/ AMARAL, M. Virgínia Borges/ CARNEIRO, Reivan. *Relatório da Oficina Regional ABEPSS/Nordeste*, Maceió, 2001.

_____. *A Formação do assistente social na contemporaneidade*, Oficina Nacional da ABEPSS, realizada dias 6 e 7 de junho de 2002, na UFF, Niterói-RJ, 2002, mimeo.

Diretoria da Regional Leste - Fórum de Supervisores - Assessores Temáticos - Maio/2002

Introdução

A Regional Leste conta atualmente com 21 instituições de ensino, sendo 5 públicas e 16 privadas, totalizando 23¹ cursos de Serviço Social em funcionamento, assim distribuídos: Espírito Santo - 3; Minas Gerais - 10² e Rio de Janeiro - 10.

Dos 23 cursos em funcionamento, 11 foram criados na última década (2 no Espírito Santo, 7 em Minas Gerais e 2 no Rio de Janeiro). Destes, 7 foram autorizados a funcionar após a elaboração das Diretrizes Curriculares. Tal ampliação altera significativamente a configuração da Região como poderá ser observado.

O presente texto objetiva, portanto, mais do que registrar a dinâmica e os resultados da Oficina Regional, apontar os principais desafios colocados hoje para esta Regional.

As discussões travadas na Oficina Regional

A Oficina Regional da ABEPSS-Leste, realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos dias 15 e 16 de abril do corrente ano, foi organizada pela Diretoria Regional e pelo Fórum de Supervisores/RJ; contou com 92 participantes³, distribuídos pelos três segmentos envolvidos na formação profissional. Fizeram-se representar 20 instituições, dentre as quais 15 Unidades de Ensino⁴.

¹ Vale lembrar que tanto a UFF como a PUCMG possuem mais de um campi.

² Há informação de que mais dois cursos estão em processo de autorização.

³ Af incluídas a Comissão Organizadora, Palestrantes e Assessoria Temática aos Grupos. Como palestrantes a Oficina contou com as seguintes participações: Prof. Dra. Maria Rosângela Batistoni - PUCSP (Palestra: "O Trabalho do Assistente Social: (re)construindo o processo de ensino-aprendizagem na formação profissional"), Prof. Mione Apolinário - UERJ ("A Dimensão Ético-Política da Formação Profissional"), Prof. Dra. Yolanda Guerra (UFRJ) e Profa. Dra. Ana Vasconcelos (UERJ) sobre o "Estágio e o Manejo da Instrumentalidade na Formação Profissional"; a A. S. Hilda Corrêa - CRESS/RJ (atualização da Pesquisa sobre Mercado de Trabalho). Participaram da Oficina na condição de Assessores Temáticos dos grupos as seguintes Professoras: Consuelo Quiroga (PUCMG), Fátima Grave (UFRJ), Necilda Santana (FSS/Caratinga), Sara Granemann (UFRJ), Suely Bulhões (PUCRJ), Vânia Manfrói (UFES), Yara Frizzerra (PUCMG) e Yolanda Guerra (UFRJ).

⁴ Unidades presentes à Oficina por Estado: Espírito Santo: Faculdade Salesiana de Vitória e UFES; Minas Gerais: Faculdade de Serviço Social de Caratinga, Instituto Educacional Santo Agostinho, PUCMG, UNIVALE, UFJF; Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social Santa Luzia, PUCRJ, Universidade Castelo Branco, UERJ, UFRJ, UFF-Niterói, UNIFOA e Universidade Veiga de Almeida.

Foram eixos privilegiados para a discussão: situação das IES em relação à implantação das Diretrizes Curriculares, implicações das Diretrizes no processo de ensino-aprendizagem: as dimensões ético-política e técnico-operativa na formação profissional e em particular no estágio; temáticas a serem priorizadas no debate relativo à formação profissional, bem como colaboração da Entidade em nível Regional e Nacional.

1. Sobre a implantação das Diretrizes Curriculares

Foram observados diferentes estágios da apropriação e implantação das Diretrizes Curriculares por parte tanto dos segmentos envolvidos, como das IES, sendo que as públicas - por vários motivos que serão detalhados no decorrer desta apresentação - iniciaram há mais tempo o processo de implantação.

Foram identificadas, ainda, estratégias diferenciadas para implantação das Diretrizes Curriculares; a saber: Política de Prática Acadêmica, Reforma Curricular, Política de Estágio, bem como a alteração inicial do conteúdo das disciplinas sem proceder a reforma do currículo (procedimento que será realizado *a posteriori*). Como dificuldades encontradas, ressaltou-se o fato de que algumas escolas que estão iniciando seus cursos, tiveram seus Projetos político-pedagógicos elaborado por pessoas estranhas ao quadro docente (i.e., foram "encomendados" à especialistas que não integram o corpo docente da Unidade de Ensino). Considerando que a implantação do Currículo Pleno dessas Unidades está a cargo de docentes recém contratados, os quais - via de regra - não acompanharam a discussão em torno de construção das Diretrizes Curriculares, o entendimento sobre a materialização da proposta da ABEPSS, contidas nos Currículos Plenos dessas IES, está extremamente dificultado.

No entanto, mesmo nos Cursos mais antigos, percebeu-se uma dificuldade de compreensão da concepção de formação profissional proposta pela ABEPSS obstaculizando sua expressão nos diferentes projetos/currículos das escolas. A questão das Atividades Extracurriculares se constitui em outro ponto sério de entendimento (como defini-las, como atribuir

carga horária etc.).

Interfere também na formação profissional as condições precárias dos cursos, tanto no que se refere ao pessoal docente, titulação e disponibilidade de tempo para atividades acadêmicas de pesquisa e extensão, como às condições materiais (bibliotecas, salas apropriadas para o atendimento de alunos, treinamento de entrevista, dinâmica de grupo etc.).

Um outro óbice enfrentado no processo de implantação diz respeito à composição do corpo docente. Nas instituições privadas de ensino, a questão volta-se para a consolidação de um quadro que possa responder com qualidade às demandas da formação profissional, em função da grande rotatividade dos professores (vínculos contratuais precários, com remuneração exclusiva pelo trabalho docente realizado em sala de aula) e da qualificação acadêmica não ser assumida como prioritária por parte das Mantenedoras. No entanto, se por um lado, essa rotatividade faz das Diretrizes Curriculares um processo de permanente discussão (uma vez que a chegada de novos docentes, faz com que os mais antigos as retomem), por outro, dificulta o processo de sua implantação em função de um movimento de "eterno recomeçar".

No caso das públicas, foi citada a questão dos professores substitutos. Ainda neste campo, percebeu-se a dificuldade de qualificação, principalmente nas regiões que não contam com a existência e/ou suporte de Cursos de Pós-graduação *stritu senso*.

Por outro lado, a expansão do ensino superior no país e os critérios cada vez mais obscuros de admissão nos Concursos de Seleção das IES, faz com que o alunado que chega às escolas tenha impregnado em si uma preocupação reduzida com conteúdos mais consistentes aspirando a um curso rápido e pouco exigente. Em síntese, admite-se nos Cursos de Serviço Social, alunos que têm uma concepção tanto da profissão, como da formação profissional completamente distanciada da pretendida, mas plenamente em conformidade com a política do MEC. Essa forma de conceber a formação profissional, aliada à ausência de diferentes modalidades de Cursos de Pós-

graduação, coloca a Graduação como ponto de chegada e não de partida como o deve ser. Tal fato, sem dúvida, demanda às IESs um sobre esforço para reverter essa situação marcada pela conjuntura atual, a fim de possibilitar melhor apreensão da proposta de formação profissional contida nas Diretrizes Curriculares por parte dos discentes.

2. Sobre as implicações das Diretrizes no processo de ensino-aprendizagem

A primeira grande questão que se colocou neste item é o não conhecimento suficiente e seguro das Diretrizes Curriculares por parte do conjunto dos presentes. E nem todos os que conheciam, conseguiam apreender a nova lógica por ela colocada (p.e., áreas temáticas confundidas com os núcleos de fundamentação expressos nas Diretrizes, ou apropriação dos núcleos de fundamentação como grupos de pesquisa nas Unidades de Ensino).

Tal constatação, por si só, inviabilizou a discussão aprofundada das implicações das Diretrizes no processo de ensino-aprendizagem, bem como do conjunto das questões relativas ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, como era a recomendação da ABEPSS/Nacional.

Vários depoimentos apontaram, também, para a necessidade de uma melhor discussão sobre o perfil do profissional que se pretende formar. Outra dimensão apontada, foi a dificuldade de se relacionar de modo vivo no currículo o Ensino, a Pesquisa, o Estágio e a Extensão. Assim, colocou-se a questão: Como transformar este princípio das Diretrizes, respeitada a indissociabilidade, na transversabilidade exigida na formação profissional do cotidiano curricular?

Os Assessores Temáticos perceberam, ainda, enorme dificuldade em qualificar o que seja a chamada dimensão teórico-prática presente nas Diretrizes Curriculares. Uma prova disto é a flagrante dicotomia existente entre as disciplinas ditas mais “teóricas” e as “práticas”, nas quais os docentes tratam o conteúdo teórico abstratamente, sem fazer dele o ingrediente intrínseco para a análise da realidade.

Outra dimensão relevante diz respeito à não incorporação do princípio de que o ensino da prática deve transcender a disciplina de acompanhamento do Estágio; há uma imensa dificuldade em apreender o sentido do ensino em seu aspecto teórico-prático. Assim, as discussões tendem a fragmentar os conteúdos e criar ementas que também recriam a dicotomia teoria/prática. Nesse sentido, os maiores desafios se localizam no conjunto do ensino do exercício profissional como um todo, tendo na construção do Estágio Supervisionado, seu ápice.

Outra fragilidade identificada pelos Assessores refere-se ao tema instrumentalidade e instrumento. O papel e lugar do instrumento no fazer profissional deve ser repensado, tendo em vista que ainda há a ilusão de que o instrumento usado na prática profissional depende da opção política do agente, o que não é verdadeiro se temos claro o campo em que ele se constituiu. Faz-se necessário, portanto, resgatar a perspectiva filosófica dos instrumentos, e não somente saber operacionalizá-los.

Em relação ao estágio várias dimensões foram abordadas. A primeira refere-se à compreensão de que a “política de estágio” apresentada nas Diretrizes Curriculares e no conjunto dos Currículos Plenos, não têm a mesma ênfase e preocupação que os demais componentes curriculares, continuando, portanto, em uma posição desvalorizada. São espaços cuja exigência de sistematização tem sido menor, com precária reflexão analítica, levando a que sejam considerados de menor peso na formação. No que diz respeito às IES particulares, foi mencionada a dificuldade relativa à alocação de um maior número de docentes na disciplina de acompanhamento de Estágio. Nessas Unidades de Ensino, a maior dificuldade é a sensibilização dos dirigentes para a necessidade de se contratar mais docentes para essa disciplina, bem como para o Trabalho de Conclusão de Curso. Desta forma, em muitos cursos só existe um único docente para todos os alunos inscritos nessa disciplina, independentemente da área temática.

Foi discutido também a questão do estágio extracurricular, pois ocupa um tempo significativo da vida acadêmica do aluno, sem que a IES se aproprie e aproveite a experiência para a formação do aluno de forma sistemática.

3. Sobre a Supervisão

A supervisão é entendida como ação pedagógica que envolve o professor, o supervisor de campo e o estudante, sendo, portanto, uma relação de parceria que envolve esses três segmentos.

Entende-se, ainda, que pensar o processo de supervisão a partir das diretrizes curriculares é um grande desafio, pois implica em pensar também a prática profissional, a autonomia no cotidiano institucional e a competência política, teórica e técnica do profissional. Contudo, os projetos pedagógicos das Unidades, conforme avaliação do grupo, são lacunares no trato da supervisão.

Foi consignada também, a questão da formação dos Supervisores e da necessidade do reconhecimento da supervisão enquanto espaço produtivo a ser reconhecido na carga horária do assistente social. Mencionou-se, também, a necessidade de aumentar a participação dos Supervisores nas Oficinas da ABEPSS.

4. Propostas formuladas

Foi sugerido que a ABEPSS promovesse uma “leitura” comentada das Diretrizes Curriculares como um todo, para que as escolas e supervisores possam ter uma oportunidade de dirimir dúvidas, bem como de partilharem de um mesmo patamar de compreensão sobre a mesma. A partir daí poderão perceber melhor a maior ou menor proximidade de seus currículos, suas limitações e avanços, em relação às Diretrizes Curriculares, além de propiciar a troca de experiências.

Foi proposta a continuidade das discussões nos fóruns da ABEPSS, sobre a relação - ainda não construída - entre a Graduação e Pós-Graduação de forma a se chegar a uma indicação de como poderia ser melhor sintonizada.

Em relação à questão das condições de oferta dos cursos, foi sugerido que a ABEPSS continue envidando esforços no sentido de construir requisitos claros e estritos quanto aos itens indicados anteriormente, de forma que a avaliação dos cursos só

se processe mediante a consideração dessas requisições.

Entendeu-se, também, que a publicização - à exemplo da experiência da UFF e da PUCSP - de outros Currículos Plenos, podem auxiliar na compreensão das formas de implementação da lógica das Diretrizes Curriculares.

Propõe-se que a ABEPSS crie mecanismos que efetivem a qualificação pedagógica dos docentes (como cursos, seminários e etc.) dentro da lógica das Diretrizes Curriculares.

Foi solicitado que na *Home Page* da ABEPSS seja criado tanto um fórum de debates sobre as questões atinentes à formação profissional, bem como um *link* para bancos de teses e dissertações. Solicitou-se, ainda, a criação de um curso à distância sobre a relação Supervisão e Formação Profissional.

Considerações finais

Se constituía em um dos objetivos da Oficina mapear o processo de implantação das Diretrizes Curriculares no âmbito das Unidades de Ensino, captando “eventuais” dificuldades e avanços. Este objetivo foi cumprido.

Contudo, as questões aqui arroladas demonstram o enorme desafio no processo de implantação das Diretrizes Curriculares, demandando da ABEPSS um esforço de qualificação e divulgação nas/das Diretrizes. Esforço esse, por um lado, superdimensionado pela percepção que se tem da Entidade e, por outro, pelas condições efetivas de trabalho daqueles que atuam na ABEPSS.

Em síntese, a intensa expansão de cursos na última década e, em especial, após a elaboração das Diretrizes Curriculares, acompanhada pela conseqüente renovação/rotatividade do quadro docente, colocam muitos desafios para a consolidação desse projeto na Regional Leste.

No entanto, vale consignar o entendimento de que as questões estruturais que hoje enfrentam tanto as instituições de ensino, como as que se constituem em campo de estágio, não devem ser consideradas como impeditivos à implementação das diretrizes curriculares, mas como limite a ser superado.

As Diretrizes Curriculares na Região Sul II - São Paulo e Mato Grosso do Sul - desafios de uma agenda política para a sua implantação¹

O texto ora apresentado pretende qualificar as dificuldades e apontar os desafios que vêm orientando o processo de implantação das diretrizes curriculares nas escolas de Serviço Social da região sul II, em realização pelos diversos agentes que são responsáveis por esse processo, sobretudo nos últimos dois anos.

Esta incursão analítica toma por pressupostos os seguintes traços:

- As condições econômicas e sociais dadas na realidade brasileira na atualidade, em processo intenso de mudanças desde a década de 80 com a crise inflacionária, produzem tensões que refletem nos processos vividos no interior das unidades de ensino, no âmbito da formação profissional. Estas mudanças são resultado direto das idéias neoliberais que ganham terreno desde meados dos anos 70, cuja vitalidade tem encontrado interlocução nos novos padrões de acumulação do capital e na reorganização da divisão internacional do trabalho, com a submissão da economia brasileira 'as políticas recessivas de estabilização impostas pelo FMI;
- As dinâmicas acadêmicas no contexto da particularidade regional, que exigem uma reflexão sobre o processo de formação para o exercício profissional em tempos de "integração submissa à economia globalizada" (Lesbaupin, 1999, pg. 9), quando a discussão desta formação no interior das instituições de ensino tem como parâmetro estratégias desenhadas no âmbito do mercado, nas suas exigências conjunturais e excludentes;
- Os desafios que se apresentam aos professores, alunos e supervisores de campo das diferentes unidades de ensino, que se vêem na exigência de identificar, no cotidiano acadêmico e

¹ Este texto, sistematizado pela Profa. Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Vice-Presidente Regional da Região Sul II, na gestão 2001 até maio de 2002, é resultado de debates e contribuições do conjunto de professores das escolas de Serviço Social da região, os quais nos últimos anos têm se preocupado e contribuído com esta temática.

profissional, mecanismos sócio-políticos, econômicos, culturais e institucionais capazes de possibilitar enfrentamentos a essa organização societal, transformando-os em meios de alcançar os objetivos desenhados no projeto ético-político da profissão, do qual as diretrizes curriculares são parte significativa.

Considerar tais questões é fundamental para uma reflexão acerca das formas singulares assumidas pelas escolas de serviço social na região sul II, na implantação das diretrizes curriculares.

A Região Sul II, na divisão da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) é composta pelos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, abrangendo, na atualidade, 31 unidades de ensino. Desse total de unidades de ensino, trinta são escolas privadas e apenas uma é pública.

Dentre as escolas privadas, pode-se identificar perfis bem diversos entre as universidades (14), os centros universitários (5) e as faculdades isoladas (12).

Primeiramente, é importante destacar o número significativo de faculdades isoladas na região, as quais, somadas aos centros universitários, configuram um padrão de desenvolvimento do ensino superior no Brasil, principalmente na última década, determinante na predominância de um ensino desvinculado da pesquisa e da extensão.

Em segundo lugar, há um outro aspecto que é merecedor de análise, dada a realidade da região sul II, face a implantação das diretrizes curriculares: é preciso ter em conta que a autonomia universitária apresenta diferenças quando referida às escolas públicas e às privadas dada a natureza diferenciada das mesmas. Nas palavras de L.E.Wanderley, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é inovadora quando "possibilita a criatividade no estabelecimento de formatos organizacionais e mesmo de elaboração de diretrizes curriculares" (1999, 21). Todavia, dada a realidade das instituições privadas que vêm se ampliando como oportunidade de negócio, nas quais o ensino é pago e as relações acadêmicas são regidas por finalidades lucrativas, o cariz flexibilizante desse caráter inovador coloca exigências de esforços permanentes do conjunto de professores, de construção de processos democráticos internos com vistas as demandas sociais para uma universidade que atenda a sua função social.

São esclarecedoras as palavras de L.E.Wanderley, ao afirmar que

"...O grau de democracia interna é diretamente proporcional ao grau de educação política da comunidade universitária" (1999,23).

Por outro lado, é preciso considerar a correlação que existe entre esses aspectos da temática e a necessária apreensão da particularidade da inserção do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, identificando suas condições e possibilidades do trabalho profissional (exigências de conhecimentos, competências e habilidades) e as determinações sociais conjunturais (objetivos e demandas da sociedade e as respostas construídas na perspectiva do enfrentamento da terceirização e desregulamentação do trabalho e da flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores).

É nesse sentido que o processo de implantação das diretrizes curriculares na região sul II mostra a sua complexidade porque revela a tensão que existe entre o compromisso que tem sido assumido por professores, alunos e supervisores com a formação profissional a qual, articulada ao projeto ético-político profissional, coloca-se na perspectiva da construção de uma nova ordem societária com vistas à composição com as reivindicações e lutas dos trabalhadores, e a prevalência de critérios econômicos e motivações ideológicas que exigem habilitações mais rápidas para o mercado. São exemplos destes critérios e destas motivações as tentativas (ainda que infrutíferas) de algumas das escolas da região impulsionadas por suas mantenedoras, de formatação de cursos sequenciais na área de serviço social.

Na linha reflexiva adotada neste texto, impõe-se a construção de estratégias de enfrentamento à lógica do capitalismo na atualidade que afirma

"A necessidade de formação de um novo tipo de trabalhador e de homem, requerido também pelo novo padrão neoliberal de desenvolvimento mundial e nacional [que] exigiram mudanças nos papéis sociais da educação e, conseqüentemente, na natureza e na organização do sistema educacional brasileiro neste

final de século" (Neves, 1999,134).

A privatização do ensino superior encerra contradições sociais (na relação capital e trabalho) e contradições políticas (na identificação de interesses particulares que se travestem de interesses coletivos) Obviamente, a formação de assistentes sociais responde ao mercado também. Mas, o mercado há que ser visto como a mediação necessária, não encerrando em si mesmo as possibilidades.

O que demanda uma reflexão permanente sobre as características das relações institucionais que são constituídas nos espaços públicos e nos espaços privados das unidades de ensino da região sul II, principalmente tendo em vista a relação dialógica professor-aluno e o lugar assumido pelos supervisores de campo frente às exigências da formação profissional. É importante ressaltar as palavras da Profa. Maria Aparecida Cassab, presidente nacional da ABEPSS, ditas na oficina regional realizada em 2001,

"A questão da precarização das condições do trabalho docente, tanto nas públicas quanto nas privadas é uma questão central, porque a gente ainda acredita que a formação não se dá pelos computadores, mas ela se concretiza na relação dialógica professor-aluno e ainda a questão dos supervisores que é uma questão importantíssima, porque os supervisores de campo são os primeiros grandes modelos profissionais dos nossos alunos."

Uma análise conjuntural se faz necessária, a partir do panorama acadêmico da região sul II, para se construir ações estratégicas que venham garantir a implantação das diretrizes curriculares nas diferentes unidades de ensino da região. Dados recentes sobre a realidade acadêmica na região sul II - São Paulo e Mato Grosso do Sul - revelam que a abertura de novos cursos de serviço social, incrementada notadamente na última década, tem motivações em interesses diversos.

A ampla expansão do setor privado é parte da história

política e econômica na região cuja origem remonta a três décadas passadas quando, ao invés de se criarem instituições públicas de ensino ou mesmo aumentarem a capacidade das existentes, optou-se por incentivar o setor privado. Estas escolas vêm responder tanto as demandas por mão de obra para o mercado em expansão quanto as pressões das camadas médias que viam no acesso a universidade, ainda que privada, sua possibilidade de ascensão social e credencialismo profissional.

Por outro lado, a abertura de novas escolas vem responder ao movimento do real que aponta acentuada concentração em áreas urbanas, implicando mudanças significativas na qualidade de vida e na apropriação dos espaços públicos, exigindo também a necessidade de estudos e projetos sociais no campo das políticas sociais, que visem o enfrentamento dos impactos sociais oriundos das péssimas condições de vida da população, características de processos de urbanização intensa.²

Cabe anotar que em meados da década passada, parte significativa das escolas da região completou 30 anos de existência. São escolas que oferecem predominantemente cursos noturnos(apenas seis têm cursos diurnos);suas mensalidades variam de R\$200 a R\$600; seus docentes são recrutados pela experiência profissional, como professores horistas (observa-se um movimento intenso no interior das unidades de ensino, de capacitação do corpo docente, que todavia é assumida do ponto de vista do investimento acadêmico e financeiro, pelos próprios professores); primam pelo controle organizacional e econômico, onde os questionamentos não têm lugar (como exemplo, pode-se citar a dificuldade que os alunos enfrentam na relação institucional para formar centros acadêmicos). São apenas dois cursos de pós-graduação *latu-senso* (PUC/SP e UNESP/Franca).

A tendência a transformar os cursos anuais em semestrais indica as respostas que as mantenedoras têm construído para enfrentar a inadimplência que é significativa na região, segundo informações de algumas das unidades de ensino³. Todavia,

² Ver, ao final do texto, mapa da região, demonstrando o movimento de interiorização dos cursos de serviço social, que se subsidia em processos de urbanização intensa e de metropolização.

³ A planilha apresentada ao final do texto, é ilustrativa de uma pesquisa realizada junto às unidades de ensino entre 2001/2002. Algumas escolas não responderam o questionário que lhes foi enviado.

observa-se na região, uma tendência de crescimento da procura do curso (desde 2000, os números apontam um significativo crescimento de matrículas para os diversos cursos de serviço social da região sul II).

A contradição desse processo está também nas mudanças que têm sido identificadas nos usuários destas instituições de ensino. São trabalhadores originários de camadas sociais menos privilegiadas, muitas vezes com uma rica vivência social mas culturalmente desfavorecidas com relação às demandas acadêmicas, que questionam a funcionalidade dos saberes debatidos em sala de aula as quais, muitas vezes, apresentam números excessivos de alunos, impossibilitando a qualidade da relação dialógica professor-aluno. Em entrevista publicada recentemente na Folha de São Paulo de 21 de setembro de 2002, o presidente da associação das mantenedoras afirma que muitas instituições objetivam diminuir o custo-benefício na relação professor por aluno e defende que “a qualidade pode ser afetada ou não, dependendo da infra-estrutura e material de apoio que a instituição ofereça ao aluno para que ele não fique dependendo apenas da exposição do professor”. Trata-se aqui de outro aspecto a ser equacionado pelo processo de implantação das diretrizes curriculares: os alunos, diante das exigências apresentadas pelo conhecimento, respondem com o pedido de maiores facilidades nas leituras e nos trabalhos a serem desenvolvidos e apresentam dificuldades nos debates teóricos e na apropriação conceitual. Há um discurso recorrente na demanda dos alunos por “aulas práticas”.

Na verdade, são aspectos que configuram uma reflexão necessária para compreender o movimento de privatização do ensino superior na região sul II: na precarização das relações de trabalho na docência, que descaracteriza o trabalho acadêmico sob a pressão do controle organizacional; na prevalência de critérios economicistas e tecnocráticos, que demanda projetos voltados para o interesse do capital. Reflexão que explicita o estado privatista brasileiro e impõe a luta a ser empreendida na defesa do caráter público desse estado. Porque as diretrizes curriculares do curso de serviço social não se referem somente às perspectivas particulares da profissão. Ao contrário, elas

reafirmam nos seus diferentes núcleos de fundamentos, nos tópicos de estudos e nos componentes curriculares, a direção social que está desenhada no projeto ético-político assumido pela categoria profissional, que

“vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero... [e] afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional” (Netto, 2000, pg. 105).

Portanto, conforme a Profa. Maria Aparecida Cassab, “a questão central é a democratização desses espaços privados, o que não é uma democratização endógena, pois é importante a relação com as outras áreas de conhecimento(...) diferenciando o que é particular de cada área, mas tendo uma perspectiva unitária do ponto de vista das diretrizes curriculares” (2001). Pela via da democratização, publiciza-se e qualifica-se o debate da formação profissional, tanto na garantia da especificidade da formação estabelecida nas diretrizes curriculares, quanto na articulação com o exercício profissional, nos seus aspectos mais amplos e nas respostas às demandas comprometidas com a democracia e com a ética.

É nesse sentido que convém conhecer as reformas estruturais encaminhadas pelo Banco Mundial para a América Latina, cuja instrumentalidade referida aos processos de avaliação e controle da evasão e demandas por produtividade e competitividade têm definido a direção da política para o ensino superior do Brasil sob controle do MEC/SESU/INEP. Mesmo porque, segundo a Profa. Maria Aparecida Cassab,

“O caráter público está na democracia dos processos, está na possibilidade de construção de arenas políticas de negociação, onde os interesses que são sempre divergentes, têm a possibilidade de se expressarem nesta arena, de se confrontarem nesta arena de debate e de construir consensos que são

sempre provisórios e é a partir destes consensos que se abrem novas frentes de lutas" (Cassab, 2001).

É nesse sentido também que as referências históricas são fundamentais para entender os objetivos que vários dos cursos de serviço social da região sul II apresentam, explicitados, de certa forma, na inserção de forma periférica e subordinada ao suprimir a indissociabilidade entre ensino (apropriação dos espaços onde se realiza o processo histórico-social), pesquisa (produção de conhecimento, criação e recriação do conhecimento) e extensão (mais do que prestação de serviços, significa o compromisso social efetivo da universidade com a comunidade). Em síntese, a luta pela implementação das diretrizes curriculares no interior de várias das unidades de ensino da região sul II é um desafio que refrata interesses diversos, suportados pelas

"...reformas em andamento na educação brasileira [que] apontam para a diversificação do trabalho entre quem pesquisa, quem ensina e quem elabora tecnologia, e a sintonia com a lógica do mercado" (Silva, 1999, 38-45).

Portanto, para o monitoramento da implantação das diretrizes curriculares impõe-se o conhecimento das normas acadêmicas das diferentes unidades de ensino, identificando o caráter ideológico que se materializa nas relações institucionais e, principalmente, o contexto político-econômico, cujas determinações, em muitos casos, estabelecem que a educação é assunto de gerentes que defendem a transmissão do saber e o adestramento e não mais a formação para o exercício profissional. O desenho diverso da implantação das diretrizes curriculares na região está subordinado à diferentes ordens que, no seu conjunto, acarretam consequências significativas na formação profissional dos futuros assistentes sociais: as mantenedoras aguardaram a aprovação das diretrizes pelo MEC, para autorizarem sua implantação nas escolas e cursos de serviço social, o que ocorreu em meados de 2001. Assim, ainda

que várias escolas tenham trabalhado com reformulações curriculares graduais, as novas diretrizes estão sendo implementadas neste ano de 2002. Outro aspecto há que ser considerado, devido ao fato de a instituição governamental não considerar carga horária como parte das diretrizes. Tal fato tem sido motivador de processos de aligeiramento de cursos para 7 semestres, ainda que mantidos o número mínimo de horas indicadas nas diretrizes curriculares encaminhadas para aprovação.

Por outro lado, tem-se observado, no decorrer dos últimos anos, nas ações da ABEPSS na região, que, muitas vezes, à revelia das ideologias das mantenedoras, são os professores que vêm assumindo a responsabilidade da implantação das diretrizes curriculares, construindo visibilidade e garantindo organicidade a esse processo. O que exige muita argúcia política consolidada no campo do conhecimento para enfrentar imposições de homogeneização de um processo de formação de abrangência curricular mínima, que é medida nos marcos restritos da competitividade e da eficiência voltadas unicamente para o mercado.

Em outros termos, exige também a apropriação mais rigorosa do debate teórico-metodológico, o reconhecimento da dimensão política da profissão, a exigência de respostas qualificadas no campo técnico-operativo, apreendidas todas essas determinações sociais e político-econômicas apontadas anteriormente. Porque o debate despolitizado impede o enfrentamento das questões que explicitam as desigualdades entre as diferentes escolas e no interior mesmo das unidades de ensino, entre a ideologia do empreendedor e a defesa dos vínculos que devem ser estabelecidos entre conhecimento e pensamento, entre docência e pesquisa.

Conforme defendido publicamente durante a oficina regional em 2002, a implantação das diretrizes curriculares impõem um enfrentamento coletivo do projeto de massificação e instrumentalização imposto pela ideologia neoliberal, porque imbricadas com projetos societários que expressam interesses contemporâneos, também propõem transformações no compromisso que estabelecem com a democracia, com os

direitos e com a qualidade dos serviços prestados por aqueles que serão a partir delas, formados. Mesmo porque

“O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam, e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas” (Chauí, 1999, 51).

Os caminhos de ultrapassagem de todos esses entraves estão sendo desenhados em princípios acordados coletivamente com professores, alunos e supervisores nas diversas oficinas e reuniões regionais, quando o trabalho da ABEPSS regional tem sido conduzido na direção do envolvimento de todas as unidades de ensino. Diante de todas estas questões e coerente com as premissas estabelecidas para a implantação das diretrizes curriculares – assunção do compromisso ético-político e social, garantia do caráter interdisciplinar, articulação do ensino, pesquisa e extensão, apropriação das dimensões investigativa e interventiva, concepção da ética que vem das relações da vida, das relações humanas e sociais que contemplem as diferenças – a seguinte agenda política foi acordada coletivamente na oficina regional de 2001:

- Articulação regional das entidades representativas da categoria: ABEPSS, CRESS 9ª Região e ENESSO 7ª Região com vistas à formação para o exercício profissional;
- Organização local e regional de fóruns de supervisores de campo;
- Incentivo do envolvimento das escolas da região sul II no debate nacional para garantia da implementação das diretrizes curriculares;
- Aprofundamento do debate sobre a ética e dos princípios que orientam a ação profissional;
- Aprofundamento do debate sobre a concepção de Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, ou seja, o que ele realiza

- na sociedade brasileira a partir da concretude na qual ele se insere;
- Aprofundamento do debate da articulação dos conteúdos teórico-metodológicos e ético-políticos com o estágio curricular;
- Construção coletiva de uma política de estágios curriculares que contemple a diversidade regional, subsidiada pelo debate das condições de trabalho do assistente social;
- Análise da precarização das condições de trabalho dos professores e do perfil do aluno atual;
- Articulação da graduação com a pós-graduação, do ensino com a pesquisa e com a extensão.

A reflexão aqui exposta tem, portanto, uma direção social precisa: trata-se de fornecer instrumentos críticos com relação ao estado das artes da implantação das diretrizes curriculares nas escolas de serviço social da região sul II, mesmo porque se não se considerar as condições objetivas da especialidade do exercício profissional, está-se idealizando a formação. Nas palavras da Prof. Maria Aparecida Cassab, “não se pode achar que formando uma boa consciência, forma-se um bom exercício profissional” (2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chaui, Marilena. Ideologia Neoliberal e Universidade in Vv.Aa. *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes, Brasília, NEDIC, 1999.

Lesbaupin, Ivo (org.) *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1999.

Netto, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea in *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. CFESS, ABEPSS, CEAD-UNB, 1999.

Neves, Lúcia. Educação: um caminhar para o mesmo lugar in

Lesbaupin, Ivo (org.) *O desmonte da nação – balanço do governo FHC*. 2ª edição. Petrópolis, Vozes, 1999.

Silva, Ademir Alves da. Diretrizes Curriculares e Mercado de Trabalho in *Revista PUC Viva* no. 4, março de 1999.

Wanderley, Luiz Eduardo W. Desafios da autonomia e democracia na PUC-SP in *Revista PUC Viva* no. 4, março de 1999.

O Ensino de Graduação no Serviço Social – principais impasses e importantes potencialidades¹

Katia Regina de Souza Lima
Maria Aparecida Tardin Cassab

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social saúda a todos os companheiros reunidos nesse importante evento. É com muita honra e com o senso da grande responsabilidade que isso significa que nos dirigimos a todos, para pensarmos alguns pontos que consideramos fundamentais, hoje, em relação ao ensino de graduação em Serviço Social. É necessário advertir que essa fala muito mais levanta um conjunto de questões que nos preocupam hoje do que as aprofunda, em razão da complexidade do tema a ser abordado frente a exigüidade do tempo disponível para isso.

Nosso esforço para estarmos com vocês nesse dia de trabalho advém também do entendimento do grave momento por que passa o ensino superior em nosso continente no contexto das reformas implementadas pelos Estados latino americanos. Nesse sentido, nossa fala aqui não poderia deixar de abordar, ainda que de maneira rápida, alguns elementos da atual política dos organismos internacionais do capital para a educação superior na América Latina. Pois, é a partir deles que podemos entender o modo como o projeto político-pedagógico de formação profissional do assistente social se processa em nosso continente. Faremos ainda uma breve resenha de como, no Brasil, vem se dando o processo de reformulação curricular em curso nas unidades de ensino e algumas lições que temos aprendido com ele.

Quando pensamos a educação superior na América Latina não podemos perder de vista que ela vem sendo historicamente formulada a partir das exigências do padrão de acumulação do capital, em determinadas conjunturas históricas. Portanto, precisamos considerar que o entendimento da política para educação superior está inscrita no contexto do reordenamento

internacional do capitalismo em sua fase atual, que entre outras condições, implica em um processo de reestruturação produtiva, que altera significativamente as formas de ordenação e as requisições feitas ao trabalho.

Outro importante pilar desse reordenamento é a reforma do Estado. Importamos na América Latina a crítica ao Estado protecionista europeu. Porém o fizemos sobre uma base que entre nós jamais existiu. Estados fracos, irresponsáveis frente às necessidades dos trabalhadores, atravessados pela corrupção e inteiramente controlados por grupos privados que determinam suas prioridades de investimentos são características dos Estados que conhecemos. Eles em nada se pareciam com o Estado de protecionismo que os ideólogos do estado mínimo criticam. Essas características não se alteram no novo quadro, em detrimento das duras conquistas dos trabalhadores.

Se somamos esses dois pilares à movimentação do capital especulativo, à crescente dívida interna e externa e à redução do crescimento econômico internacional, podemos ver o quão sombrio tem sido esses tempos e quanto eles podem comprometer nosso futuro com a implantação de um programa que atira no mais cruel abandono parcelas crescentes dos trabalhadores em todo o mundo.

É preciso ressaltar ainda que em uma escala planetária as políticas de ajustes estruturais implementadas se desenvolvem nos países da América Latina, África, ex-repúblicas socialistas e Ásia em uma situação muito mais dramática, pois elas encontram a todos em uma situação de maior precariedade e vulnerabilidade face às diretrizes políticas mais amplas impostas pelos organismos internacionais de crédito e organização de mercados.

Essas políticas estruturais ameaçam a democracia tão duramente conquistada, tornando-a meramente formal, pois transforma a razão econômica em um imperativo a que todas as outras questões estão submetidas. Ataca, ainda, um conjunto de condições que afetam a vida dos trabalhadores tornando nossas cidades ingovernáveis, atirando na miséria uma massa populacional sem precedentes, concentrando ainda mais a renda e implantando entre todos nós um individualismo destruidor de nossos vínculos de solidariedade coletiva. Não nos enganemos,

esses não são subprodutos indesejados, mas são condições previstas e medidas com precisos cálculos de risco.

Mas retornemos ao objeto de nossa fala aqui, que é a educação superior de graduação. O discurso de urgência das reformas na política de educação e especificamente na educação superior vem sendo feito através da veiculação de uma construção ideológica que associa uma imperiosa necessidade de estabilidade econômica, numa perspectiva de integração de cada país na dinâmica global, com a formação profissional voltada para o mercado, a partir das exigências do processo produtivo. Consideramos, portanto, fundamental assinalar estes elementos políticos, na medida que entendemos que eles são basilares na definição das reformas que se quer imprimir ao caráter da formação profissional do assistente social.

Nos limites impostos por essa breve comunicação permito-me buscar entender esse caráter a partir de seus fundamentos.

O debate sobre a política de educação superior na América Latina se dá num cenário político e econômico bastante definido: o processo de globalização da economia, em um regime de acumulação predominantemente financeira, que foi viabilizado frente a longa fase de acumulação do capital e pelas políticas de desregulamentação implementadas nas regiões centrais -EUA, Europa e Japão - pós década de 70.

A partir desse período, evidenciam-se profundas transformações na esfera produtiva, quais sejam a flexibilização das relações, dos processos e do mercado de trabalho. Associam-se a este quadro as inovações tecnológicas e a robótica, gerando intensas modificações nos processos de trabalho.

Alteram-se as configurações dos segmentos dos trabalhadores polarizados entre uma pequena parcela qualificada, bem remunerada e com estabilidade e uma imensa parcela subempregada e desqualificada.

Toda essa mudança vem embalada por duas grandes forças ideológicas que, na consolidação dessa hegemonia, indicam a inevitabilidade do mercado e a aparente consensualidade em torno de que para aqueles que não partilham desse conjunto de mudanças só há a sina do atraso, pois a garantia do passaporte para a modernidade estava no acesso a todas as "mercadorias",

incluindo neste rol a educação.

Esse é o cenário onde se desenvolvem as políticas de ajuste dos organismos internacionais de financiamento das políticas públicas e privadas. O Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento vem consolidando um papel central no sentido de construir estratégias de subordinação dos vários países da chamadas zonas de pobreza à nova (des)ordem mundial. Essas políticas de ajuste estrutural são implementadas a partir de reformas nas áreas econômicas e sociais, abrangendo a totalidade das ações governamentais.

Dos discursos pautados no Consenso de Washington, que articularam a busca pela liberalização financeira e a subordinação às políticas de ajuste estrutural, até o atual discurso da “boa governança”, o Banco Mundial vem assumindo, através de várias ações a implantação de um determinado projeto de desenvolvimento social para a América Latina, e na maior parte dos casos com a intensa colaboração dos governos locais.

Os projetos de desenvolvimento passam hoje por uma reetiquetagem administrativa, salpicadas por preocupações em relação à ecologia, às questões de gênero e a participação da sociedade civil, construindo um discurso “politicamente correto”, assumindo bandeiras de setores críticos a essa orientação, porém nada que altere a substância ou questione sua orientação neoliberal. O tema da “boa governança”, imposto pelo Banco como matriz para as políticas de desenvolvimento ao longo da década de 90, reflete essa coalizão. Ele enfatiza a “participação” dos cidadãos, a “transparência” das instituições, o respeito pelo “Estado de Direito” e o desenvolvimento da “sociedade civil”, abre caminho para o voluntariado conclamando a uma ação solidária que recupera apenas um horizonte de intersubjetividade entre os cidadãos.²

Seus documentos ressaltam sua estreita parceria com o FMI para implementação dos programas de “desenvolvimento/ crescimento econômico e redução da pobreza” na América Latina. Citando um desses documentos: “as políticas de redução da pobreza incluem: (I) crescentes oportunidades de obter receitas

² Este debate sobre as alterações nas relações entre Estado e sociedade civil foi apresentado no Jornal francês *Lé Monde Diplomatique*. Para aprofundamento destas análises consultar www.diplo.com.br.

por meio da estabilidade e da retomada do crescimento; (II) políticas voltadas para aumentar o capital humano e físico dos pobres (especialmente através de educação, saúde, reforma agrária e serviços urbanos e rurais) a fim de que eles possam tirar proveito das oportunidades econômicas; e (III) uma rede de segurança social para protegê-los”.³

A aqueles mais desavisados é preciso esclarecer que o que pode parecer uma reorientação do Banco Mundial rompendo com os paradigmas do “Consenso de Washington”, na realidade:

1. não expressa em nenhuma das ações empreendidas qualquer ruptura com a lógica central que norteia historicamente o discurso sobre o “alívio da pobreza”: Todo o tempo o Banco Mundial reafirma a necessidade de centralização das atuações dos países periféricos nas políticas macroeconômicas e no fortalecimento das instituições financeiras, baseados na estabilidade econômica via financeirização da economia e diminuição do estado.

2. identifica, no que se refere às aludidas redes de proteção social, que para superação dos “impactos dos choques econômicos” na vida dos “pobres” é prioritário que esses realizem sua “autoproteção”, investindo em educação, por exemplo, para “reduzir a probabilidade” de engrossar as fileiras do desemprego, numa clara alusão ao discurso sobre a “empregabilidade”.

Esse discurso, circunscrito nos quadros da ‘modernização conservadora’ do capitalismo impõe para cada indivíduo a função de adquirir competências e habilidades para se protegerem em momentos de crise econômica, e para os Estados nacionais a “missão” de implantar políticas sociais focalizadas à luz do paradigma de “redução/alívio da pobreza”.

Mas afinal como a educação superior vem sendo afetada por tudo isso? Defenderemos que toda essa orientação e o conjunto de medidas dela decorrentes nos trazem sérios impasses, mas algumas possibilidades também.

Em primeiro lugar a urgência e o papel estratégico das reformas na política de educação está atrelado à imperiosa necessidade de estabilidade econômica. Ela está pensada como já

³ Para aprofundar esta análise, consultar o Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000 elaborado pela equipe do Grupo Banco Mundial disponível em www.bancomundial.org.br.

mencionamos, na perspectiva de integração de cada país e de cada indivíduo na dinâmica global, reafirmando as relações entre processo produtivo e formação profissional, portanto ensino de graduação prioritariamente voltado para as necessidades do mercado.

O Banco Mundial no documento "La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia" de 1994, apresenta quatro estratégias de reformas para a educação superior:⁴

- 1) A diversificação das instituições de ensino superior pressupondo o desenvolvimento de universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias que incluiriam os cursos politécnicos, os curso de curta duração e a educação a distância através das universidades abertas com seus modernos meios eletrônicos;
- 2) A diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas coloca como diretrizes: a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes; o corte de verbas públicas para as atividades "não relacionadas com as educação -alojamento e alimentação -; a utilização de verbas privadas via doações de empresas e das associações dos ex-alunos ou da elaboração de cursos de curta duração, consultorias e pesquisas através de convênios firmados entre as universidades e as empresas, mediatizados pelas fundações, consideradas estruturas administrativas mais flexíveis;
- 3) A redefinição no papel de Estado num reordenamento de suas funções, não mais no financiamento e gestão da política de ensino superior, mas favorecendo as condições políticas para a consolidação de

um novo marco jurídico e normativo que oriente o processo político de adequação às diretrizes privatizantes da educação via autonomia administrativa e financeira das universidades;

- 4) A ênfase numa política de qualidade e de equidade no acesso ao ensino superior, mascarada pelo discurso da democratização e da qualificação do ensino superior, inclusive, via utilização das novas tecnologias educacionais, compreendido como um eficiente atendimento aos setores produtivos.

Quem de nos aqui hoje reunidos não identifica elementos das políticas para educação superior de seus países? Quem de nós poderia dizer que tais "lecciones" não foram largamente memorizadas por seus governantes locais que repetem a exaustão para que nós, os trabalhadores docentes das universidades, também aprendamos que a privatização da educação superior deve ser entendida como ampliação do acesso, portanto democratização da educação. Quantos de nós não tem sido solicitados a romper com um de nossos princípios mais caros que é o da universalidade do acesso à educação, substituindo-o pelo discurso dito moderno que pressupõe o conjunto de habilidades de cada indivíduo para garantir seu acesso às universidades ou aos cursos pós-médio, conforme suas próprias competências.

Sabemos que alguns setores foram encantados pelo coro das sereias dos ajustes, na vã ilusão de mais recursos para seus projetos individuais. Porém temos também exemplos daqueles que lutam contra isso. Não posso deixar de ressaltar aqui a luta dos trabalhadores e alunos das universidades públicas federais brasileiras que há exatos 68 dias estão em greve, com seus salários cortados, sofrendo violência física da polícia e enfrentando um duríssimo embate com o governo porque se recusam a aprender essas "lecciones" que a experiência do capital quer nos ensinar.

A chamada política educacional tem sido a política do corte das verbas públicas para a educação e especificamente para a educação superior. A alocação destas já escassas verbas é feita

⁴ Este documento está disponível na íntegra em www.bancomundial.org.br.

tanto para as universidades públicas como para as universidades privadas – tratadas num mesmo patamar e estaria condicionada a um processo de avaliação institucional constituído a partir da lógica empresarial custo/benefício e da produtividade de cada universidade, entendida nos parâmetros de adequação da formação profissional a partir das exigências do capital.

Além disso a ação dos governos impõe às universidades públicas uma “autogestão” que atua, principalmente, em duas frentes; a política de contratação dos trabalhadores da educação seguindo as regras da precarização das relações de trabalho e a tentativa de destruir o movimento sindical organizado por esses trabalhadores, através de sua divisão.

É nesse contexto que é preciso pensar a graduação em Serviço Social. Esse pensar está apoiado em três pontos: a crescente miserabilidade e violência a que estão submetidos os usuários de nossos serviços, as condições gerais do ensino superior em nossos países e as condições de vida concretas de nossos alunos. Sobre os dois primeiros, ainda que muito rapidamente já abordamos. É preciso agora identificar algumas condições a que estão submetidos nossos graduandos para que todo esse quadro ganhe forma.

Um dos aspectos que no Brasil temos, hoje, em relação aos cursos de graduação em Serviço Social, é que o perfil de nossos alunos vem, de forma crescente, se constituindo dos alunos que são trabalhadores, raras são as exceções daqueles que podem cursar apenas a graduação sem estar trabalhando. A expectativa que o prolongamento dos anos de estudo pode significar uma melhor inserção no mercado de trabalho é vivida por amplos setores dos filhos dos trabalhadores que tem buscado com isso cumprir duas funções principais. A primeira é a tentativa de vencer as incontáveis dificuldades para a primeira inserção no mercado de trabalho. A segunda é de que estar na escola tem sido um “salvo conduto” em sua relação com as forças policiais, através de sua diferenciação de outros jovens envolvidos diretamente na criminalidade urbana. Desse modo a escolarização maior é estratégia de sobrevivência na cidade conflagrada.

Esse aluno é oriundo das escolas que ofereceram menor oportunidade de preparação, é o que tem menos tempo disponível

para o estudo, é o que acumula maiores dificuldades para a leitura, escrita e abstração necessárias ao pensar científico crítico. Mas é também o aluno trabalhador, que traz consigo a experiência histórica de sua classe, que experimenta suas condições, que produz uma subjetividade associada a essa experiência. Dessa forma, pensar também como potencialidade aquilo que aparenta ser apenas limite, nos permite vislumbrar todo um campo de ação junto a eles, na formação de um assistente social generalista, crítico, capaz de pensar e propor ações no campo das políticas sociais e que domina um conjunto de informações, mediatizadas pela dimensão ético-política, que lhe permite trabalhar com os segmentos populares.

Se consideramos essas condições de vida de nossos alunos no projeto pedagógico da graduação em termos dessas potencialidades, precisamos também entendê-las sob o signo ideológico da empregabilidade, tese aceita até mesmo em certas frações do movimento sindical dos trabalhadores. Também nossos alunos orientam suas atividades de formação a partir das necessidades do mercado trabalho, desejosos de nele se inserirem. Essa é sem dúvida uma demanda a ser considerada na construção desse projeto.

A difusão dessa noção da empregabilidade interfere diretamente nas reformas curriculares em curso por exemplo no Brasil. Os princípios de flexibilidade na organização curricular; dinamicidade do currículo; adaptação às demandas do mercado de trabalho; integração entre graduação e pós-graduação; ênfase na formação geral; e definição e desenvolvimento de competências e habilidades gerais são caminhos assinalados em direção à idéia da empregabilidade. Eles orientam essas reformas do ponto de vista da legislação e pretendem tornar a estrutura dos cursos de graduação mais flexível, o que na realidade pode querer significar cursos mais ligeiros, com menos exigências, menos capacidade de formação crítica, menos possibilidade de inventividade e produção de novas demandas.

Porém é preciso ter-se em conta que tais princípios estão nos horizontes das demandas sociais às universidades e precisam ser reapropriados. Nesse sentido precisamos realizar sua crítica e nos anteciparmos a imposição das reformas.

Nesse momento vou relatar como nós no Brasil fizemos, pois de nossa experiência talvez possamos aprender algumas lições.

A consideração das orientações expressas para os cursos de graduação e a clareza de nossas diferenças em relação a esse projeto levou a então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) a promoveram um amplo debate objetivando a alteração do chamado Currículo Mínimo que vigia desde 1992.

Este processo se desenvolveu durante os anos de 1994 a 1996 e congregou representantes dos docentes, dos assistentes sociais supervisores e discentes em 200 oficinas locais, 25 oficinas regionais e 2 nacionais, envolvendo 67 Unidades de Ensino filiadas.

Na assembléia geral da entidade em novembro de 1996, no Rio de Janeiro foi aprovado o produto deste trabalho, traduzido na proposta de currículo mínimo para o curso. Este documento funcionou como um roteiro básico para que as unidades de ensino começassem a proceder às alterações em seus currículos plenos.

Este processo democrático e intelectualmente fecundo criou as condições para que fossem encontrados caminhos de enfrentamento das dificuldades impostas pela conjuntura adversa àqueles que se interessam por uma formação profissional diferente do projeto em curso. No processo de construção desse debate a ABEPSS propiciou que os atores envolvidos se capacitassem no sentido de proceder a reforma curricular.

O debate deu instrumentos às unidades de ensino para crítica e formulação sobre as diretrizes propostas pelo Ministério da Educação e ainda estabeleceu algumas vias comuns que possibilitariam a realização do projeto construído coletivamente pela categoria, que em amplo processo de articulação política foi assumido como as Diretrizes Curriculares que orientam os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social no Brasil.

Nessas diretrizes definimos como perfil de profissional a ser formado aquele que dotado de capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa atua no enfrentamento da questão social. Essa atuação está baseada na competência de apropriar-se das formas de produção e

reprodução social no âmbito das relações entre as classes e o Estado. Para isso estabelecemos três núcleos de fundamentação da formação profissional:

1. o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende o conhecimento do ser social;

2. núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que inclui o conhecimento de suas características históricas peculiares e diversidades;

3. núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende o conjunto de elementos constitutivo do Serviço Social como um trabalho especializado, seu percurso histórico, seus componentes éticos, políticos, teórico-metodológicos e técnicos.

Cada um desses núcleos, portanto, reúne um corpo de conhecimentos necessários à formação profissional, que são desdobrados nas disciplinas, seminários, oficinas e atividades complementares. Essa foi nossa forma de "flexibilizar" nosso currículo.

Como uma palavra chave na narrativa da contemporaneidade a flexibilização tem assumido dimensões absolutamente mágicas. A ela se atribui a possibilidade de dinamizar a produção, alterar as relações de trabalho, redefinir as relações sociais e, na educação a ela se imputa a responsabilidade de assegurar uma formação profissional atualizada, ágil e que responda aos interesses do mercado. Porém em nossa ação coletiva imprimimos às Diretrizes Curriculares um caráter de flexibilidade que possibilitou a introdução de conteúdos e fazeres pedagógicos diversos no processo de ensino aprendizagem, dentro do princípio mais amplo de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O princípio da indissociabilidade precisa expressar-se em nossas ações na formação dos assistentes sociais. Nesse aspecto, muito nos tem ocupado a busca de articulação entre graduação e pós-graduação. Essa articulação em nosso entendimento passa por alguns parâmetros que indicam, entre outras responsabilidades dos programas de pós-graduação, a produção de conhecimentos em torno das questões centrais da profissão hoje, bem como daquelas vividas pelos grupos populares com os

quais quotidianamente trabalhamos. Não consideramos que as pós devam investir seus melhores esforços de pesquisa atados às demandas do mercado, criando produtos e processos de trabalho que façam-nos funcionar melhor, como preconizam as concepções pragmáticas que antes aludimos. Ao contrário consideramos que a formação de novos docentes e pesquisadores deve estar sintonizada, entre outros elementos, nos desafios postos a formação dos assistentes sociais na contemporaneidade. Muito temos que avançar nessa direção.

Nessa rápida exposição da experiência da ABEPSS procurei mostrar como buscamos ressignificar diversas expressões que se apresentam na graduação dos assistentes sociais das políticas de educação superior para a América Latina. É preciso ter claro que temos hoje ainda grandes desafios que se impõem a nossa inteligência e capacidade de organização: como enfrentar as condições de realização de nosso projeto pedagógico frente a precarização das condições de trabalho dos docentes nas unidades de ensino públicas e privadas? Como, no contraponto às políticas para o ensino superior para a América Latina, nas quais a educação vem sendo área privilegiada de acumulação do capital, atuarmos no sentido de uma formação profissional com clara direção estratégica no campo dos trabalhadores? Como potencializar através de estratégias pedagógicas a identidade de trabalhador de nossos alunos no processo de formação?

Essas são "lecciones" que não podemos aprender com a experiência do capital, mas somente com aquelas historicamente construídas pelos trabalhadores: nuclear, dialogar e organizar.

Muito obrigada por sua atenção.

20 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma leitura retrospectiva* *

Marilda Villela Iamamoto **

"Nos mais desbotados panos
Estou me lendo e relendo".
C. D. Andrade. *Duração*.

"É certo que me repito,
é certo que me refuto
e, que, decidido, hesito
no entra-e-sai de um minuto".
C. D. Andrade. *Confissão*

A homenagem aos 20 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* é motivo de festa. E é mais que uma homenagem pessoal. Eu a recebo com muita alegria, mas entendo que esta é uma *festa coletiva* de todos os "protagonistas do drama" da renovação radicalmente crítica do Serviço Social brasileiro nas duas últimas décadas. Porque o nosso trabalho é indissociável de um *movimento crítico* que, desde meados nos anos 1960, vem se desenvolvendo no panorama profissional latino-americano. E hoje atesta a maturidade intelectual e sóciopolítica dos assistentes sociais, expressa na organização da categoria profissional, na efetivação de experiências práticas renovadoras e na produção acadêmica acumulada. Nesse processo foi construído um novo projeto ético-político para a profissão, no embate com a cultura conservadora herdada, que requer a permanente vigilância teórica, prática e ética na luta pela sua consolidação em um

* Texto base do pronunciamento por ocasião da homenagem prestada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em comemoração aos 20 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, escrito em co-autoria com Raul de Carvalho, no dia 06/07/2002, durante a *Oficina Nacional sobre Formação Profissional*, realizado na Universidade Federal Fluminense (RJ).

** Prof. Titular da UFRJ, hoje aposentada, e Prof. Visitante da UERJ. Meus agradecimentos aos colegas e amigos presentes nesse evento e, em especial, a diretoria da ABEPSS pela celebração de nosso livro, acompanhado da publicação de uma *Fortuna Crítica*, inédita iniciativa no Serviço Social brasileiro, que consagra o reconhecimento de nossa produção. Registro meu reconhecimento efusivo a todos as pessoas que fraternalmente contribuíram com os seus depoimentos na construção dessa *Fortuna Crítica*. Não poderia, ainda, deixar de expressar a minha emoção ante as generosas palavras da Dra. Rosângela Batistoni, coordenadora de graduação da ABEPSS, amiga de três décadas nas lutas políticas, profissionais e na vida cotidiana.

ambiente sócio-cultural com fortes registros de uma reação neoconservadora.

E a difusão de nosso livro - hoje em sua 15ª edição em português, além de uma reimpressão -, só foi possível em função da luta teórica e profissional que, durante duas décadas, vem atribuindo um perfil crítico hegemônico ao Serviço Social brasileiro. Luta essa organicamente articulada pelas entidades representativas no campo da formação e do exercício profissional do Serviço Social.

Ainda que contando com a nossa intervenção, esse processo certamente a incorpora e a extrapola, uma vez que só pode ser um empreendimento de muitos. Hoje, nós assistente sociais podemos dizer com o poeta, "temos duas mãos e o sentimento do mundo" (C. D. Andrade). É esta dimensão de universalidade, de compromisso com a emancipação humana que nos vitaliza, nos empurra para adiante em tempos mais fraternos e mais justos. Se esse é *tempo de homens partidos, é também tempo de criação do novo, de traçar novos rumos para a sociedade e para a profissão. Apostamos no presente como um tempo de travessia: um elo entre uma época de desesperança e uma sociedade radicalmente humana e verdadeiramente democrática.*

A nossa categoria acenou a bandeira da esperança - essa rebeldia que rejeita o conformismo e a derrota - e insiste em caminhar em direção a um tempo iluminado para todos, o que requer olhos para ver, além das neblinas do dia a dia, o *avesso do mundo*. Ver o que está encoberto na superfície da vida, nas amarras das falsas ilusões que aprisionam pensamento e ação. Para isso é preciso contradizer a cultura da indiferença, do medo e da resignação, que conduz à naturalização das desigualdades. A ela dizemos não, porque está viva a nossa capacidade de indignação e nosso protagonismo político que aposta na manhã de um novo dia que construímos como co-autoras da história do presente. Vimos atestando "que é preciso ter força, raça e sonhos sempre" (M. Nascimento).

Portanto *esta é uma festa cujo maior protagonista é a categoria profissional enquanto sujeito coletivo: uma festa de todos nós.*

Este livro é parte e expressão dessa rebeldia construtiva que marcou a sociedade brasileira na luta contra a noite de opressão

vivida pelo país durante os anos negros da última ditadura militar. Muitos, como os autores deste livro, presenciaram, nos seus verdes 20 anos, os horrores dos porões da ditadura: o arbítrio, a prisão, a tortura física, psicológica e moral, o flagrante desrespeito aos direitos humanos e aos direitos civis e políticos.

Raul vem de uma família de doces e bravos lutadores. Sua mãe, Renée, é oficial da resistência francesa e seu pai, um dos mais exemplares militantes da esquerda brasileira no marco das lutas internacionais socialistas. E certamente o seu mais terno figurante, - Apolônio de Carvalho - que tem sua bibliografia registrada sob o título "Vale a pena sonhar" (Carvalho, 1997). Em 1935, ainda tenente, lutou contra a ditadura de Vargas. Foi preso e expulso do exército. Em 1938 participou da guerra civil espanhola, do lado da República contra o fascismo franquista.

Em 1942, tornou-se membro da resistência francesa, resistindo à invasão nazista. Na década de 1960, combateu a ditadura tendo sido preso e torturado e trocado pelo embaixador alemão junto com 39 presos políticos, tendo vivido dois anos na Argélia e dois na França. Assinada a anistia, volta ao Brasil e participa da fundação do PT. Hoje já recuperou sua patente de general do exército. É nessa família de militantes que se formou Raul de Carvalho.

Neste ano de 2002, após 31 anos, o Governo de Minas Gerais tomou a iniciativa de apurar os fatos e fazer justiça mediante a indenização dos torturados, assumindo a responsabilidade pública, que lhe é devida, junto às vítimas da tortura. Tive, junto com outros companheiros mineiros, o reconhecimento da tortura e uma indenização pecuniária simbólica. Em minha carta à *Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura* do Estado de Minas Gerais, afirmo:

"Certamente as marcas e sofrimentos que ficaram na vida de muitos não podem ser eliminadas ou ressarcidas. Elas desafiam o tempo, atualizam-se permanentemente, enraizadas nas histórias de vida e nos corações de muitas famílias brasileiras. Entretanto o mais importante é que a denúncia dos atos violentos e arbitrários do passado ilumine o presente e seus desdobramentos

futuros, na defesa e aprofundamento do regime e dos valores democráticos. E que os interesses das grandes maiorias se constituam, de fato, no desafio permanente da construção de uma nova nação brasileira, regida sob os princípios éticos da grande política". (Iamamoto, 2001:10).

Foi com esse passado político - muito recente à época- que os autores, sem se conhecerem previamente, passam a trabalhar juntos, em decorrência de uma seleção de pesquisadores. Surgiu assim o Raul de Carvalho, economista e historiador, no universo do Serviço Social brasileiro.

O que promoveu o nosso encontro profissional foi o *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* - CELATS -, organismo acadêmico da *Asociación Latinoamericana de Trabajo Social* - ALAETS - sob a direção da companheira brasileira, Leila Lima Santos, ao lançar uma linha de pesquisa sobre a história de Serviço Social na América Latina. Em 1978, elaboro, juntamente com Manuel Manrique Castro, o projeto global de pesquisa sobre o tema, como programa principal da área de investigações do Celats para 1978-1979. O projeto foi publicado sob o título "Hacia el estudio de la historia del Trabajo Social en América Latina", na Revista *Acción Crítica* nº. 5. (Lima, Celats/Alaets, 1979, p. 53-73).

A diretriz analítica assumida para a análise da história da profissão na América Latina representou um *ponto de inflexão na produção até então acumulada*. A revisão do acervo bibliográfico mostrou ser a literatura sobre o tema presidida seja por uma *abordagem meramente descritiva da trajetória da profissão* - a história reduzida a uma *seqüência evolutiva de acontecimentos* -, seja por uma *visão paralelista entre a história da profissão e da sociedade*, em que esta é tomada como mero "pano de fundo" para uma análise da "história interna" do Serviço Social. Verificou-se, ainda, um *acentuado "latino-americanismo"* naqueles ensaios que se propunham uma leitura da história do Serviço Social ao nível continental. Ele se traduziu na *ausência de consideração das diferenças históricas dos países, derivando numa perspectiva generalista, com considerável perda do potencial explicativo das particularidades nacionais*. Recusando tais caminhos, nosso projeto pautou-se por uma abordagem orgânica das relações entre história da sociedade e da profissão, em que

esta emerge como caudatária das relações peculiares entre Estado e sociedade civil, assumidas historicamente, nos países considerados. Elegemos as relações entre as classes sociais e suas frações como o fulcro explicativo das demandas e da necessidade de institucionalização da profissão. Assim, considerando a análise teórico-abstrata das relações capital-trabalho na acepção marxiana, foram estabelecidas, a partir do material empírico coletado, hipóteses norteadoras para a interpretação das funções sociais do Serviço Social, a serem particularizadas na história dos países considerados: Brasil e Peru.

A pesquisa documental sobre a história do Serviço Social no Brasil foi por mim coordenada, contando com a decisiva presença de Raul de Carvalho e com o reforço de grupos de apoio, formados por profissionais de Serviço Social do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde se centralizou a pesquisa de arquivos e fontes documentais¹. A pesquisa foi realizada no prazo de um ano e seus resultados, publicados, em 1982, no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de Interpretação histórico-metodológica* (São Paulo, Cortez/Celats). Em 1985, quando já estava em terceira edição, foi vertido ao castelhano por Manuel Manrique Castro e publicado sob o título *Relaciones Sociales y Trabajo Social* (Lima, Celats, 1985)².

Importa frisar a difusão dos resultados da mencionada pesquisa sobre o Serviço Social no Brasil e a polêmica que gerou no meio profissional. Vinte anos depois de sua publicação, o livro encontra-se em sua décima quinta edição, adotado como texto básico na maioria das unidades de ensino do país, sendo, ainda, objeto de análise nos cursos de pós-graduação. Inaugurando uma abordagem crítico-analítica do Serviço Social a partir da sua inserção na divisão social do trabalho à base de determinações teórico-metodológicas marxianas, o texto - o primeiro do gênero na literatura profissional brasileira e latino-americana - tem sido objeto de controvérsias: ora é incorporado por muitos dos

²O produto daquele projeto de pesquisa mais amplo floresceu em outros resultados parciais, a saber: os trabalhos de Alejandro Maguina Larco, *Desarrollo capitalista y Trabajo Social, Peru, 1896-1976* (Lima, Celats, 1979) e de Manuel Manrique Castro, *De apostoles a agentes de cambio. El trabajo social en la historia latinoamericana* (Lima, Celats, 1982). Sob o título *História do Serviço Social na América Latina*, o livro foi editado no Brasil pela Ed Cortez. (São Paulo, 1984). Ressalto, ainda, o artigo de Raul de Carvalho, "Modernos agentes da justiça e da caridade" In: *Serviço Social e Sociedade*

nº 2, (São Paulo, Cortez, 1980, pp. 43-51), como outro fruto daquele projeto original.

trabalhos que o sucederam, mas também é alvo de críticas e polêmicas.

Dentre os críticos mais expressivos daquele meu trabalho, destaca-se o Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros. Ele considera que minha análise privilegia a estrutura em detrimento da história, sustentando que meu ponto de vista padece de um viés economicista ao tratar das relações entre o Serviço Social e a teoria do valor. Afirmo meu crítico, em sua interpretação do meu texto:

“Esta é também a análise de Marilda Villela (1982) que, no entanto, aprofunda as funções de legitimação e controle do Serviço Social na reprodução da força de trabalho. É através desses processos de controle e legitimação que se processa a sua contribuição à acumulação do capital. Villela, no entanto, deduz o controle e a legitimação da necessidade mesma da lógica do capital para manter a força de trabalho disciplinada, aceitando a própria exploração. (...) Quando se referem à história do Serviço Social em sociedades concretas, Villela e Carvalho consideraram-no instrumento das classes dominantes (p. 129), podendo virar ‘instrumento’ (p. 26) das classes dominadas. Há, no entanto, uma reflexão sobre o espaço ‘contraditório’ do profissional, que, como sujeito, poderá optar por servir ao trabalhador ou ao capital. Essa colocação desloca a análise da estrutura lógica do capital para o sujeito (opção por uma classe) sem visualizar as mediações político-ideológicas do trabalho social e da prática política”. (Faleiros, 1987: 65-66).

Ainda no âmbito da polêmica, Costa (1985), analisando o marxismo no Serviço Social, ressalta o reducionismo teórico de muitas análises (reducionismo que, aliás, vincula à própria história do marxismo) e observa que a relação entre a expansão monopolista e o processo de pauperização ainda permanecem entre as “questões não resolvidas no estado atual da pesquisa econômica e da produção historiográfica”. É aqui que emerge a sua crítica ao meu trabalho:

“Essa produção ignora e elimina as particularidades e

a dinâmica atuais do capitalismo monopolista, que negam essa tendência [à pauperização] (sic!). Isso é verificável na produção de Yamamoto”. (Costa, 1985: 23).

Outra linha de apreciações se manifestou na mesa-redonda sobre a história do Serviço Social no Brasil, comemorativa dos cinquenta anos da profissão no país. Contando com a presença de alguns “pioneiros” do Serviço Social brasileiro, há várias referências oblíquas ao meu trabalho e de Raul de Carvalho. Um comentário explícito, porém, é o da saudosa Prof. Dra. Helena Iracy Junqueira:

“Eis uma coisa que me parece muito oportuna: uma discussão sobre o livro recentemente publicado, de Marilda e Raul de Carvalho. Encontrei lá vários pontos realmente dignos de discussão, de debate. É um livro sério, bem elaborado, bem trabalhado. É um livro que comportaria, nestes nossos estudos, que porventura venhamos a fazer, uma análise de vários pontos que lá estão e de que discordamos, que achamos uma interpretação discutível”. (Junqueira, 1983: 28).

Os comentários supracitados denotam que o texto provocou polêmicas, estimulando o debate.

Porém, há outra face de sua repercussão: não é possível desconhecer a influência marcante que aquela proposta teórico-metodológica sobre o Serviço Social na divisão social do trabalho e sua história no Brasil exerceu em livros significativos do atual acervo profissional - por exemplo, o de Mota (1985), sobre as determinações do Serviço Social na empresa; o de Raichelis (1988), sobre a legitimidade popular e o poder público; a pesquisa de Sposati *et alii* (1986) sobre a assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras e os desdobramentos da análise efetuados por Netto (1991; 1992).

No âmbito latino-americano, a perspectiva analítica constitutiva daquele livro foi integralmente incorporada, por exemplo, no capítulo referente a “Las determinantes de la práctica profesional del trabajador social”, publicação resultante do Seminário Latino-Americano “*Trabajo Social en América Latina*”:

balance y perspectivas", realizado em Chacacayo (Peru), promovido pelo Celats, em outubro-novembro de 1982, e para o qual fui convidada (a publicação, em português, é *Serviço Social crítico: problemas e perspectivas*. S. Paulo, Cortez/Celats, 1985).

A mais ampla análise sobre Serviço Social brasileiro no pós-64, contida na tese de doutorado de prof. Dr. José Paulo Netto, *Autocracia Burguesa e Serviço Social*,³ posteriormente publicada em dois livros³, faz referências ao meu trabalho nos seguintes termos:

"Outra é a relevância da reflexão de Yamamoto: seu trabalho sinaliza a maioria intelectual da perspectiva de intenção de ruptura - ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para seus desdobramentos para além das fronteiras universitárias. Trata-se de elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem sucedida, no debate brasileiro, da fonte 'clássica' da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de Yamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto de ruptura no Brasil". (Netto, 1991: 275-276, grifos originais).

Importa destacar que Netto, no mesmo local (pp. 290-301), também submete à sua crítica rigorosa o meu trabalho (Cf. Netto, 1991: "A reflexão de Yamamoto: o resgate da inspiração marxiana", pp. 290-301). No tocante à base teórico-metodológica desse ensaio, observa Netto:

"A base de interpretação de Yamamoto é a sua concepção acerca da produção (que é produção e reprodução) das relações sociais, que ela fundamenta e desenvolve ao longo do primeiro capítulo do seu ensaio. Calcada numa reflexão que se desdobra colada aos textos marxianos fundamentais... a argumentação de Yamamoto prima pelo rigor teórico e pela congruência crítica: ela recupera, a partir da rica categoria da pro-

³ NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1991 e NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.

dução social, a especificidade histórica da ordem burguesa, com a processualidade das relações sociais sendo resgatada pelo desvelamento dos mecanismos de reificação" (pp. 291).

Em seguida, salienta o fulcro da minha análise assentada no capital, como relação social fundante do processo social, implicando na dissolução da reificação das categorias econômicas, própria da socialidade da ordem burguesa - sendo as "classes sociais postas na imanência mesma da produção social, numa perspectiva totalizante do processo das relações sociais". O meu comentarista destaca esta perspectiva analítica, inscrita no ponto de vista da *totalidade*, nos seguintes termos:

"Mediatamente, a reflexão de Yamamoto ultrapassa a positividade típica da emergência dos processos sociais na ordem burguesa e reconstrói sua dinâmica essencial e estrutural, contemplando a complexidade contraditória em que a produção material imbrica-se na produção das relações sociais (as classes, sua cotidianidade e seu modo de vida), políticas (o Estado) e ideoculturais (ideologia, ciência). Em sua globalidade, a análise reconstitui o movimento da ordem burguesa: a produção social capitalista põe e repõe, em meio a contradições e antagonismos, o conjunto de relações sociais que é a realidade social em que se movem as *dramatis personae* do universo burguês" (pp. 292).

Ressaltando "a justa compreensão que Yamamoto tem da postura teórico-metodológica marxiana" (pp. 292), considera como insuficiente, ainda que necessária, a tematização efetuada quanto à *divisão social do trabalho*:

"A análise é correta, mas insatisfatória; é necessária, mas insuficiente; apreende com justeza os processos basilares da divisão social do trabalho inerentes à dinâmica capitalista, não avança para concretizá-los na mesma escala em que seu fortalecimento na ordem burguesa consolidada, depois tardia, implica em uma complexidade crescente na estrutura social (com uma

diferenciação interna e externa das classes fundamentais), que exige a pesquisa dos processos novos e mais sutis (ainda que extremamente ponderáveis) que os basilares estudados pela autora" (pp.294).

Outra observação de meu comentarista remete às bases teóricas da análise do pensamento conservador, em suas relações com a história e o universo cultural do Serviço Social. Destacando com procedência, o seu enquadramento exclusivo à versão européia do conservadorismo, acusa os limites do que qualifica uma "abordagem especificamente sociológica", alheia à inspiração original marxista. Esta abordagem foi calcada em um debate crítico com Nisbet (1969,1980) e Mannheim (1963), com clara inspiração em Martins (1978).

Considerando sumárias as apreciações que faço sobre a vertente modernizadora, em que a herança conservadora de origem é atualizada no debate profissional, assim como a que busca a ruptura com aquela base ídeo-cultural, sinaliza, ainda, duas ordens de reservas:

"A primeira diz respeito ao tratamento extremamente parcimonioso que Iamamoto confere às projeções e lutas sóciopolíticas enquanto tais na dinâmica capitalista; ainda que as refira com correção, a ausência de uma explícita ênfase na sua relevância pode abrir a via a interpretações do seu pensamento que apontem para o risco de impositões economicistas - que a nosso juízo são infirmadas pela articulação interna da reflexão da autora". (pp. 301)

Netto refere-se à interpretação de Faleiros (1985:65), antes mencionada. A sua segunda reserva acusa a substituição da inspiração marxiana pelo "sociologismo" na interpretação do pensamento conservador antes salientada, embora ressaltando que, "salvo erro, Iamamoto é a primeira profissional brasileira a discutir esta vinculação entre Serviço Social e o conservadorismo" (Netto, 1991, p. 290).

O balanço conclusivo desse autor sobre o meu trabalho é feito nos seguintes termos:

"Estas pontuações críticas, entretanto, se esbatem diante da essencialidade da contribuição de Iamamoto; ela consiste no primeiro tratamento rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e, mais, as resultantes desta apreensão, pela sua natureza mesma, infletem os rumos do debate profissional, qualificando-o teórica e politicamente. Neste sentido é que se pode afirmar que, com a elaboração de Iamamoto, a vertente da intenção de ruptura se consolida no plano teórico-crítico. E se o faz pela inspiração marxiana, é no seu leito que podem ser colmatadas as lacunas e solucionados os problemas que a própria autora não equacionou inteiramente" (Netto, 1991: 301).

Importa salientar que, dentre os meus críticos citados, Netto é o único que considera a globalidade de minha produção no período, registrada em minha dissertação de mestrado *"Legitimidade e Crise do Serviço Social. Um ensaio de interpretação sociológica da profissão"*. (Piracicaba, ESALQ/USP, 1982), da qual apenas dois capítulos foram publicados no livro em co-autoria com Raul de Carvalho. Destaco que a produção de Netto supra-referida estabelece uma clara relação de continuidade com as temáticas desenvolvidas por nós em 1982, ainda que as ultrapasse ao apresentar uma original e inédita contribuição à análise teórica e histórica do Serviço Social nos marcos da autocracia burguesa. A minha dissertação de mestrado, respaldada na citada pesquisa documental sobre a história do Serviço Social no Brasil, constitui um ensaio teórico, fruto de pesquisas bibliográficas. Tendo por objeto de estudo o Serviço Social como profissão, referenciado ao contexto de expansão e consolidação do capitalismo na sociedade brasileira, procura desvendar o significado social dessa instituição e das práticas desenvolvidas em seu âmbito por agentes especialmente qualificados: os Assistentes Sociais. A análise

implicou em inserir a profissão no processo de reprodução das relações sociais, recusando tanto as abordagens que a consideram como mero "reflexo" da realidade social abrangente, como as que a reduzem aos seus elementos constitutivos "internos" que, por si sós, supostamente poderiam lhe atribuir um perfil específico, numa visão focalista e ahistórica. A tentativa de superação dessas orientações metodológicas compeliu-me a considerar que a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como uma instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho. É sobre a compreensão das determinações históricas - das condições e relações sociais que tornam o Serviço Social possível e necessário - que se poderá alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo, mais além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, procurando detectar sua contribuição à contraditória reprodução da sociedade.

Como esta linha de análise não encontrava suporte na bibliografia especializada, fui levada a resgatar e explicitar a reflexão clássica marxiana, recuperando a dimensão de totalidade dessa teoria e método vistos de forma indissociável. Acentua-se o empenho em patentear a articulação básica entre a essência das relações sociais e suas manifestações através de formas mistificadoras, mas necessárias à expressão dos fenômenos sociais, ambas recriadas no próprio processo de vida social. Ressalto as expressões, simultaneamente, econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos sociais, evitando a reificação de categorias econômicas. Existe na construção do texto uma preocupação metodológica chave: desvendar por que, na sociedade do capital, relações sociais entre pessoas, enquanto personificam interesses de classes, aparecem como relações entre coisas, em que os sujeitos desse processo submergem, para transparecer, na superfície da sociedade, as mercadorias que possuem e pela mediação das quais entram em relação. Trata-se, portanto, de elucidar e articular as relações sociais e as formas sociais por meio das quais necessariamente se expressam, ao mesmo tempo em que encobrem o seu conteúdo mais substancial. Entende-se, pois, a reprodução das relações sociais como uma reprodução de um modo de vida e de organização do trabalho, apreendido enquanto

totalidade.

Tendo por base esses elementos, busquei as determinações nucleares da divisão do trabalho na sociedade e no interior da produção, procurando apreender a historicidade dessa noção, isto é, as formas específicas que assume na produção mercantil simples, na produção manufatureira e na grande indústria capitalista, como subsídios para a abordagem do Serviço Social na divisão do trabalho.

A análise do significado social do Serviço Social é construída tendo por hipótese diretriz a de que essa prática institucional, demandada pelo patronato e pelo Estado para intervir junto aos trabalhadores, constitui-se numa atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia dominante. Atuando através da mediação dos serviços sociais, interfere na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho. Sendo o exercício profissional polarizado pela luta de classes, o Serviço Social também participa do processo social, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades pelas quais é chamado a reforçar as condições de dominação. Se, de um lado, o Serviço Social é solicitado a responder às exigências do capital, participa, ainda que subordinadamente, de necessidades legítimas de sobrevivência das classes trabalhadoras.

Procura-se, pois, apreender o movimento contraditório da prática profissional no jogo das forças sociais presentes na sociedade. Dando sustentação a esta hipótese, são retomadas algumas características do agente e da prática profissionais: as fontes de legitimidade de sua demanda e as suas determinações institucionais, a condição de trabalhador assalariado e de intelectual subalterno, o suporte simbólico que sustenta sua ação, entre outros aspectos. É ainda efetuada uma análise dos serviços sociais, visto que a profissão afirma-se como implementadora de políticas sociais públicas e empresariais.

Finalmente, problematizo a legitimação e crise do Serviço Social na sociedade brasileira nas últimas décadas. Como o surgimento e desenvolvimento da profissão são vistos sob o prisma da "questão social" - da formação e expansão do proletariado urbano com sua presença política na sociedade -,

coloco em relevo as novas peculiaridades que assume no capitalismo monopolista, tal como se expressa no pós-1964 no país. Numa conjuntura histórica em que o Estado "autocrático-burguês" (Fernandes, 1975) assume um protagonismo decisivo e em que se constata uma acentuada pauperização do conjunto das classes trabalhadoras, o tratamento da "questão social" passa a ser presidido por repressão e assistência, binômio que a subordina aos preceitos da segurança nacional e aos requisitos da acumulação. É dentro desse panorama, que são ressaltadas as respostas dadas pela categoria profissional às características da demanda: a atualização da herança conservadora do Serviço Social e a busca de ruptura com aquela herança. Caracterizo os vínculos do Serviço Social com o pensamento conservador europeu, os travestimentos que sofre no ideário profissional e a modernização daquela herança, como garantia de renovação de suas bases de legitimidade junto às instâncias mandatárias. A renovação que é exigida ao Serviço Social é vivenciada como uma "crise profissional": seja na linha de um aprimoramento técnico-operativo da prática, renovando laços de aliança com o Estado e o patronato, seja na perspectiva de questionamento das próprias bases sociais de sua legitimidade, procurando ampliá-las para os interesses sociais daqueles que são o alvo de sua intervenção. Aí, a crise profissional não se resolve apenas no âmbito estrito da profissão, dependendo da correlação de forças políticas entre as classes sociais, frente as quais cabe ao Assistente Social, como profissional e como cidadão, posicionar-se.

Creio que esta síntese de minha reflexão é suficiente, nos limites deste texto, para responder às observações de Faleiros e Costa, meus críticos. As reservas efetuadas por protagonistas do pioneirismo histórico da profissão encontram-se alicerçadas no sentido da ação dos sujeitos individuais. A perspectiva norteadora de minha análise incorpora as motivações individuais e do discurso dos agentes, mas procura ir além delas. Busca apreender o significado social das práticas nas quais se inscrevem - movida pela certeza de que os indivíduos fazem a história, mas que esta os ultrapassa e condiciona os resultados de sua ação. Assim, ela não se pauta por incriminações de ordem moral. Ao contrário, como sustento no texto publicado: "supõe, como diretriz de

trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência e seus agentes profissionais, expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; e a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas, que conferem uma direção à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais" (In: Iamamoto e Carvalho, 1982:73)⁴.

A difusão do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* deveu-se, predominantemente, ao mercado editorial: são mais de 34 000 livros vendidos no país, a uma categoria profissional relativamente pequena (67.000 Assistentes Sociais segundo dados recentes do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS), quando comparada à outras de maior tradição na sociedade. A isto se soma a edição em castelhano, de 1985, pelo Celats, de 3000 exemplares. Recentemente tive notícia de uma publicação da primeira parte daquela obra, em co-edição Celats/Humanitas, datada de meados dos anos 1980, na Argentina, mas inteiramente desconhecida da parte dos autores. Somente em 1992, é traduzida para o castelhano e publicada a minha dissertação de mestrado no seu formato original, acrescida de outros artigos já publicados no Brasil, que passam a compor o livro *Servicio Social e División del Trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos*⁵, parte da *Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social*, da Ed. Cortez, atualmente em sua segunda edição, cada um delas de três mil exemplares.

A rapidez da difusão do livro no Brasil pode ser aferida através do pequeno lapso de tempo entre as edições, a saber:

1982: 1ª edição (3000 exemplares);

1983: 2ª edição (3000 exemplares);

1984: 3ª edição (2000 exemplares, assim como as seguintes);

1985: 4ª edição;

1987: 5ª edição;

1988: 6ª edição;

1990: 7ª edição;

⁴O conjunto da minha pesquisa não consta integralmente do livro de 1982; mas, com a edição de *Conservadorismo e Renovação do Serviço Social. Ensaios Críticos* (1992), está disponível para o grande público, uma vez que as partes inéditas foram nele incluídas.

⁵Cf. IAMAMOTO, M. V. *Servicio Social e División del Trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos*. São Paulo, Cortez, 1982, con Apresentação Bibliográfica de Ma. Rosángela Batistoni. A tradução para o castelhano é de Alejandra Pastorini

1991: 8ª edição;
1993: 9ª edição;
1995: 10ª edição;
1997: 11ª edição;
1998: 12ª edição;
2000: 13ª edição;
2001: 14ª edição;
2002 15ª edição;

Houve uma reimpressão nesse período, o que de fato representa 16 edições na língua portuguesa.

Ao completar seus 18 anos o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* foi alvo de uma homenagem promovida pelo Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região, durante os eventos comemorativos do dia do Assistente Social em 15 de maio de 2000. Na ocasião, uma manifestação do nosso editor, José Xavier Cortez, afirmava:

“Quando lançamos o livro de Marilda e Raul, o país vivia um momento importantíssimo de abertura política, de democratização e de avanço do pensamento crítico. Na década anterior, por exemplo, Paulo Freire havia lançado o seu célebre *Pedagogia do Oprimido*. Era o momento dos textos que causavam grande impacto ideológico e polêmicas cívicas e que estavam inscritos na tradição marxista.

...O livro de Marilda e Raul é um daqueles que veio ao mundo com essa forte vocação para transformar. Assim, a partir do momento em que foi editado, ganhou vida e fomentou novas idéias; gerou polêmicas, dividiu opiniões, ao mesmo tempo em que aglutinou pessoas em torno de objetivos comuns. Incorporou-se ao pulsar maravilhoso do debate que homens e mulheres estabelecem ao decidirem seu próprio destino, ao fazerem História.” (Cortez, 15/05/2000).

A difusão editorial não foi o único mecanismo de sua publicitação. Existiram outros canais, que considero de tanta ou maior relevância, porque atestam a progressiva hegemonia que a linha de análise presente naquela produção foi assumindo no

debate profissional, com o *referendum* das entidades representativas da categoria dos Assistentes Sociais. Refiro-me aos convites que venho recebendo, desde 1982 para fazer conferências nos mais significativos eventos nacionais e regionais, promovidos pelas entidades da categoria e dos estudantes. Dignos de nota foram os convites para pronunciar as conferências centrais de Serviço Social nos sete últimos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (IV ao X CBAS), realizados entre 1982 e 2001, promovidos em conjunto pelas entidades nacionais representativas dos Assistentes Sociais no Brasil.

O debate que travei com a categoria profissional e com estudantes, em fóruns os mais diversos e em diferentes estados do país, revelou-se extremamente fecundo para minha produção acadêmica. Nesse processo, tive oportunidade de estabelecer um diálogo direto com profissionais de campo através de cursos e treinamentos realizados em instituições do mercado profissional de trabalho e por iniciativa dos Conselhos Regionais de Serviço Social, tratando os dilemas cotidianos envolvidos no desempenho profissional.

Tal processo de difusão fez com que a perspectiva de análise da profissão elaborada se tornasse *domínio público*, passando a ser *incorporada à linguagem corrente de parcelas muito significativas dos Assistentes Sociais*.

Um breve balanço crítico de *Relações Sociais e Serviço Social*.

Para a presente ocasião fiz uma releitura parcial do livro, tendo em vista atribuir visibilidade aos elos que ele mantém com o debate contemporâneo do Serviço Social no país e, em especial, com a minha intervenção no mesmo⁶. E me descobri em um feliz reencontro com a produção do passado, com os olhos cravados nos processos sociais do presente. Reafirmo, integralmente, a análise efetuada sobre o Serviço Social no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais, no marco da pesquisa histórica realizada, que abrange as décadas de 1930 a

⁶ Os comentários que se seguem referem-se centralmente à primeira parte do livro, de minha autoria, referente aos capítulos “Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais” e “O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais”.

1960.

1. Atesto o rigor analítico da exposição da teoria de Marx e a atualidade do eixo metodológico que trata a tensão necessária entre a realidade e as formas sociais de que se revestem os fenômenos na empiria da vida social. A exposição condensa os dilemas da exploração e dos mecanismos mistificadores de sua legitimação, enfeixada no trato essencial da alienação do trabalho, tema esquecido e relegado aos porões do debate contemporâneo. O tema da alienação, que permite atestar o radical humanismo histórico do pensamento de Marx, é, certamente, o mais importante fio de continuidade com a minha produção atual. Ela está centrada na análise de uma forma típica de sociabilidade da sociedade burguesa - ou de uma forma histórica de constituição da individualidade social - fundada nas formas sociais assumidas pelo trabalho, centrais na configuração da "questão social" na cena contemporânea.

2. Outro ângulo que me chamou atenção - no esforço de leitura na posição de uma "avaliadora externa" - diz respeito a *precisa abordagem da mercadoria em suas tensões internas entre valor de uso e valor*. O texto articula a ótica da qualidade e da quantidade, a particularidade e a universalidade, o trabalho útil e abstrato. Expõe as tensões da forma do valor - a forma relativa e a forma equivalente -, situando aí os dilemas do fetiche da mercadoria, que oculta as relações entre produtores através de seus trabalhos, a favor de relações sociais entre coisas. Provoca assim uma clara inversão: a submersão da atividade humana, em favor da visibilidade unilateral aos produtos do trabalho e da reificação da forma do valor de troca, a que tem no dinheiro a figura do equivalente geral das relações de valor entre as mercadorias.

3. Um foco central, a *noção mesma de produção e reprodução das relações sociais* é submetida a um tratamento rigoroso na acepção de Marx. O texto afirma:

"A reprodução é a continuidade do processo social de produção; porém uma continuidade que não se reduz à mera repetição. É uma continuidade no decorrer da qual o processo de renova, se cria e recria de modo

peculiar. As condições de produção são, pois, as de reprodução" (Iamamoto e Carvalho, 1982:46)

Este parece ser um tema que expressa um "dos nós cegos" presentes no debate atual. É freqüente a tendência de se estabelecer, no nível da análise, uma *muralha entre esfera da produção - aprisionada nos muros fabris - e a da reprodução, reduzida à reprodução de um dos elementos da produção, o seu componente subjetivo, a força de trabalho, pela via do consumo de bens e serviços*. Daí a reiterada afirmativa de que o "Serviço Social se situa-se na esfera da reprodução", como consequência dessa interpretação empobrecida daquelas categorias analíticas⁷.

A análise da transformação da mercadoria em capital segue, na exposição, a lógica constante do texto de Marx (1980), *O Capítulo VI. Inédito de O Capital* - que mantém ainda hoje o seu caráter inédito para muitos -, referente à reprodução das relações sociais de produção, articulando produção e circulação⁸. A reprodução ampliada do capital, apreendida no seu movimento, envolve tanto *produção* de valor novo e de mais-valia, quanto à reprodução do valor anteriormente existente. Ela é tratada como reprodução ampliada das relações de classes e de seus antagonismos - e respectivas relações de luta pelo poder -, que faz com que esta sociedade se encontre "em processo de recriação e negação" (idem:66). O fundamento desta afirmativa está no caráter cada vez mais social da produção contraposto à apropriação privada do trabalho, dos meios e dos produtos, que se criam e se reproduzem como riqueza alheia, isto é, como poder que domina os produtores, enfim como capital:

"A produção capitalista não é só reprodução da relação; é sua reprodução numa escala sempre crescente, na mesma medida em que, com o modo de produção capitalista se desenvolve a força produtiva social do

⁷ É interessante verificar que a afirmativa de que o Serviço Social se situa na esfera da reprodução social é tida como um pressuposto, que dispensaria explicações. Entretanto, a elucidação dos fundamentos teóricos dessa afirmativa é um dos ângulos da polemica ainda não enfrentada no universo acadêmico do Serviço Social.

⁸ Esta exposição foi possível em decorrência dos estudos realizados no curso de mestrado em Sociologia Rural na ESALQ/USP e nos oito anos de formação sobre a obra de Marx, de 1975 a 1982, sob a forma de seminários realizados sob a orientação do Prof. Dr. José de Souza Martins, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, a quem sou especialmente grata. Foram objeto de estudo as seguintes obras de K. Marx: os três livros de *O Capital*, o *Capítulo VI, Inédito*; os dois volumes dos *Grundrisse (1857-1958)* os três volumes sobre as *Teorias sobre a Mais Valia* (Tomo IV de *O Capital*).

trabalho, cresce também frente ao trabalhador a riqueza acumulada, como riqueza que o domina, como capital (...) e na mesma proporção em que se desenvolve, por oposição, sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva". (Marx, 1973:103).

4. Ao se debater, hoje, a relação entre trabalho e Serviço Social, é possível identificar na obra em questão os fundamentos *do debate sobre o processo capitalista de trabalho*, em seus elementos materiais e subjetivos (objetos, meios e a força viva de trabalho) que são universais, e nas características particulares que assume sob na órbita do capital. No processo capitalista de produção, as mercadorias compradas e consumidas pelo capitalista são sua propriedade, uma forma de existência de seu capital. Ora, se o trabalho é uma função pessoal do trabalhador, enquanto gasto de sua força vital e realização de suas capacidades produtivas, enquanto processo de criação de valor, o consumo da força de trabalho pertence ao capitalista tendo em vista a valorização de seu capital. Também lhe cabe a função de controle ou de gestão da força de trabalho em ação, ou seja, definir as formas de direção e vigilância daquele consumo.

O processo de trabalho organizado pelo capital é presidido por uma *inversão*: o trabalho vivo é mero meio de valorização dos valores existentes expressos nos meios de produção. Tem-se o domínio do trabalho objetivado nos meios de produção, nas coisas, sobre o trabalho vivo, ou seja, sobre o trabalhador. A objetivação do trabalho, dessa substância criadora de riqueza, torna-se, para o produtor, escravização de si mesmo aos produtos do trabalho. Mas a alienação se expressa também no próprio ato da produção, em que o trabalho aparece como algo externo ao trabalhador, em que não se afirma, mas se nega a si mesmo e o mortifica, só sentindo-se livre quando deixa de trabalhar. Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* (Marx, 1975) fundamentam a abordagem sobre a alienação, aliados à obra principal de Marx. Nos manuscritos de *O Capital*, Capítulo VI – *Inédito* tem-se uma síntese da análise:

A dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a da coisa sobre o homem, do trabalho morto

sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor. Na realidade, as mercadorias que se convertem em meios de dominação sobre os trabalhadores, (porém só como meios do capital mesmo) não são meros resultados do processo de produção, mas os produtos do mesmo. Na produção material - o verdadeiro processo da vida social - pois este é o processo de produção - dá-se exatamente a *mesma* relação que se apresenta no terreno da religião: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa. Considerada *historicamente*, essa conversão aparece como momento de transição necessário para impor, pela violência e às custas da maioria, a criação de riqueza enquanto tal, isto é o desenvolvimento inexorável das forças produtivas do trabalho social, que é o único que pode constituir a base material de uma sociedade humana livre". (Marx, 1973:19).

Entretanto, no livro, esta análise voltada à compreensão da lógica que organiza o trabalho sob o domínio do capital e das relações que lhe dão vida não se dirige diretamente aos processos de trabalho de que participa o assistente social e, portanto, não explicita as mediações necessárias para uma reflexão dentro de tais parâmetros.

O texto alerta sobre o *perigo de redução do processo de produção ao processo de trabalho nos seus elementos simples* - meios, objeto e a atividade humana - desvinculado de suas implicações na órbita da produção do valor e, eventualmente, da mais valia, o que se encontra na raiz da *mistificação do capital*. - Este é um risco presente no debate atual no Serviço Social, que pode resvalar para uma *abordagem que reifique as relações sociais*, comprometendo a historicidade das análises, ao considerar unilateralmente o substrato material do valor do capital: as coisas em que se expressa, isoladas das relações sociais por meio das quais ocorre a produção (Iamamoto e Carvalho, 1982:41). O risco é restringir a abordagem do processo de trabalho à ótica do valor de uso - ao trabalho concreto -, desvinculando-o de suas implicações na órbita o valor - do trabalho humano abstrato -, ou seja, das relações sociais por meio das quais se efetiva, indissociável das formas de propriedade em se que se inserem. Estas, aliadas ao grau alcançado de produtividade social do trabalho, permitem evidenciar o caráter historicamente datado e transitório do processo capitalis-

ta de produção.

Livrando-se desses descaminhos, o texto sustenta que o caráter de capital, impresso às mercadorias e ao dinheiro desde a circulação, decorre do fato de que as condições de produção e os meios de subsistência encontram-se “alienados do trabalhador e o enfrentam com coisas capazes de comprar pessoas” (idem:52), o que caracteriza essencialmente o capital como relação social.

5. A exposição da reprodução das relações sociais apresenta os fundamentos da “questão social” no modo de produção especificamente capitalista, ao abordar a população sobrando no interior mesmo da lei da acumulação. Oferece elementos, da maior atualidade, para compreensão da lei particular de população na sociedade capitalista e do crescimento da população sobrando, que se recriam, hoje, nas novas condições históricas.

A análise parte do processo de acumulação, em sua tendência ao desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Ela resulta em que um mesmo capital põe em movimento menos trabalho necessário e mais trabalho excedente para a produção de um mesmo valor de troca ou quantidades maiores de valor de uso, incrementando a mais-valia. A lei do capital é criar trabalho excedente (ou trabalho não pago), o que supõe a mediação do trabalho necessário. Ou, em outros termos, sua tendência é criar a maior quantidade possível de trabalho materializado, isto é, valor e, ao mesmo tempo, reduzir o trabalho necessário a um mínimo, ampliando o tempo de trabalho excedente. Assim, à proporção em que progride a acumulação, a tendência é reduzir o capital investido na compra e venda da força de trabalho (capital variável) em relação ao capital total empregado na produção. Portanto, ao produzir a acumulação do capital, a população trabalhadora produz, também, em proporções cada vez maiores, os meios de seu excesso relativo. Esta é a lei da população peculiar ao regime de produção capitalista, pois todo regime de produção tem suas leis de população próprias, leis que regem de um modo historicamente concreto. (Marx, 1975:534, t. I).

O texto identifica a particularidade do regime capitalista de produção, no qual a existência de uma superpopulação trabalhadora disponível, independente dos limites reais de crescimento da po-

pulação, é fruto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. A população trabalhadora excedente é, portanto, produto da acumulação e uma das condições para seu desenvolvimento, uma vez que a oferta e demanda de trabalho, em condições absolutamente favoráveis ao capital, contribui na regulação do movimento geral dos salários.

“O desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho permite ao capitalista, com o mesmo desembolso de capital variável, colocar em ação maior quantidade de trabalho, mediante maior exploração intensiva e extensiva de forças de trabalho individuais. Esse excesso de trabalho de trabalhadores ativos tem como contrapartida o engrossamento das filas dos trabalhadores de reserva, ao mesmo tempo em que a pressão destes sobre aqueles os obriga a trabalharem mais e a se submetem às pressões do capital” (Iamamoto e Carvalho, 1982:60).

É esta a explicação proposta para a gênese da “questão social”, cuja configuração depende da situação objetiva das classes trabalhadoras, historicamente circunscrita, em decorrência das mudanças verificadas no modo de produzir e apropriar o trabalho excedente. Depende, ainda, da capacidade de luta e organização na defesa de seus interesses de classe e de sua sobrevivência, assim com as diversas maneiras de interpretar e agir sobre ela propostas pelo bloco do poder, com o apoio do Estado (idem: 79).

Ao concluir esta breve e sucinta apreciação sobre a exposição referente à reprodução das relações sociais de produção, gostaria de supor que essa análise apoiada em Marx fosse de domínio público, incorporada pela categoria profissional na mesma intensidade que a interpretação do Serviço Social, o que não me parece ser uma realidade.

6. A análise teórica sobre o significado social da profissão constante no livro não surge, como supõem alguns, de uma dedução da lei do valor. É preciso reafirmar que o conhecimento, além de um produto coletivo, é historicamente datado. Aquela análise é parte do acúmulo crítico construído pelo Serviço Social latino-americano,

a partir de meados da década de 1960, no lastro do movimento de reconceituação, adensada na *pesquisa histórica sobre e gênese e evolução do Serviço Social no Brasil* – mais precisamente no eixo pioneiro de São Paulo e Rio de Janeiro.

A investigação histórica envolveu um amplo processo de pesquisa documental nos arquivos e nas bibliotecas das Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro -PUC-SP e PUC-RIO-. Constou de documentos históricos originais e do acervo bibliográfico da época. O processo de investigação, de duração de um ano, envolveu materiais como: o discurso institucional – do próprio Serviço Social, da Igreja Católica, do Estado e do empresariado –, os relatos dos agentes profissionais sobre o seu exercício, constantes em relatórios da intervenção profissional, conferências em Congressos e eventos associativos, artigos de revistas e publicações especializadas.

O lapso temporal considerado abrange da emergência e expansão do Serviço Social no país até os anos sessenta. Os registros identificados mostram um *exercício profissional essencialmente sob a ótica do poder institucional dominante, sendo raros os registros de manifestações explícitas ou veladas de caráter contestatório*. Ou seja, a rica documentação analisada não permitiu captar a existência de possíveis tendências críticas e nem a versão dos usuários sobre as ações dos assistentes sociais. Isto explica a ênfase no controle social e na difusão da ideologia dominante presente na análise do significado social da profissão.

Lembre-se que a renovação crítica do Serviço Social latino-americano é posterior ao período considerado na pesquisa empírica, que abrange as décadas de 1930-1960 do século XX. O debate continental sobre o movimento de reconceituação no lastro da tradição marxista certamente foi uma inspiração para a análise do material pesquisado.

Todavia é também fato que este texto inaugura, na arena do Serviço Social brasileiro, uma abordagem histórico-sistemática sobre a produção e reprodução das relações sociais com base em um tratamento da teoria marxiana, apoiada no conjunto de sua obra principal – *O Capital* – até então ausente da produção acadêmica da área no país. *É esta incorporação que oferece o percurso metodológico e o arsenal de categorias teóricas na análise do significado*

social da profissão, apresentando o Serviço Social como uma especialização da divisão social e técnica do trabalho. Traz, a centralidade do trabalho para o campo de interpretação, foco tão diluído nas feições do marxismo herdadas do movimento de reconceituação, - um marxismo sem Marx - carregado com fortes marcas do estruturalismo francês de Althusser e do marxismo soviético e/ou de inspiração maoísta.

Foi aquela incorporação teórico-metodológica que permitiu desentranhar da realidade, afirmar e fundamentar o caráter contraditório do exercício profissional, indissociável das relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado que fundam a sociedade brasileira. O reconhecimento da dimensão contraditória da atividade profissional não desconsidera a margem de autonomia dos assistentes sociais - nas condições sócio-históricas encontradas - de interferir no direcionamento social e ético-político do exercício profissional. Cabe aos sujeitos profissionais elegerem suas finalidades, formas de conduzi-lo e processá-lo em consonância com reforço de determinados interesses sociais presentes nas condições e relações de trabalho que configuram o espaço sócio-ocupacional do assistente social.

7. Na minha avaliação, *além da pesquisa histórica propriamente dita, que não foi superada e abriu inéditos caminhos para outras investigações sobre o tema, a afirmação do caráter contraditório do exercício profissional foi uma das principais contribuições desta obra no debate sobre o Serviço Social brasileiro*. Expressa uma ruptura com as análises unilaterais, que situavam o Serviço Social exclusivamente ora na órbita dos interesses do capital, ora dos trabalhadores. Reconhece que o movimento de reprodução do capital recria a apropriação do trabalho excedente sob a forma de mais valia, recria também em escala ampliada os antagonismos das relações sociais por meio das quais se efetiva a produção. No mesmo processo, reproduz-se a contradição entre a igualdade jurídica de livres proprietários e a desigualdade econômica que envolve a produção social, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Ou seja, recriam-se os antagonismo dessas relações e o véu ideológico que as envolve, encobrindo sua verdadeira natureza. Essas considerações fundamentam a hipótese central da análise, assim formu-

lada:

“Como as classes sociais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. *Reproduz, também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade de respostas a necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e de reprodução dos antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.* A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas se pode excluí-los do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto inclusive que viabiliza a possibilidade do profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras”. (Iamamoto e Carvalho, 1982:75)

O foco no *significado social da profissão* na sociedade capitalista rompe com o padrão endógeno, então predominante nas interpretações da profissão. Indaga sobre a sua necessidade social, seus efeitos na sociedade e as mediações sociais por meio das quais se realiza. Em outros termos, procura identificar as particularidades dessa especialização do trabalho, abordando-a nas suas dimensões de trabalho concreto e trabalho abstrato. *Este é, certamente, um dos traços que distinguem essa análise das demais interpretações sobre a profissão e faz uma ponte com o debate atual sobre trabalho e Serviço Social, desdobrando aquela primeira aproximação.*

A preocupação atual sobre o Serviço Social volta-se ao processo de realização desse trabalho especializado, aprofundando suas implicações no âmbito da organização social e técnica do trabalho. Busca-se, hoje, articular a profissão – dotada de uma regulamentação legal e de normas éticas específicas – ao seu processo de realização, em que o assalariamento de seus agentes é um determinante essencial. Esse desdobramento do debate sobre a instituição Serviço Social

para o exercício profissional sintetiza as tensões entre o *direcionamento que o assistente social atribui a esse exercício e as exigências dos empregadores* aos seus trabalhadores assalariados especializados. A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – como refrações no seu conteúdo e no modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia que dispõe o assistente social, respaldada juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária especializada e no código de ética. Essa autonomia é tensionada pelas exigências dos empregadores – quanto aos propósitos, demandas, regulamentações específicas incidentes sobre o exercício assim como referentes à organização do trabalho, às funções e atribuições, política de gestão da força de trabalho e determinações contratuais – salário, jornada, entre outras. Portanto, o debate atual volta-se à consideração *das específicas condições e relações sociais por meio das quais se realiza o exercício profissional no mercado, no marco de uma organização coletiva do trabalho – em suas implicações enquanto trabalho concreto e abstrato –, no novo cenário nacional e internacional.* A reestruturação produtiva, a radicalização do projeto neoliberal e a contra-reforma do Estado no contexto da mundialização do capital instauradas na contratendência de sua crise, impulsionam a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social. Afetam transversalmente a organização societária, a divisão do trabalho social, os direitos sociais e a constituição dos sujeitos; redimensionam funções e atribuições profissionais, como as relações sociais e os específicos processos de trabalho por meio dos quais se realiza a produção, a distribuição de bens e serviços.

Minha pesquisa, hoje, volta-se ao *processo de realização do projeto profissional, em suas dimensões técnicas, políticas e éticas, nas condições sociais em que opera o trabalho do assistente social e as formas por ele assumidas no âmbito das específicas relações sociais em que se inscreve no Estado, nas organizações empresariais, em entidades da sociedade civil e congêneres.* Essa síntese de minhas preocupações atuais é suficiente para atribuir transparência aos elos de continuidade com o debate de 1982 e seus desdobramentos históricos e analíticos.

8. Já, em 1982, já afirmava *ser o Serviço Social impensável sem a base*

organizacional em que se inscreve. Regulamentado como uma profissão liberal, dispõe de certos traços típicos, como a reivindicação de uma deontologia, o caráter não rotineiro da intervenção, uma relação singular no contato direto com os usuários dos serviços prestados, com possibilidade de definir a condução da ação profissional. Todavia o assistente social afirma-se como um trabalhador assalariado na sociedade brasileira, tendo o Estado como principal empregador, além do empresariado:

"O assistente social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional, que se estabelece mediante uma relação contratual, que regulamenta as condições para obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. Passa esse agente a receber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado pelo preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do valor". (Iamamoto e Carvalho, 1982:85).

O texto afirma, em caráter preliminar, que o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, *predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e valor, o que não significa o seu alijamento do processo de produção em sentido amplo (produção, distribuição, troca e consumo)*. Sendo o alvo do exercício profissional o trabalhador e sua família, o Serviço Social, ao inscrever-se no contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação das condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais (idem: 86).

9. Em 1982 é aberto o debate sobre o Serviço Social *como trabalho produtivo e/ou improdutivo (de mais-valia)*, afirmando que a profissão não se dedica preferencialmente ao desempenho de funções produtivas, visto ser o Estado seu maior empregador na órbita da prestação de serviços sociais. Ora, o processo de produção e

reprodução capitalista requer uma gama de atividades que, não sendo diretamente produtivas, são necessárias do movimento do capital, seja porque reduzem o limite negativo à valorização do capital (como, por exemplo, as atividades do comércio), seja porque se dedicam à criação de bases para o exercício do poder de classe – que tem no Estado sua maior expressão –, “enquanto atividades diretamente vinculadas ao poder político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado, necessárias a garantia do domínio de classe. Deste ponto de vista, são atividades cujo significado econômico está subordinado ao seu caráter político determinante” (ibidem:87).

Tais reflexões mantêm sua atualidade incontestável. Entretanto, busca-se desdobrar a análise nas particulares inserções profissionais, que se diversificam no contexto de ampla privatização da coisa pública e mercantilização dos serviços sociais na lógica da acumulação. A abordagem amplia-se considerando o assistente social parte do trabalhador coletivo e os processos de cooperação por meio dos quais realiza o seu trabalho, organizados por seus empregadores, nos quais se realiza o consumo e a gestão da força de trabalho. Isto, requer trazer o sujeito e seu trabalho especializado para o palco central dos debates, e, conseqüentemente, as condições e relações de trabalho como dimensões constitutivas e determinantes – juntamente com as projeções dos profissionais – da configuração daquele trabalho em todas as suas dimensões.

O desafio é incorporar e ir além da abordagem do trabalho do assistente social enquanto trabalho concreto, isto é de uma qualidade determinada, que satisfaz necessidades sociais, o que foi o foco central do debate profissional sobre as particularidades do Serviço Social nas décadas de 1980-1990⁹. Isto porque o trabalho concreto só pode satisfazer necessidades sociais na medida em que possa ser trocado por qualquer outro tipo de trabalho privado útil, o que requer abstrair de sua particularidade e identificar nele algo comum: o fato de ser dispêndio de força humana de trabalho, isto é, *trabalho humano social indistinto, portanto valor*. Requer incorporar na análise a outra dimensão desse trabalho especializado e dele indissociável:

⁹ Cf., dentre outros, Netto (1991); Martinelli (1989); Faleiros (1987 e 1997) e Yazbek (1993).

o fato de ser *trabalho social médio*, isto é, trabalho abstrato, considerando, portanto, sua inserção no universo do valor. É nesse universo que se estabelece o seu valor de troca dessa força de trabalho especializada – o salário do assistente social –, parte do trabalho social médio, pensado na sua *quantidade*, medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Lembre-se que a força só tem valor de uso para seu possuidor quando é valor de troca, isto é quando é passível de ser trocada por dinheiro para satisfação de suas necessidades.

A exigência desse patamar de análise é, portanto, dada pela *condição assalariada*, que se encontra na base da profissionalização dessa especialização do trabalho na sociedade, conforme o já afirmado. Ora, essa força de trabalho, ao se mercantilizar incorpora todas as tensões internas presente na mercadoria – entre valor de uso social e valor, particularidade e generalidade, trabalho concreto e abstrato, forma relativa e forma equivalente –, assim como os mistérios do fetichismo da forma do valor mercantil e da alienação que o envolve. Tais tensões internas inerentes à mercadoria atualizam-se na força de trabalho, com a particularidade de que é portadora, uma vez que, *sob a órbita do capital*, seu consumo é fonte de valor: de produção de valor novo, de conservação do valor contido nos meios de produção e de criação de valor excedente ou mais-valia. O desafio é traduzir essa análise no trabalho do assistente social em suas particulares inserções nas esferas da produção de bens e serviços. Em outras palavras, enriquecer o tratamento teórico do exercício profissional, considerado em suas múltiplas determinações e mediações, no âmbito da práxis social.

Para tanto, é necessário extrapolar o foco corrente centrado na *prática profissional*, visto que esta se refere a um dos elementos do exercício profissional historicamente situado: o próprio trabalho como atividade em do sujeito que age, componente subjetivo do processo de trabalho. E caminhar para uma abordagem na ótica de totalidade da mesma, ampliando o foco da análise para o trabalho em seu processo de realização no mercado de trabalho, em condições e relações determinadas.

10. Outro aspecto, que permanece nesses vinte anos, é a *centralidade atribuída à “questão social” na profissionalização do Serviço Social na sociedade brasileira*, nos marcos da expansão urbana e da progressiva hegemonia do capital industrial e financeiro. Tais processos são apreendidos sob o ângulo da emergência de novos sujeitos sociais: o proletariado urbano e a burguesia industrial e frações de classes que compartilham o poder de Estado, em conjunturas históricas determinadas. A questão social considerada como:

“as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo o seu reconhecimento como classes por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto e Carvalho, 1982:77).

Ingressa em cena o Estado, estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho por meio da legislação social e trabalhista, e intervindo na gestão dos serviços sociais, como uma nova forma de enfrentar a “questão social”. Enquanto uma determinação essencial da constituição da profissão, ela se apresenta hoje, sob novas mediações históricas, que atualizam as características determinantes da lógica do capital nas particularidades da formação econômica, social e político-cultural da sociedade brasileira em um momento decisivo da internacionalização da produção e dos mercados, da radicalização liberal com incidências nas relações entre o Estado e a sociedade, além de refrações na esfera cultural. Esse quadro desafia os pesquisadores à apropriação dos determinantes históricos da “questão social” e de suas expressões no contexto brasileiro do presente.

11. O *Estado*, tradicionalmente o maior empregador dos assistentes sociais, é alvo de um tratamento *teórico e histórico* no texto em foco, que reconhece sua importância decisiva na reprodução das relações sociais. O Estado é abordado na sua condição de *legislador e de controlador das forças repressivas*, voltado à manutenção do poder e da ordem consoante os interesses dominantes, apresen-

tados à sociedade como ilusório interesse geral. Mas o Estado inclui, também, o conjunto dos meios de direção intelectual e moral acionados na luta pela hegemonia, segundo uma abordagem gramsciana do Estado ampliado. Condensa, pois, interesses conflitantes de frações da burguesia e dos proprietários fundiários que expressam alianças do bloco do poder. Embora excluindo as classes subalternas, o poder político não pode desconsiderar integralmente o seu poder de pressão, incorporando, ainda que de forma subordinada, alguns de seus interesses.

As particularidades do Estado na era monopolista não são objeto de uma análise teórico-sistemática¹⁰, mas também não se encontram ausentes do conjunto da produção daquele período. Elas orientam a análise do significado da assistência social no capitalismo monopolista na sociedade brasileira, que, embora publicizada posteriormente (Iamamoto, 1992), é parte integrante da interpretação da profissão. (Iamamoto, 1982).

Contradizendo as acusações que apontam o caráter economicista de minha produção, é preciso registrar a centralidade da dimensão político-ideológica na análise sobre o significado do Serviço Social na reprodução das relações sociais, com ênfase na reprodução do controle e da ideologia dominante. A hipótese anunciada é a seguinte:

“enquanto atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia dominante junto à classe trabalhadora, além de interferir na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, através da mediação dos serviços sociais ...A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa também, do processo social reproduzindo as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada a reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis da mesma unidade. Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades

¹⁰ Uma abordagem teórico-sistemática do Estado monopolista na literatura do Serviço Social comparece, posteriormente, no texto de Netto (1991).

que lhes são exclusivas; participa, também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida, dadas historicamente” (Iamamoto e Carvalho, 1982: 94-95).

Importa lembrar, também, que, ancorada nos dados coligidos na pesquisa histórica (1930-1960), o assistente social é visto como “profissional da coerção e do consenso”, com base na teoria de Gramsci sobre o papel do intelectual (Iamamoto, 1982). Aliás, na época de sua elaboração, este é um dos poucos trabalhos que trata o *sujeito profissional em suas dimensões sócio-culturais. Uma dos fios permanentes da análise é atribuir visibilidade à tensão entre a realidade e suas representações na consciência dos profissionais, entre o ser e representar*, o que comparece, por exemplo, na análise da demanda dos serviços e do terreno cultural que fornece as fontes de sua legitimidade. O caráter “oficial” do mandato recebido pelo Estado tende, a ser representado ao reverso, acentuando, na relação com o “cliente”; motivações altruístas e desinteressadas, típicas da “vocação de servir”.

12. A abordagem das relações sociais e do Estado, nos termos assinalados, desdobra-se na interpretação dos serviços sociais, numa época em que a debate brasileiro sobre a política social não havia ainda se difundido no universo das Ciências Sociais e do Serviço Social. Incorporando criticamente as elaborações de Marshall (1967) sobre classe e cidadania, desnuda a contradição inerente à sociedade capitalista entre o discurso da igualdade, indissociável das relações de troca de mercadorias equivalentes, e a realização da desigualdade, assentada em relações de poder e exploração, que moldam a sociedade de classes.

“por um lado, a afirmação da liberdade individual e da igualdade de deveres e direitos de todos os cidadãos, como condição de funcionamento pleno da economia de mercado. É a igualdade necessária a toda troca de mercadorias equivalentes, através da relação entre livres proprietários das mesmas. É a relação igualitária que aparece na esfera da circulação consubstanciada também, nos textos legais. Em polo oposto, tem-se a desigualdade inerente à orga-

nização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas, assentadas em uma relação de poder e de exploração. É a desigualdade inerente à relação do capital, ao "livre direito de propriedade", que só é desvendado aos se analisar o que ocorre com os agentes sociais na produção social da riqueza, contraposta a sua apropriação privada" (Iamamoto e Carvalho, 1982:91).

Essa tensão entre igualdade e desigualdade, entre classes e cidadania - pólos de uma mesma unidade-, conduz a uma interpretação dos serviços sociais para além da igualdade subjacente nos direitos sociais. Inscreve a explicação desses serviços na órbita do valor ou, em termos atuais, ao que é denominado de "fundo público", uma metamorfose da mais-valia (Oliveira, 1998). A explicação parte do fato de que toda riqueza existente é fruto do trabalho humano, a qual é redistribuída sob a forma de rendimentos distintos para o capital (lucro industrial, comercial e juros), os proprietários fundiários (renda da terra) e os trabalhadores (salário). E parte da riqueza social é transferida ao Estado, especialmente sob a forma de impostos e taxas pagos por toda a população. Assim, parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e segmentos dominantes, é redistribuído sob a forma de serviços sociais. Estes, articulados pelos organismos assistenciais e outorgados mediante as estruturas burocráticas do Estado, têm um propósito político de interferir e controlar os movimentos sociais, deslocando as contradições do campo explícito das relações de classe, absorvendo-as dentro das vias institucionais. Os segmentos sociais que oferecem os serviços encampam, como suas, reivindicações dos trabalhadores em suas lutas de resistência ante o capital na afirmação do seu protagonismo político. Nesse quadro, os serviços sociais assumem a aparência de "doação" de parte do poder político ou do capital, dotados de uma máscara humanitária.

"Tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriados pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (em especial aos trabalhadores, que dele mais

fazem uso) sob forma transmutada de serviços sociais" (Iamamoto e Carvalho, 1982:92)

Ao desmistificar o discurso filantrópico, tão em voga nos tempos atuais em que ocorre uma verdadeira "refilantropização do social" (Yazbek, 1998), o texto resgata a necessidade dos serviços previstos nas políticas sociais para a reprodução dos trabalhadores, complementares ao rendimento salarial, determinante na satisfação das necessidades básicas do produtor direto e de sua família. Aponta, também, o significado desses mesmos serviços para o capital, seja na socialização de parcela dos custos de reprodução da força de trabalho, na ampliação de seu campo de investimentos no âmbito dos serviços, na elevação da produtividade do trabalho, além da manutenção de condições subsidiárias à sobrevivência da população sobrança.

13. As sintéticas indicações críticas relativas ao *exercício profissional*, na ótica da demanda, situam o assistente social como o agente profissional de "linha de frente" nas relações entre os organismos institucionais e a população que demanda os serviços, o que, posteriormente, Netto (1991) vai qualificar de "executor terminal das políticas sociais". Salienta o poder que é delegado ao assistente social de interferir no acesso aos serviços e a requisição de agilizar os atendimentos. Trata-se de um profissional que centraliza e difunde informações sobre os usuários no âmbito institucional e facilita a adesão dos mesmos às exigências normativas e definições programáticas das entidades empregadoras. O caráter pessoal impresso à relação profissional identifica o assistente social como um "técnico em relações humanas por excelência".

Merece destaque tanto a dimensão *educativa* desse exercício, que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população como a *linguagem* enquanto instrumento privilegiado de ação do assistente social. Ele trabalha a partir das expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos sujeitos e dispõe de relativa autonomia na condução do exercício de suas funções institucionais. Pode limitar-se a responder às demandas do empregador, confirmando-lhe sua adesão ou, "a partir do jogo

de forças presentes nas circunstâncias de seu trabalho, reorientar a prática profissional a serviços dos interesses e necessidades dos segmentos majoritários da população, consolidando junto a eles novas fontes de legitimidade para a atuação do assistente social” (Iamamoto e Carvalho, 1982:122).

14. A introdução da análise *do pensamento conservador* no Serviço Social é também fruto do conjunto da produção do início dos anos 1980, calçada na literatura da sociologia e da psicologia social. A preocupação era decifrar criticamente o universo cultural do qual o Serviço Social é caudatário, indicando elementos que permitam elucidar *o modo de pensar* que informou decisivamente a profissão ao longo de sua trajetória. Certamente é uma abordagem preliminar, que permitiu a incorporação e o aprofundamento do tema por outros autores, a exemplo de Netto (1991)¹¹.

Conclusões

Umás poucas palavras a mais, ao finalizar essa difícil e longa empreitada de reler, repetir, refutar e projetar os escritos de 20 anos. Certamente, “hesito no entra-e-sai de um minuto”, decidida a cultivar a dúvida permanentemente.

Muitas águas rolaram desde os anos 1960 – até quando vigorou a análise dos dados que apoiaram essa análise – aos dias atuais. Transformações históricas de monta alteraram a face do capitalismo e a sociedade brasileira. Uma onda longa de crise se estabeleceu e o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo “ajustes estruturais” por parte do Estado, sob o comando dos organismos multilaterais, a serviço do capital especulativo financeiro. À reestruturação da produção e dos mercados, apoiada nas inovações científicas e tecnológicas de última geração, somaram-se, sob a égide neoliberal, mudanças regressivas na relação entre o Estado e sociedade, quando a referência é a vida de todos e os direitos conquistados pelas grandes majorias. A cultura da “pós-

¹¹ Em 1992, tive a oportunidade de re-visitar a abordagem do tema por ocasião de minha conferência para o concurso de Prof. Titular da UFRJ. Ver: IAMAMOTO, M. V. “O debate contemporâneo da reconceitualização do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: IAMAMOTO (1998:201-250).

modernidade” condizente com a mercantilização universal – e sua indissociável descartabilidade, superficialidade e banalização da vida – gera tremores e cismas na esfera da estética, dos valores e da ética orientada à emancipação humana e nas interpretações que cultivam as “grandes narrativas”.

Certamente, esse cenário histórico impõe outros desafios às forças sociais progressistas nos sentido de construir novas bases políticas para reorientar os rumos das sociedades nacionais, o que pode ser anunciado nas próximas eleições no Brasil. Requer, ainda, esforços voltados para elucidar o significado social da profissão no tempo presente, na fidelidade mesma ao movimento do real. Por um lado, as determinações fundamentais das análises referentes à dinâmica contraditória da sociedade capitalista se mantêm. Todavia elas se realizam mediante inéditos processos sociais, que devem ser apreendidos e elucidados, atribuindo visibilidade às suas refrações no trabalho do assistente social¹². Entretanto, essa é uma tarefa coletiva, de todos aqueles que têm na história o desafio de suas elaborações.

Santa Bárbara do Monte Verde (MG), julho de 2002.

¹² Tentativas preliminares nesse sentido encontram-se registradas no livro *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (São Paulo, Cortez, 1998), que condensa na minha produção mais recente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- CARVALHO, A. *Vale a pena sonhar*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Rocco Ed., 1997.
- CARVALHO, R. "Modernos Agentes da Justiça e da Caridade". *Serviço Social e Sociedade* nº.2. São Paulo, Cortez, ano I, 1982, pp. 43-51.
- CORTEZ, J. X. "Os 18 anos do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Manifestação do Editor". São Paulo, 15/05/2000.
- COSTA, S. G. "Contribuição para o conhecimento do discurso crítico e da prática profissional do Serviço Social". In: *Coleção Temas Sociais* nº. 195,. Rio de Janeiro, CBCISS, ano XVII. 1985.
- FALEIROS, V. "Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina". *Serviço Social e Sociedade* nº. 24. São Paulo, Cortez, , ano VIII, ago de 1987, pp. 49-69.
- _____. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- _____. *Saber profissional e poder institucional*. 2ed. São Paulo, Cortez, 1987.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1975.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-sociológica*, São Paulo, CELATS/ ALAETS. 1982
- IAMAMOTO, M. V. *Legitimidade e Crise do Serviço Social. Ensaio de Interpretação Sociológica*, Piracicaba, ESALQ/USP, 1982.
- _____. *Relaciones sociales y Trabajo Social*, Lima, CELATS. 1985
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios Críticos. São Paulo, Cortez, 1992
- _____. *Servicio Social e División del Trabajo. Un análisis crítico de sus fundamentos*. São Paulo, Cortez, 1982.
- _____. "O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 1998, pp. 201-250.
- IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 1998.
- _____. *Depoimento à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos- MG*. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2001, 10 págs.
- JUNQUEIRA, H.I. "História do Serviço Social no Brasil". *Serviço Social e Sociedade* nº 12. São Paulo, Cortez, ano IV, agosto, 1983, pp. 11-31.
- MAGUIÑA, A. *Desarrollo capitalista e Trabajo Social, Peru, 1896-1976*, Lima, CELATS, 1979.
- MANNHEIM, R. "El pensamiento conservador". In: *Ensayos de Sociología y Psicología Social*. México, Fondo de Cultura Económica, 1963.
- MANRIQUE, M. C. e IAMAMOTO, M. V. «Hacia el estudio de la historia del Trabajo Social en América Latina». *Acción Crítica* nº. 5, Lima, CELATS/ ALAETS, 1979, pp. 53-73.
- _____. *De apóstoles a agentes de cambio. El Trabajo Social en la historia latinoamericana*. Lima, CELATS, 1982.
- _____. *História do Serviço Social na América Latina*, São Paulo, Cortez, 1984.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e "status"*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo, Cortez, 1989.
- MARTINS, J.S. "As coisas no lugar. (Da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo)". In: *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*. São Paulo, HUCITEC, 1978, p. 43-82.
- MARX, K. *El Capital. Libro I. Capítulo VI. Inédito*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- _____. *El Capital. Crítica de la economía política*, 3 Tomos. 2a. ed., 5a. reimpressão. México, Fondo de Cultura Económico, 1975.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844"*. In: Marx, K e ENGELS, F. *Manuscritos economicos varios*. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- _____. *Elementos fundamentales para la critica de la economia política (GRUNDRISSE) 1857-1858*, 2 Tomos. 11ª. ed., México, Siglo XXI,. 1980.

_____. *Teorias sobre la plus-valia. Tomo IV de El Capital*. 3 Tomos, México, Fondo de Cultura Economica, 1980.

MOTA, A. E. *O feitiço da ajuda. As determinações do Serviço Social na Empresa*. São Paulo, Cortez, 1985.

NISBET, R. *La formación del pensamiento sociológico*. Buenos Aires, Amorrortu, vol. I. 1969.

_____. "Conservadorismo e sociologia". In: MARTINS, J.S. 1980 (Org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, HUCITEC.

NETTO, J. P. *Autocracia Burguesa e Serviço Social*. Tese de doutorado em Serviço Social. São Paulo, PUC-SP, 1991.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.

OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1998.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos de construção democrática*. São Paulo, Cortez, 1998.

SPOZATI, A. O. et alii *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras. Uma questão em análise*. São Paulo, Cortez, 1985.

Vv. Aa. *Trabajo Social en América Latina: Balance y Perspectivas*. Lima, CELATS, 1983.

_____. *Serviço Social Crítico: Problemas e Perspectivas*, São Paulo, Cortez, 1985.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. "Globalização, precarização do trabalho e seguridade social". *Serviço Social e Sociedade* n°56. São Paulo, Cortez, mar. 1998, pp. 50-59.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL - USP

Elaborada por:

Maria Aparecida Tardin Cassab - presidente

Maria Rosângela Batistoni - Coord. Nac. de graduação

JUSTIFICATIVA

A proposta de implantação de um Curso de Graduação em Serviço Social na USP, encontra-se em discussão nas instâncias acadêmicas a partir da iniciativa de assistentes sociais integrantes dos quadros funcionais da própria universidade.

Tal iniciativa de grande mérito, busca efetivar uma referência acadêmica na área, para um avanço qualificado do exercício profissional já consolidado no âmbito da extensão universitária e de prestação de serviços, ensino e pesquisa da USP. A proposta preliminar de implantação do curso apresentada originalmente pela Faculdade de Saúde Pública em outubro de 2001, sintoniza-se com as estratégias e ações de expansão do sistema de graduação com a oferta crescente de vagas nas instituições de ensino público superior no Estado de São Paulo, conforme proposta aprovada pelo CRUESP em 20 de julho de 2001.

A perspectiva de implantação de uma unidade de ensino de Serviço Social, reconhece o seu desenvolvimento alcançado nos últimos trinta anos, definindo pilares de um *novo perfil* da categoria profissional e de *maturação acadêmico-profissional*. Consolidada-se um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, ampliando o contingente numérico dos profissionais e das unidades de ensino públicas e privadas, efetivando a real inserção do Serviço Social nos quadros universitários, submetendo-se às exigências e padrões de qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Esta dinâmica adquiriu relevância com a implantação e crescimento da pós-

graduação, oferecendo as bases para alimentar a produção científica e criar um ampla criação editorial. O Serviço Social expandiu sua interlocução com áreas afins, tendo alcançado progressivamente a condição de parceiro válido no debate acadêmico e o conseqüente reconhecimento pelos organismos de fomento científico.

No que se refere-se às demandas profissionais e mercado de trabalho ressalte-se ainda que o Serviço Social, requerido como profissão interventiva, especialmente após a Carta Constitucional de 1988, tem alcançado a abertura de novas frentes para o exercício profissional na área da seguridade social, no tripé saúde, previdência e assistência social, campos privilegiados do trabalho do assistente social. Como destaca a "Caracterização da Área", apresentada pela Comissão de Especialistas ao MEC, em 1997, também a ampliação da interferência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais através de mecanismos como os Conselhos de Gestão e de Direitos de segmentos da população, constituindo-se em novas demandas e espaços-ocupacionais para os assistentes sociais. As possibilidades de alargamento das frentes de trabalho, vem também ocorrendo no que se refere à formulação, gestão e avaliação de programas, serviços e políticas sociais no âmbito do poder local, com a descentralização político-administrativa e a municipalização da política social.

O novo quadro também diversificou a demanda profissional para além da linha executiva, abrangendo pesquisa, planejamento, assessorias e consultorias, gerenciamentos de programas e projetos, com trabalhos interinstitucionais e interdisciplinares, tanto no setor público, como no privado, aliadas a assessorias a movimentos sociais, organizações sindicais e de categorias profissionais a parlamentares.

Nesta dinâmica, as mudanças do Estado e da política social brasileira vem afetando as condições e relações de trabalho nas esferas pública e privada, com a redução de postos, suspensão de concursos públicos, contenção salarial, corrida à aposentadoria, etc. No âmbito das empresas privadas, as transformações, tecnológicas e organizacionais nos marcos da

globalização da produção e dos mercados afetam transversalmente o espaço ocupacional do assistente social, no que se refere a funções, perfil e qualificação exigida.

O crescimento das organizações não-governamentais vinculadas à defesa dos direitos humanos e sociais e à prestação de serviços no campo da educação, assistência social, habitação e meio ambiente vem diversificando o mercado profissional; em expansão também as fundações e organizações sociais.

Estas considerações em relação às demandas profissionais, mercado de trabalho, perfil acadêmico da graduação e pós-graduação da área do Serviço Social, orienta uma *formação profissional que supere a perspectiva restrita das especializações, reforçando a qualificação por um profissional competente em sua área de exercício, generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo amplo de informações, em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho.*

O Serviço Social, área integrante da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, por sua própria natureza, produz conhecimentos estreitamente articulados que orientam as possibilidade de intervenção na realidade social. Face ao agravamento da questão social na sociedade brasileira, cujas manifestações mais visíveis são os indicadores de desigualdade e pobreza, o Serviço Social vem acumulando conhecimentos e pesquisas que expressam a particularidade de sua inserção nesta grande área das Ciências Sociais aplicadas. Seja no âmbito nacional, seja no âmbito internacional, o Serviço Social vem se especializando no tratamento analítico de questões relacionadas à política social do Estado e às iniciativas da sociedade civil no campo do enfrentamento de demandas e necessidades sociais da população. Esta particularidade é reconhecida e legitimada por meio da liderança da produção de conhecimento do Serviço Social Brasileiro e sua inserção em nível nacional e internacional. No âmbito específico do ensino de graduação a área de Serviço Social, destaca-se no momento com o processo de implantação das diretrizes curriculares, impulsionadas pela significativas transformações ocorridas no Estado e na sociedade brasileira, aliadas ao amadurecimento acadêmico da área e às novas

exigências e parâmetros para o ensino superior brasileiro. A formulação e implantação das diretrizes básicas para a formação do assistente social nas unidades de ensino do país, vem sendo direcionado e coordenado nacionalmente pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, entidade como uma tradição de 56 anos, e que abrange 83 unidades filiadas, englobando os 15 programas de pós-graduação, o que lhe confere uma sólida legitimidade no meio acadêmico do Serviço Social. A entidade tem uma intervenção intensa diretamente na área de ensino com a formulação, acompanhamento e avaliação de currículos de graduação. Por integrar, o ensino e a pesquisa, a graduação e pós-graduação, a ABEPSS em sua estrutura e prática, realiza a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental de uma universidade de qualidade.

Nesta perspectiva, a Executiva Nacional da ABEPSS - gestão 2001-2002, não só apoia a iniciativa para a implantação de Curso de Serviço Social na USP, mas se propõe, na interlocução com os assistentes sociais, docentes de áreas afins e dirigentes acadêmico-administrativos da instituição, a contribuir diretamente na formulação da proposta de seu projeto pedagógico.

Entende-se que a criação do graduação de Serviço Social na USP, constitui uma iniciativa de grande repercussão, - e há muito desejada, na consolidação e expansão da profissão no país, considerando a excelência do ensino e pesquisa da formação acadêmica ofertada por essa instituição de ensino público superior.

Outra dimensão de relevância social e política com a criação de um Curso de Serviço Social na USP, está na oferta de vagas no ensino público e gratuito, com a possibilidade efetiva de interferir no quadro de demanda para área na região metropolitana da capital paulista e do próprio estado. Ressalte-se que no Estado de São Paulo, há hoje 29 unidades de ensino de Serviço Social, sendo 2 comunitárias (PUCSP e PUCAMP) e apenas uma pública estadual (UNESP de Franca), as demais são de natureza privada; na capital há 6 cursos Serviço Social; sendo que apenas a PUCSP oferece curso diurno e noturno; os

demais apenas o noturno. No Curso da UNESP, criado em 1977, a procura pelo curso no processo seletivo de 2001 estabeleceu uma relação candidato/vaga de 10 para 1 candidato no curso diurno e de 9 para 1 no curso noturno, com o preenchimento total de suas 100 vagas na primeira chamada.

A criação do Curso de graduação de Serviço na USP, constitui também uma ação de relevância ao ampliar as possibilidades de efetivação da tarefa e responsabilidade da universidade pública ao investir em uma área de ensino, pesquisa e extensão vinculada fundamentalmente à produção de conhecimentos sobre a questão social, às formas de enfrentamento realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, conhecimentos estes que venham a interferir na política e gestão social pública e privada.

Assim, o curso de Serviço Social na USP, considerando os saberes e as produções de excelência acumulados por suas diferentes áreas e unidades das Ciências Humanas, bem como a maturação acadêmica e profissional do Serviço Social, *poderá ser vocacionado para a pesquisa e intervenção acerca os processos sociais geradores da metropolização e reprodução da pobreza, na relação metrópole e construção de sujeitos sociais.* A definição da linha vocacional deste projeto pedagógico implica também em considerar a presença histórica do Serviço Social na USP, há mais de três décadas, com ênfases na extensão universitária, prestação de serviços, atividades docentes no âmbito geral da saúde pública. Portanto, as temáticas referentes às políticas, programas e serviços de saúde, com ênfase na *saúde coletiva*, poderão se constituir em linhas de pesquisa e extensão que, articulada ao eixo central, configure o projeto acadêmico da proposta do curso.

PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

- Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas,

empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

- Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.
- Profissional comprometido com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas com vistas à:

- apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as competências e habilidades técnico-operativas.

PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, atividades complementares, estágio;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

PROPOSTA CURRICULAR DESENVOLVIMENTO DOS CONTEÚDOS

As diretrizes curriculares propostas qualificam da *questão social com objeto de trabalho do assistente social*, em suas múltiplas e diferenciadas expressões, vivenciadas pelos sujeitos como conformismo e rebeldia nas relações sociais cotidianas. As diretrizes articulam, ainda, a análise dos fundamentos do Serviço Social em suas dimensões históricas, teórico-

metodológicas e éticas com as reais condições e relações de trabalho em que se realiza o exercício profissional. Este afirma-se com uma posição de centralidade no processo de formação, tratado teoricamente sob o ângulo dos processos e relações de trabalho em que se realiza, desafiando a efetiva articulação entre a análise teórica sobre profissão e as particulares condições sociais de sua efetivação no mercado de trabalho, nas quais se expressam as tensões entre interesses e necessidades sociais das distintas classes sociais – e seus distintos segmentos – em seu embate e em suas relações com o Estado.

Nessa proposta curricular o desenvolvimento dos conteúdos realiza-se na efetivação do eixo central direcionando o que se está definindo como a vocação do curso, ou seja, da compreensão de sua necessária inserção no debate em torno das políticas sociais na e para a cidade, para a compreensão dos movimentos e lutas sociais dos distintos sujeitos coletivos no enfrentamento das expressões da questão social e com o diálogo com a experiência acumulada no exercício profissional dos assistentes nas unidades e serviços da USP.

O Curso se organiza em três grandes áreas de conhecimento que se realizam articuladamente, tanto em sincronia, como seqüenciadas em seu conteúdo, não se estabelecendo distinção entre ciclo básico e profissional. Os conteúdos desenvolvem-se a partir de noções introdutórias que vão ao longo do tempo se complexificando e estruturam o núcleo vocacional do curso, qual seja: *sujeitos sociais e Estado nas delimitações da metropolização e reprodução da pobreza e o tratamento analítico da política social no âmbito da saúde coletiva.*

Essas áreas de conhecimento são:

1. Fundamentos explicativos da vida social:

Natureza:

Seus conteúdos referem-se ao conhecimento das matrizes explicativas da vida social necessárias para o desvelamento da questão social e a sustentação de ações interventivas em seu enfrentamento.

Objetivos:

Prover aos alunos um contato com os principais fundamentos das teorias explicativas da vida social em distintas áreas de conhecimento, na literatura brasileira e de outros países.

Proporcionar um estudo aprofundado da teoria social crítica na apreensão da formação, configurações e expressões da questão social.

Dar fundamentos para a realização do núcleo vocacional do curso: metropolização e reprodução da pobreza e as particularidades de São Paulo e saúde coletiva, articulador da pesquisa e extensão.

Organização:

Essa área compõe-se de um conjunto de matérias desdobradas em 9 disciplinas com carga horária total de 540 hs. de trabalhos teóricos e práticos.

Desdobrado nas matérias e disciplinas abaixo:

A. Filosofia

A matéria de filosofia tem como objetivo levar os alunos a perceberem a reflexão filosófica como possibilidade de apreensão radical da totalidade social.

Filosofia

A filosofia como campo do conhecimento. A reflexão filosófica da relação ciência, verdade e método. A filosofia e a política: a questão do poder, da democracia e a ética. A reflexão sobre a violência.

B. Sociologia e Teoria política

A matéria de Sociologia e Teoria Política tem como objetivo propiciar aos alunos o domínio das diferentes matrizes do

pensamento sociológico a partir de seu método e definição de objeto de estudos.

Sociologia

As matrizes do pensamento sociológico: Durkheim, Weber e Marx. O método e objeto nas três tradições.

Teoria Política

A formação do estado moderno. As principais tradições intelectuais e suas concepções acerca do Estado e da Sociedade Civil: liberalismo, social-democracia e neoliberalismo. O debate contemporâneo sobre democracia, soberania e socialismo. A relação entre o público e o privado na democracia burguesa. A globalização e os Estados nacionais.

Política Social

As condições de emergência e desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo. A constituição da seguridade social como padrão de regulação da força de trabalho. A formação do Estado de bem estar e sua crise. Políticas sociais na constituição da esfera pública. Público e privado, a privatização do público. Orçamento e fundo público. Lutas sociais por políticas sociais. O debate sobre cidadania e direitos sociais.

C. Direito

Direito e Legislação social

A organização dos poderes e o sistema sócio-jurídico brasileiro. A Constituição de 88, fundamentos e definições da institucionalidade democrática. Leis orgânicas da previdência, saúde e assistência social. A constituição do estado de São Paulo e a Lei Orgânica do município. Legislação de regulação do trabalho e acidentária. Legislação urbana.

D. Sujeitos e cultura

Psicologia social

A psicologia social como campo de conhecimento. Teorias dos grupos organizações e instituições. Saúde mental e as formulações psico-higiênicas no disciplinamento comportamental dos indivíduos. Trabalho e sofrimento psíquico.

Subjetividade e Cultura

O indivíduo da modernidade e sua crise. A questão da cultura e do consumo no processo de produção de subjetividades na contemporaneidade. A questão da diversidade e da diferença. A cultura e o modo de vida urbano e suas implicações nos sujeitos. Implicações de gênero, geração e etnia.

E. Teoria Crítica

Teoria Crítica I

Os recursos heurísticos da teoria social crítica para análise da sociedade capitalista. Os elementos teóricos metodológicos: historicidade, totalidade, processo de produção e relações sociais. A mercadoria e seu fetiche. O trabalho na sociedade capitalista: a esfera da produção e reprodução social.

Teoria Crítica II

Trabalho e sociabilidade. Processo de trabalho e processo de valorização. Trabalho produtivo e improdutivo. Trabalho na esfera pública. A polêmica sobre a crise da sociedade do trabalho. Transformações contemporâneas sobre a regulação do trabalho e implicações na organização e gestão da força de trabalho.

2. Fundamentos Explicativos da formação sócio-histórica brasileira

Natureza:

Seus conteúdos referem-se aos processos constituintes da formação sócio histórica brasileira em suas formas de produção material, da constituição do Estado brasileiro como agente econômico e político nesse processo, da constituição dos sujeitos coletivos e sociais e suas lutas nas arenas de negociação e das formulações ideó-políticas que sustentaram ou criticaram esse processo difundidas nas relações entre as classes.

Objetivos:

Levar os alunos a conhecerem as particularidades da formação sócio histórica brasileira a partir da emergência, desenvolvimento e expressões da questão social no Brasil.

Proporcionar aos alunos conhecimentos acerca da formação do Estado brasileiro em suas relações com as classes. Capacitar o aluno para a compreensão das políticas sociais e públicas no Brasil como respostas a questão social.

Desenvolver no aluno capacidades de análise crítica e articulação entre políticas globais e locais.

Organização:

Essa área compõe-se de um conjunto de matérias desdobradas em 8 disciplinas com carga horária total de 480 hs. de trabalhos teóricos e práticos.

A. Formação Sócio-histórica Brasileira

Os conteúdos referentes a matéria de formação sócio-histórica brasileira estão desdobrados em quatro disciplinas cujos objetivos são o de levar o aluno a reconhecer o processo de formação sócio histórica a partir da emergência, desenvolvimento e expressões da questão social no Brasil e na particularidade de São Paulo. Pretende ainda oferecer ao aluno o conhecimento das dinâmicas de reprodução da pobreza no processo de metropolização no Brasil, em especial o de São Paulo, com base na literatura brasileira e estrangeira sobre a questão. Pretende-se ainda capacitar o aluno a interpretar indicadores sócio-econômicos.

Economia brasileira

A transição do trabalho escravo ao trabalho assalariado na emergência da industrialização brasileira. A ação do estado na configuração do padrão desenvolvimentista e sua crise. A monetarização da economia. Emprego e desemprego no Brasil hoje.

Pensamento social brasileiro

Principais formulações na literatura brasileira de corte conservador e crítico acerca de: cultura e identidade nacional; questão social no Brasil; classes sociais e relações entre classes no Brasil; formação do Estado brasileiro.

Questão social no Brasil e desenvolvimento regional

Questão social e acumulação. Classes, relações de classe e a ação do Estado na conformação da questão social no Brasil. Lutas sociais no enfrentamento da questão social. As particularidades da região: o desenvolvimento de São Paulo em suas relações com o restante da federação. Indicadores sócio-econômicos e demográficos da região.

Dinâmicas metropolitanas e reprodução da pobreza

A urbanização brasileira a partir dos anos 60. Tendências contemporâneas: a cidade global e o "urbanismo de resultados". A reprodução da pobreza na metrópole contemporânea. Sujeitos na cidade e seus fluxos: o lugar dos pobres. A região metropolitana de São Paulo. Paisagens e fluxos na metrópole paulista. Intervenções urbanas em aglomerados de exclusão. A questão da violência na cidade.

C. Políticas sociais e públicas no Brasil

Essa matéria desdobra-se em x disciplinas e pretende-se apresentar a discussão sobre o processo de formulação, gestão

e avaliação de políticas sociais em seus determinantes fundamentais no Estado brasileiro. Pretende-se reconhecer as lutas sociais pela constituição e controle social das políticas. E ainda a política social como campo de trabalho do assistente social.

Política Social no Brasil

As políticas sociais como estratégia de enfrentamento da questão social no Brasil. O domínio da máquina pública pelos diferentes setores da burguesia e o estabelecimento de políticas conjugadas a seus interesses. A Constituição de 88 e os impasses na regulação e aplicação dos direitos sociais. A reforma do Estado brasileiro. As tendências contemporâneas nas políticas públicas no Brasil. As relações entre o Estado e a sociedade civil e o solidarismo social.

Política de Seguridade Social

A constituição da seguridade como política social no Brasil. Lutas sociais pela previdência e a ação do estado brasileiro. A privatização da previdência. A assistência na conformação da pobreza. A assistência como política social. A relação público/privado na assistência no Brasil. Refilantropização e terceiro setor. A questão do voluntariado. A constituição sócio histórica da política de saúde no Brasil. Os modelos assistenciais. A mercantilização da saúde.

Movimentos sociais

Teorias clássicas sobre movimentos sociais e o debate contemporâneo na literatura brasileira. Trajetória e atualidade dos principais movimentos sociais de corte classista e movimentos de corte identitário no Brasil. Movimentos sociais urbanos e a luta por moradia.

Cultura e Comunicação de massa no Brasil

Comunicação e informação. Sociedade do espetáculo. Multiculturalismo, e hibridismo. Cultura popular e folkcomunicação. Sistemas de reprodução de cultura de massa no Brasil. Sistemas alternativos de difusão cultural.

3. Fundamentos do trabalho profissional:

Natureza:

Seus conteúdos referem-se ao conhecimento do Serviço Social como profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho nas esferas de produção e reprodução das relações sociais.

Objetivos:

Levar os alunos a conhecerem o Serviço Social a partir das respostas sócio profissionais que a profissão assumiu frente aos padrões de resposta do Estado, em suas relações com as classes, no enfrentamento da questão social. Reconhecer as principais vertentes teórico-metodológicas e ideopolíticas que influenciaram nas várias formulações profissionais. Oferecer aos alunos um conhecimento amplo da dimensão ético-política do trabalho profissional. Formar nos alunos capacidades e habilidades necessárias para o exercício profissional, segundo as atribuições e competências da profissão.

Organização:

Essa área compõe-se de um conjunto de matérias desdobradas com 22 componentes curriculares entre disciplinas e oficinas com carga horária total de 1090 hs. de trabalhos teóricos e práticos. Essas disciplinas estão organizadas em uma linha de sequência no eixo de fundamentos teóricos metodológicos e

sincronicamente em relação à formação de habilidades. Observe-se ainda a profunda vinculação dessa área de conhecimento com o estágio supervisionado.

Desdobrado nas matérias e disciplinas:

A. Fundamentos Teórico metodológicos do Serviço Social

A lógica de construção desta matéria, que se desdobra em três disciplinas, está baseada no desvelamento da trajetória que o Serviço Social foi trilhando ao longo do tempo, referenciado nos padrões de resposta do Estado, em suas relações com as classes, no enfrentamento da questão social.

Fundamentos Teórico metodológicos do Serviço Social I

Emergência da questão social no Brasil. Formas de enfrentamento pelo Estado brasileiro em suas relações com as classes sociais. A ação social da Igreja. A emergência e institucionalização do Serviço Social. Formação do mercado de trabalho do assistente social. Modelos de intervenção profissional.

Fundamentos Teórico metodológicos do Serviço Social II

Novas configurações da questão social no contexto do pós guerra no Brasil. A expansão do capitalismo monopolista no Brasil: a ação do estado e a burguesia industrial. Política e ideologia desenvolvimentista. Bases teóricas e ideo-culturais da construção do projeto profissional de corte conservador: a influência norte americana e a emergência do Desenvolvimento de Comunidade como estratégia de inserção do Serviço Social no projeto desenvolvimentista. Lutas sociais e mudanças culturais potencializadoras da ruptura com a herança conservadora da profissão. O diálogo com o Serviço Social dos países de língua hispânica da América Latina: O movimento de Reconceituação.

Fundamentos Teórico metodológicos do Serviço Social III

A modernização conservadora como estratégia de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. Emergência de novas configurações no desenho das classes sociais. O autoritarismo como padrão de relação Estado e classes sociais: a ideologia de segurança nacional. A vertente conservadora do Serviço Social a radicalização do tecnicismo: bases teóricas e ideológicas. As lutas pela democracia e a revisão crítica da agenda profissional. O pensamento marxista no Serviço Social. O Serviço Social na produção e reprodução das relações sociais.

B. Trabalho e Serviço Social

Serviço Social e Questão Social

O Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho. Questão social, direitos sociais e a profissionalização do Serviço Social. Demandas e mercado de trabalho do assistente social. Organização e legislação profissional. A formação profissional e a produção acadêmica.

Trabalho e Serviço Social

As transformações societárias e as expressões da questão social na contemporaneidade. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Mercado de trabalho e espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais. O Serviço Social como campo de conhecimento.

Ética e Serviço Social

O debate ético contemporâneo e a questão do pensar ético na efetivação dos direitos civis, políticos e sociais. O projeto ético-político profissional e a questão da pluralidade e hegemonia. Código de ética e projetos sócio profissionais. Dilemas éticos no exercício profissional.

Pesquisa e Serviço Social

A dimensão investigativa no trabalho do assistente social. Características da pesquisa social. Principais tipos. Método de investigação e de exposição. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Projeto e instrumentos de pesquisa. Ferramentas de pesquisa social, a informática.

C. Habilidades para o exercício profissional:

Essa matéria desdobra-se em Oficinas de trabalho profissional que podem ser dadas em sincronia e articuladas ao estágio supervisionado. Seu objetivo é desenvolver um conjunto de habilidades e competências de ordem técnico operativa necessárias ao trabalho do assistente social.

Oficina de textos

As diferentes escritas e suas formas de conhecimento e expressão do mundo. Leitura, interpretação e produção de textos sobre temas do Serviço Social. Textualidade, coerência e coesão textual. Textos narrativos, descritivos e argumentativos. A escrita no trabalho do assistente social: relatórios e pareceres. A escrita e a produção acadêmica: monografia. A construção e registro da bibliografia.

Oficina de trabalho profissional I

As dimensões do trabalho do assistente social: A dimensão técnico-operativa. Os conteúdos dessa dimensão na trajetória da profissão. O instrumental técnico-operativo do Serviço Social: observação, linguagem, escuta e registro. Experiências de utilização de instrumentos.

Oficina de trabalho profissional II

Espaços sócio ocupacionais. Natureza, atribuições, particularidades e implicações do trabalho do assistente social

na esfera pública. Natureza, atribuições particularidades e implicações do trabalho do assistente social no setor privado. Natureza, atribuições, particularidades implicações do trabalho do assistente social nas Organizações não governamentais.

Oficina de trabalho profissional III

O espaço institucional. Relações de poder e hegemonia na dinâmica institucional. Elementos de análise institucional: correlação de forças, alianças, processos de negociação, socialização da informação. Análise de conjuntura. Experiências de análise institucional.

Oficina de trabalho profissional IV

Formulação, gestão e avaliação de políticas sociais e públicas e seus desdobramento em planos, programas e projetos sociais na esfera pública e privada. O trabalho do assistente social: assessoria, execução e supervisão a programas e projetos sociais. Orçamento participativo.

Oficina de pesquisa

Conhecimento e manejo das principais bases de dados disponíveis de indicadores sócio econômicos e demográficos sobre o Brasil e São Paulo. Elaboração de gráficos, tabelas e quadros. A utilização da informática. Pesquisa de informações na Internet.

Oficinas de Políticas Sociais

O trabalho do assistente social nas políticas na esfera pública e privada, natureza e particularidades. Políticas sociais: sistemas legais e avaliação de políticas. Serão oferecidas oficinas de política de : saúde; saúde do trabalhador; infância e juventude; penal, urbana e de habitação, portadores de necessidades especiais, envelhecimento.

Tópicos Especiais em Serviço Social

Ementa aberta para atualização do currículo e introdução de conteúdos do debate contemporâneo da profissão e no interior da unidade de ensino.

Oficina de Projeto Pedagógico

A USP na política de ensino superior no Brasil. A USP na cidade e no estado de São Paulo. A política acadêmica da universidade: indissolubilidade do ensino, pesquisa e extensão. Programas de estímulo à docência, a extensão e a pesquisa. Programas assistenciais da Universidade. Projeto ético-político do Serviço Social. Projeto de formação profissional: diretrizes curriculares da graduação em Serviço Social: principais debates. Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social da USP.

Estágio supervisionado I II III e IV

Desenvolvimento de atividade teórico-prática de aproximação dos alunos à realidade profissional em estabelecimentos públicos ou privados prestadores de serviços sociais, que são campos de estágio supervisionado da unidade. Desenvolvimento de habilidades com relação a: análise institucional, compreensão das formas de organização da política setorial ante as expressões quotidianas da questão social, formas de organização e gerência nos processos de trabalho dos assistentes sociais.

Seminário de TCC I e II

Produção de monografia final sobre tema de relevância para o Serviço Social com referência a realidade profissional em suas múltiplas formas de inserção nos processos de trabalho, preferencialmente com base nas experiências de estágio.

Laboratório de informática

Introdução a utilização dos aplicativos: Word, Excel, Power Point, etc.

Informações complementares

Carga horária mínima de Estágio do aluno em campo: 4 semestres de 180 hs. (12 hs. Semanais): 720 horas;

Entrega de monografia ao final do curso com defesa para banca de três professores;

Atividades acadêmicas complementares: iniciação científica; monitoria; extensão; visitas monitoradas; participação e /ou apresentação em congressos e seminários, representação discente.

Carga horária total para integralização:

- Disciplinas obrigatórias: 2250 horas
- Disciplinas optativas eletivas: 60 horas
- Disciplinas optativas livres: 60 horas
- Carga horária de estágio em campo: 720 horas
- Atividades Acadêmicas Complementares: 120 horas

ABEPSS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Rua São Pedro, 24 sala 802 Centro de Niterói - RJ CEP: 24020 -050

E-MAIL: abepss@abepss.org.br

Home page: <http://www.abepss.org.br>

CNPJ: 77156537/0001-70